



# DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Manuel Alves de Oliveira  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 António João Rodeia Machado

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação das propostas de resolução n.<sup>o</sup> 32 e 33/IX, do projecto de deliberação n.<sup>o</sup> 15/IX, de requerimentos e de respostas a requerimentos.

Em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro (Os Verdes) considerou necessário um amplo debate sobre as implicações e riscos que terão para Portugal as decisões que a Comissão Europeia vier a tomar em relação aos organismos geneticamente modificados.

Também em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias (BE) criticou o Governo por não ter adoptado as recomendações da União Europeia na criação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Fernando Penha (PSD), Miguel Paiva (CDS-PP) e Maria Santos (PS).

Ao abrigo do n.<sup>o</sup> 2 do artigo 84.<sup>º</sup> do Regimento, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luis Marques Mendes) anunciou à Câmara a aprovação, em Conselho de Ministros, de um programa especial de incentivo ao emprego e de reforço da proteção social dos portugueses afectados pelo desemprego, tendo-se seguido um debate, no qual intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro, os Srs. Deputados Paulo Pedroso (PS), Guilherme Silva (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), José Magalhães (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Luis Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes) e António Costa (PS).

O Sr. Deputado Viceré Jorge Silva (PS) veio clarificar a sua posição quanto a uma eventual realização de um referendo sobre a independência das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e Guilherme Silva (PSD).

**Ordem do dia.** — Procedeu-se à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.<sup>º</sup> 181/IX — Estabelece o direito dos trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada (PS). Intervieram no debate, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado do Trabalho (Luis Pais Antunes), os Srs. Deputados Rui Cunha (PS), Lufs Fazenda (BE), Pedro Roque (PSD), Odete Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Isabel Castro (Os Verdes), Paulo Pedroso (PS) e Patinha Antão (PSD).

Entretanto, na generalidade, foram rejeitados os projectos de lei n.<sup>º</sup> 154/IX — Integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde (BE) e 178/IX — Aprova a lei quadro sobre autoridades reguladoras independentes nos domínios económico e financeiro (PS) e aprovada a proposta de lei n.<sup>º</sup> 40/IX — Aprova o regime jurídico da concorrência.

A Câmara aprovou otto pareceres da Comissão de Ética, seis autorizando Deputados do PS a prestarem depoimento em tribunal e dois denegando autorização a um Deputado do PSD e outro do PS a prestarem depoimento.

Foram, ainda, discutidos os projectos de deliberação n.<sup>º</sup> 7/IX — Adota medidas tendentes à melhoria do funcionamento da Assembleia da República e à sua credibilização (Os Verdes) e 10/IX — Define o novo regime de publicação exclusivamente electrónica do Diário da Assembleia da República e cria condições para o teletrabalho parlamentar (PS). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Eugénio Marinho (PSD), José Magalhães (PS), António Filipe (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) e João Teixeira Lopes (BE).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 40 minutos.

*O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.*

*Eram 15 horas.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Abílio Jorge Leite Almeida Costa  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 Ana Paula Rodrigues Malojo  
 António Alfredo Delgado da Silva Preto  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Fernando de Pina Marques  
 António Henriques de Pinho Cardão  
 António Joaquim Almeida Henriques  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
 Arménio dos Santos  
 Bernardino da Costa Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves  
 Carlos Alberto Rodrigues  
 Carlos Manuel de Andrade Miranda  
 Carlos Parente Antunes  
 Daniel Miguel Rebelo  
 Diogo de Sousa Almeida da Luz  
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho  
 Fernando António Esteves Charrua  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Francisco José Fernandes Martins  
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Carlos Barreiras Duarte  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José Gago Horta  
 João Manuel Moura Rodrigues  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge José Varanda Pereira  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá  
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
 José Agostinho Veloso da Silva  
 José António Bessa Guerra  
 José António de Sousa e Silva  
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira  
 José Manuel Carvalho Cordeiro  
 José Manuel de Lemos Pavão  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
 José Manuel Pereira da Costa  
 Judite Maria Jorge da Silva  
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues

Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
 Luís Filipe Soromenho Gomes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa  
 Maria Assunção Andrade Esteves  
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho  
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues  
 Maria Eulália Silva Teixeira  
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça  
 Tavares  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Paula Barral Carloto de Castro  
 Maria Teresa da Silva Moraes  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta  
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro  
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso  
 Sérgio André da Costa Vieira  
 Vasco Manuel Henriques Cunha  
 Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
 Alberto Arons Braga de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alberto de Sousa Martins  
 Alberto Marques Antunes  
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
 Antero Gaspar de Paiva Vieira  
 António Alves Marques Júnior  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António José Martins Seguro  
 António Luís Santos da Costa  
 António Ramos Preto  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Ascenso Luis Seixas Simões  
 Augusto Ernesto Santos Silva  
 Carlos Manuel Luís  
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela  
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Fausto de Sousa Correia  
 Fernando dos Santos Cabral  
 Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins  
 Jaime José Matos da Gama

Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Barroso Soares  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes  
 José António Fonseca Vieira da Silva  
 José Apolinário Nunes Portada  
 José Augusto Clemente de Carvalho  
 José da Conceição Saraiva  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Alberto da Silva Miranda  
 Luís Manuel Capoulas Santos  
 Luís Manuel Carvalho Carito  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho  
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Cristina Vicente Pires Granada  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Nelson da Cunha Correia  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
 Paulo José Fernandes Pedroso  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui António Ferreira da Cunha  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva  
 Victor Manuel Bento Baptista  
 Vitalino José Ferreira Prova Canas  
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Popular (CDS-PP):**

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco  
 António Herculano Gonçalves  
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
 Henrique Jorge Campos Cunha  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Maria Abrunhosa Sousa  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

João Rodrigo Pinho de Almeida  
 Manuel de Almeida Cambra  
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva  
 Narana Sinai Coissoró  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Comunista Português (PCP):**

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 Jerónimo Carvalho de Sousa  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luisa Raimundo Mesquita  
 Maria Odete dos Santos

**Bloco de Esquerda (BE):**

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias  
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):**

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

**O Sr. Secretário (Manuel Oliveira):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: propostas de resolução n.º 32/IX — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Roménia sobre readmissão de pessoas em situação irregular, assinado em Lisboa, em 26 de Setembro de 2002, que baixa à 2.ª Comissão, e 33/IX — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Estónia sobre readmissão de pessoas em situação irregular, assinado em Lisboa, em 12 de Novembro de 2001, que baixa à 2.ª Comissão; projecto de deliberação n.º 15/IX — Adota medidas para a não discriminação de cidadãos com deficiência ou incapacidade (Os Verdes).

Foram também apresentados diversos requerimentos.

Nas sessões plenárias de 5, 6 e 7 de Fevereiro — ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados Almeida Henriques, Jamila Madeira, João Pinho de Almeida, João Teixeira Lopes e Luísa Mesquita; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulado pela Sr.ª Deputada Ana Manso; à Ministra de Estado e das Finanças, formulado pela Sr.ª Deputada Maria Manuela Aguiar; ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, formulado pelo Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins; ao Ministro da Presidência, a diversos Ministérios e à Câmara Municipal de Santo Tirso, formulados pelos Srs. Deputados José Augusto Carvalho, Marques Júnior, Maria Santos, Lino de Carvalho, Abílio Almeida Costa, Odete Santos e Joana Amaral Dias; ao Ministério da Cultura, formulados pelos Srs. Deputados Fernando Cabral, António Braga e Isabel Pires de Lima; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Bru-

no Dias; aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Economia e da Segurança Social e do Trabalho, formulados pelos Srs. Deputados Rodeia Machado e Honório Novo; à Secretaria de Estado da Administração Local, formulado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Zelinda Marouço Semedo; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís; ao Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas; e a diversas Câmaras, formulados pelo Sr. Deputado Ascenso Simões.

Por sua vez, foi recebida resposta a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 7 de Fevereiro — Rodeia, Machado, António Galamba, José Saraiva, Marco António Costa, Ana Drago, Mota Andrade, Fernando Serrasqueiro, Almeida Henriques, Bruno Dias e Ascenso Simões.

No dia 11 de Fevereiro — José Apolinário, Luísa Mesquita, Pedro Duarte, Honório Novo e Ascenso Simões.

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Imaginem que vos diziam que as laranjas, um fruto mediterrânico que nos é tão próximo, poderiam vir a desaparecer dentro de 10 anos, a não ser que fossem salvas através do recurso à manipulação genética.

#### Risos.

Esta é uma ficção, mas uma notícia também aparentemente inocente, embora aludindo a outro fruto, a banana, há escassas semanas foi posta a circular e aparecia referida na edição de um jornal português.

Qual a origem desta notícia? É verdadeira ou falsa? Qual o seu objectivo?

A notícia tem origem num artigo publicado numa revista norte americana, a *New Scientist*. O seu conteúdo baseava-se na divulgação parcial de um estudo americano, cujas conclusões, entretanto, diversos estudos de investigação europeus já tinham refutado.

Quanto ao objectivo visado com este artigo, ele parece-nos óbvio! Ou seja, o de pretender apresentar os organismos geneticamente modificados (OGM) como absolutamente necessários e o de tentar convencer a opinião pública de que, se houver perda de diversidade, é aos seus críticos que tal se deve.

Uma notícia falaciosa, típica da campanha de condicionamento subtil, entenda-se de «lavagem ao cérebro», para que temos de estar preparados e que decerto se tenderá a manter para tentar predispor a opinião pública europeia para a medida que a União Europeia, cedendo à pressão dos interesses cada vez mais em queda das agroindústrias de biotecnologia nos Estados Unidos da América, se prepara para vir a tomar.

Uma medida que aponta para o levantamento da moratória, em vigor há quatro anos, em relação aos organismos geneticamente modificados, e para o consequente abrir de caminho para a introdução e livre circulação, consumo e cultura, ao nível da agricultura e dos consumidores, de produtos transgénicos ou obtidos através de manipulação genética.

Uma medida que, na Europa, não aparecerá decerto encapotada como arma de combate à fome ou à

subnutrição, como o tem sido noutros continentes, em que os OGM se tornaram uma imposição em termos de ajuda alimentar e nos programas de distribuição de sementes, mas uma medida, estamos convictos, que não deixará de ser acolhida com polémica.

Polémica previsível, tendo em conta a conhecida, expressiva e crescente oposição dos consumidores europeus, fartos que estão dos sucessivos escândalos alimentares que têm abalado a Europa, da BSE às dioxinas, todos eles provocados por desrespeito pelo princípio da precaução, ao longo dos anos.

Uma oposição de cidadãos, a que se somam diariamente novos posicionamentos críticos e apelos das mais diversas e insuspeitas organizações — organizações de defesa do mundo rural, associações da agricultura biológica mas também da agricultura convencional, da comunidade científica e médica, cujas associações particularmente activas em alguns países têm sistematicamente alertado para o enorme desconhecimento dos riscos para a saúde que estamos a desafiar.

Posições a que se aliam igualmente ambientalistas e consumidores.

Reservas, alertas sobre riscos, uma oposição em relação aos OGM plenamente justificada e que nem as medidas, embora positivas, tomadas ao nível de maiores restrições e de maior exigência decididas pela Comissão Europeia, na «traçabilidade» e na rotulagem destes alimentos, vêm, na opinião de Os Verdes mas também de muitos e muitos outros, de modo algum, conter ou eliminar.

Com efeito, se é certo que o direito à informação é elementar e pode orientar as escolhas dos consumidores e dificultar a circulação de transgénicos clandestinos (como aqueles cinco, que, não há muito tempo, foram identificados no mercado português), certo é também, e é preciso não ter ilusões nem esquecê-lo, que muitos problemas ficarão de fora destas medidas, ficarão por resolver, não obstante a gravidade daquilo que representam.

Problemas entre os quais o facto de muitos dos ADN fragmentados não serem identificados nas análises, de não haver qualquer controlo em relação aos produtos de origem animal, também eles passíveis de contaminar a cadeia alimentar e de prejudicar a saúde dos cidadãos, e não obstante ainda relevantes incertezas científicas que, findos estes quatro anos, não só não foram ultrapassadas como, em grande medida, se acentuaram.

É que, Srs. Deputados, do que se trata, para nós, como para muitos outros, não é de dizer, abstractamente, sim ou não à biotecnologia ou aos organismos geneticamente modificados.

Sobre isso, sempre fomos de enorme clareza, nomeadamente nos projectos aqui apresentados, na separação nítida entre o uso da biotecnologia para fins agrícolas e alimentares e a sua utilização, que aceitamos, para enfrentar as questões de saúde e outro tipo de investigação científica.

Aquilo que nos leva a abordar esta questão prende-se com as decisões que podem vir a ser tomadas pela Comissão Europeia e cujas implicações e riscos para Portugal têm, pela sua natureza, de ser abertamente discutidas e previamente avaliadas.

Uma discussão em torno da engenharia genética que, não sendo intrinsecamente segura, tem, no seu uso, de pautar-se sempre pelo princípio da precaução.

Uma questão que, pela multiplicidade e gravidade das suas implicações éticas, ambientais, económicas e para a

saúde dos cidadãos e pela natureza irreversível das suas consequências, entendemos que não pode ser decidida de modo linear ou meramente administrativo.

Uma questão ética, desde logo, que, ao interferir e permitir modificar organismos vivos e a própria evolução das espécies, coloca questões fundamentais sobre a existência humana e a vida na Terra e que, ao fazer-nos entrar no domínio dos «aprendizes de feiticeiro», utilizando tecnologias cujas consequências manifestamente não controlamos, implica um debate esclarecedor de toda a sociedade.

Uma questão que, não obstante a produção legislativa recente da União Europeia, na tentativa de fazer crer aos cidadãos consumidores que existe «uma malha segura» de procedimentos e regras que hipoteticamente nos poderiam deixar tranquilos aquando do levantamento da moratória, não dá, em nossa opinião, garantia de exercício de direitos fundamentais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os riscos são naturalmente grandes. Desde logo, em relação aos agricultores, todos considerados, em relação aos cidadãos, em relação a todos nós.

Importa que o Governo português não vá a reboque desta solução, assumindo como «fatal» uma qualquer posição.

Importa que as decisões não sejam tomadas de forma hegemónica, com autorizações futuras, que, através da polinização cruzada com variedades convencionais ou outras formas de poluição genética, ponham em risco as opções agrícolas daqueles que não pretendam cultivar OGM ou as opções alimentares daqueles que têm (e têm) o direito de não os consumir.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

**A Oradora:** — É forçoso financiar e aprofundar a investigação em termos dos impactos dos OGM na saúde, no ambiente, na economia, na sociedade, na agricultura e na relação entre os povos.

Importa que os cidadãos sejam chamados a intervir e a discutir.

É esse, no fundo, o objectivo da declaração e da reflexão que aqui trouxemos.

*Aplausos de Os Verdes e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Um recente estudo da autoria da revista *Teste Saúde* sobre qualidade alimentar indicou a existência de resíduos de medicamentos em metade das amostras de mel, em 40% dos ovos e em 10% da carne de porco.

Das 20 marcas de mel analisadas, quatro utilizavam mesmo cloranfenicol, uma substância com elevado teor de toxicidade e absolutamente proibida na União Europeia.

Numa das últimas inspecções de peritos veterinários da União Europeia, Portugal já tinha sido advertido sobre as irregularidades na administração de medicamentos a animais. Segundo o relatório, existem «numerosas deficien-

cias» nos registos, verificando-se mesmo «múltiplas rasuras nos documentos de acompanhamento dos animais».

Face aos dados conhecidos, existem todas as razões para acreditar que os antibióticos são utilizados abusivamente na produção alimentar, como o reconheceu este mês o próprio bastonário da Ordem dos Veterinários.

Contudo, não é essa a convicção do Secretário de Estado Adjunto e das Pescas, Dr. Frazão Gomes. Ficámos a sabê-lo nesta mesma Casa, na passada sexta-feira. Confrontado com os números do estudo da DECO, preferiu descredibilizar o estudo, assegurando que os laboratórios e metodologia adoptadas não eram compatíveis com o grau de exigência seguido a nível internacional.

Na impossibilidade de garantir confiança aos consumidores e apresentar números e indicadores que suportem a credibilidade dos sistemas de controlo alimentar, o Governo prefere utilizar a conhecida estratégia da aveSTRUZ — não existem problemas e, se algum estudo indicar o contrário, ataca-se o estudo.

Sucede que, como é do conhecimento do Dr. Frazão Gomes, os dados revelados pela DECO foram obtidos no âmbito de uma investigação realizada em outros países europeus: Bélgica, Espanha e Itália. Em nenhum destes países os indicadores foram tão negros como no nosso.

O sector agroalimentar é uma das maiores indústrias da União Europeia, com uma produção anual de quase 600 biliões de euros. Os mais recentes indicadores internacionais situam mesmo a Europa dos 15 como o maior produtor de bebidas e produtos alimentares, empregando 2,6 milhões de pessoas.

A rápida industrialização de cada vez maiores sectores da produção alimentar obriga a redobrados cuidados com a qualidade e a segurança alimentar dos produtos consumidos, nomeadamente no que diz respeito à sua eventual contaminação decorrente da responsabilidade dos produtores e das técnicas cada vez mais agressivas.

Não existindo razões para acreditar que, a curto prazo, ocorram problemas que se reflictam na saúde dos portugueses, não se deve negligenciar a diminuição da eficácia do sistema imunitário humano aos antibióticos.

É conhecida a afectação do sistema imunitário através da alimentação, nomeadamente através do uso indevido de antibióticos na produção alimentar. Face ao aumento da população que apresenta deficiências no sistema imunitário (pessoas infectadas com o vírus da SIDA, transplantados de medula óssea, rádio e quimioterapeutizados, entre outras situações), estas questões revestem-se de uma importância acrescida.

Convém salientar que existem diversos tipos de contaminações a que os alimentos podem estar sujeitos e que representam um risco efectivo para a saúde pública — a presença de microorganismos patogénicos pode manifestar-se de diferentes formas, que vão desde gastroenterites, relativamente fáceis de controlar, até úlceras, meningites, cólera ou mesmo a morte.

Entre os diversos tipos de contaminação, sublinhamos os efeitos nocivos de diversas microtoxinas e da brucelose, a qual, ao contrário do discurso oficial, ainda não se encontra totalmente erradicada. Mesmo não existindo razões de alarme para a saúde pública, é a própria Ordem dos Veterinários que prevê que o número de casos se continue a manifestar até 2005.

Nesta terça-feira, foi dada a conhecer a nova comissão instaladora para a mais que adiada e muitíssimo importante Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, que

a tutela apresenta como a consciência crítica do legislador e do poder político e uma referência independente para o consumidor. Infelizmente, é pouco, é atabalhoado e constitui um recuo face às propostas do anterior Executivo.

É pouco, porque, inacreditavelmente, o Governo decidiu que a Agência apenas terá competências de avaliação científica e uma tarefa pedagógica na comunicação dos riscos em matéria alimentar. De fora ficam as capacidades de fiscalização e as competências punitivas que permitam devolver a credibilidade dos sistemas de controlo alimentar.

É atabalhoado, porque, criando uma nova Agência, a fiscalização do sector produtivo continuará dispersa entre vários ministérios, como uma manta de retalhos, ou seja, a melhor forma de tudo se perder entre os gabinetes de um sem número de ministros, secretários de Estado, secretários de Estado adjuntos e direcções-gerais. Não intervindo no sistema de fiscalização do sector alimentar, o Governo parece não se preocupar com um sistema kafkiano baseado na inexistência de comunicação entre si.

Como se pode ler no *Expresso* de 28 de Dezembro último, «o vinho e os produtos vinícolas são controlados pelo Instituto da Vinha e do Vinho, os produtos hortícolas e as frutas são da responsabilidade da Direcção-Geral de Protecção de Culturas; a Direcção-Geral de Veterinária encarrega-se das inspecções sanitárias aos animais e ao controlo dos produtos de origem animal provenientes de países de fora da União Europeia».

Mais uma vez, Portugal perde uma oportunidade de aproximar-se dos padrões definidos pela União Europeia nesta matéria, divergindo mesmo dos esforços que os vários Estados-membros têm vindo a desenvolver no sentido de enfrentar e prevenir novas crises como as que têm abalado a confiança dos consumidores. O Governo perde uma oportunidade de ir ao encontro das medidas seguidas nos nossos congéneres europeus e, inconsistentemente, reclamados pelos representantes dos consumidores: uma fiscalização mais intensa dos produtos provenientes de regiões onde as exigências de qualidade são menos rigorosas, como é o caso de alguns países asiáticos e a adopção de medidas claras no que respeita à administração de medicamentos a animais doentes, em que condições, que tipo de medicamentos e para que casos; a adopção de uma legislação mais severa sobre a utilização de antibióticos e outras substâncias para fins não curativos, nomeadamente a título preventivo ou a fim de favorecer o crescimento; a obrigação de utilizar um «boletim de saúde» para todos os animais, onde constem os medicamentos administrados e a data e, ainda, uma fiscalização eficaz da aplicação das normas já existentes no âmbito da União Europeia.

O Governo teria feito um melhor serviço à saúde dos portugueses e à confiança dos consumidores se tivesse seguido as recomendações da União Europeia na criação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar.

O argumento do bom aluno europeu e do cumprimento do défice parece não valer para a saúde pública. Neste caso, em vez de assegurar a segurança alimentar, como devia, a maioria prefere alimentar a insegurança.

*Aplausos do BE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Penha.

**O Sr. Fernando Penha (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, com

efeito, a segurança alimentar é extremamente importante. Portugal criou a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, que está agora com nova administração empossada, com novas directrizes e a fazer o seu desenvolvimento.

A sua administradora, ainda ontem, na TSF, teve oportunidade de dirigir-se a todos os portugueses, manifestando todas as preocupações relativamente a esta área e dando nota muito clara do caminho que a Agência vai percorrer e de toda a actividade que vai desenvolver.

Mas V. Ex.<sup>a</sup>, Sr.<sup>a</sup> Deputada, colocou aqui, na passada sexta-feira, questões sobre esta matéria, obteve respostas do próprio Secretário de Estado, tendo ficado bem marcada a diferença de fiabilidade relativamente ao número de análises que estão a ser feitas pelos laboratórios nacionais e a amostragem de cerca de 80 análises que foi feita pela DECO e que deu origem à sua intervenção.

Creio que o Sr. Secretário de Estado deixou bem claro o trabalho sério que está a ser desenvolvido, pelo que este Parlamento e o País podem ficar tranquilos porque todo esse trabalho se enquadra dentro das normas comunitárias, que todo o trabalho que Portugal está a desenvolver é no sentido de uma segurança alimentar credível.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, V. Ex.<sup>a</sup> referiu-se à questão do clorafenicol. Devo dizer que o clorafenicol surgiu como um resíduo de um anti-inflamatório, que não tem nada de prejudicial para a saúde humana. Recordo-me que eu próprio, quando miúdo, o utilizei muito para tratamento das amigdalites.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada não trouxe hoje nenhuma questão nova que não tenha sido respondida pelo Sr. Secretário de Estado na última sexta-feira, pelo que lhe pergunto: qual é, afinal, a nova questão que aqui quis trazer hoje?

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Paiva.

**O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, começo por cumprimentá-la pela importância do tema que aqui trouxe, pese embora o facto de, na semana passada, ele já aqui ter sido amplamente discutido, tendo, então, todos nós comungado de uma preocupação séria sobre esta matéria.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sem querer reproduzir os argumentos acabados de proferir pelo Sr. Deputado Fernando Penha, a verdade é que V. Ex.<sup>a</sup> limitou-se a elencar uma série de medidas, todas elas já consagradas em termos normativos, em termos legais, e que, neste momento, estão já a ser aplicadas ou concretizadas. Naturalmente que nunca é demais preocuparmo-nos com esta matéria e com o rigor que é necessário colocar no tratamento deste tipo de problemas, que têm que ver com a saúde pública, mas a verdade é que todas as medidas que referiu estão já legalmente consagradas.

É evidente que os números que aqui nos foram trazidos, na semana passada, pelo Sr. Secretário de Estado não nos tranquilizam totalmente. Trata-se de números que, de facto, demonstram a preocupação do Governo nesta matéria e a acção grandiosa que está a ser feita neste âmbito — e digo «grandiosa» pelo número de análises que são

feitas —, mas naturalmente que a nossa tranquilidade só seria total se as análises fossem efectuadas a 100 %, o que não é viável, não é possível.

Os resultados do estudo da revista que referiu são também eles preocupantes, até porque não estão plenamente de acordo com os elementos que nos foram fornecidos. Mas a verdade — e o Sr. Secretário de Estado referiu-o claramente — é que o próprio Ministério pediu várias vezes, com alguma insistência, que lhe fosse fornecida a metodologia e o critério como foram obtidos esses resultados e, pelo que nos foi dito, e não foi desmentido posteriormente, não foi atendido nessa sua pretensão.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não pensa que seria normal, que seria vantajoso, em termos de opinião e saúde públicas, que esses elementos fossem fornecidos, designadamente ao Governo, a fim de que este os pudesse comparar com os seus próprios resultados e introduzisse correcções, se fosse esse o caso?

Por outro lado, pelo que V. Ex.<sup>a</sup> disse, creio que está de acordo em introduzir alguma reestruturação, uma forma de actuação mais expedita, mais célere, na Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar. No fundo, trata-se de tomar as medidas que são do conhecimento público e que o Governo, neste momento, está a tomar para lhe dar maior eficácia e para que todos nós possamos estar mais tranquilos nesta matéria.

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (PS):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, efectivamente, tem razão. O tema da segurança e da qualidade alimentar está na ordem do dia. Neste contexto, gostaria de reiterar, em nome do Partido Socialista, as posições muito claras que, nesta matéria, sempre assumimos em defesa dos consumidores.

Não podemos esquecer as recentes crises sanitárias que abalaram a confiança do público na capacidade de a indústria alimentar e de as entidades públicas garantirem a segurança dos alimentos. Aliás, como referiu, o recente estudo a amostras de ovos, mel e carne de porco, levado a efeito pela DECO, que aponta para a existência, nalguns daqueles géneros alimentares, de vestígios de medicamentos, constituem graves problemas do ponto de vista da saúde pública e da segurança dos consumidores, e, simultaneamente, põem a nu as fragilidades de um sistema de controlo praticamente inexistente entre nós!

A segurança alimentar constitui, de facto, uma das prioridades dos consumidores portugueses, daí que as suas associações reivindiquem, sistematicamente, um sistema fiável de controlo e fiscalização de toda a cadeia alimentar.

Foi, precisamente, com este tipo de preocupações que o governo socialista decidiu, e bem, seguindo de perto algumas experiências ocorridas na União Europeia, pôr em marcha o processo de criação e instalação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, entidade a quem foram conferidas competências no âmbito do controlo e da fiscalização.

Como sabe, o actual Governo assumiu, desde a sua tomada de posse, uma postura crítica em relação à Agência preconizada pelo governo socialista. Curiosamente, o Governo, apesar de querer «simplificar», «aligeirar» e tornar

mais «flexível» a estrutura da Agência, mantém exactamente o mesmo prazo para a sua instalação!

Mas, mais grave do que isso, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, com as alterações agora introduzidas, entende o Governo que a Agência deverá apenas ter atribuições na área da avaliação científica e da comunicação de riscos ao público, perdendo todos os poderes que possuía a nível inspectivo e fiscalizador! O que se traduz num recuo inexplicável, numa matéria relativamente à qual o País não pode esperar mais tempo.

Com estas alterações, o Governo parece ignorar que no nosso país — a experiência tem-no demonstrado — o sector da segurança alimentar se encontra fragilizado, particularmente devido à dispersão do poder fiscalizador por várias entidades, dependendo de vários ministérios, situação que o actual Governo parece querer manter.

Quanto a nós, o que é preciso é racionalizar e optimizar uma estrutura de controlo, visando um diálogo interactivo entre os consumidores, a comunidade científica e outras entidades.

Para o Partido Socialista é muito claro — dissemos-lo aqui na sexta-feira passada — a qualidade alimentar tem de constituir um princípio absoluto de qualquer política de consumo! Neste sentido, a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar tem que se assumir como um verdadeiro órgão de fiscalização da qualidade ao serviço dos consumidores portugueses!

Por isso, pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada: não é de opinião que esta Agência deveria ter autonomia institucional, independência política, financeira e científica e também competências criminais?

Por outro lado, não considera que o modelo adoptado pelo Governo, que mantém a dispersão dos órgãos de inspecção, constitui um erro crasso com consequências altamente lesivas para os interesses dos consumidores portugueses?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta não é uma questão de alarmismos ou de hipervalorização de riscos, como os Srs. Deputados do PSD e do PP a pretendiam abordar — aliás, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Pescas, na passada sexta-feira, também o quis fazer —, mas sim uma questão de protecção da saúde pública.

Este Plenário não serve para trazer aqui questões novas ou de ribalta, serve, sim, para tratar questões sérias e que são legítimas e pertinentes.

**O Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Esta é, efectivamente, uma questão pertinente, para além de que, desde sexta-feira passada até hoje, surgiram algumas novidades que entendemos serem da máxima importância.

Não trouxe aqui hoje nenhuma questão nova, apesar de o Sr. Secretário de Estado, na sexta-feira, não ter respondido a nenhuma das questões que lhe foram colocadas, como, aliás, aqui foi expresso nessa mesma ocasião. Realmente, a questão é a mesma: que segurança e qualidade alimentar podem esperar os portugueses nesta altura?

Pelas declarações das bancadas do PSD e do PP, parecem continuar a querer minimizar e negligenciar os riscos,

mesmo perante os dados e os números conhecidos e ao arrepio do que têm sido todas as normas da União Europeia, nomeadamente as recomendações basta vezas feitas e repetidas pelos peritos que fizeram as visitas de controlo e fiscalização a Portugal, umas mais recentes, outras mais antigas.

Agradeço a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos e aproveito para lhe dizer, tal como ao Sr. Deputado Fernando Penha, que a grande novidade é que a constituição da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, cuja tutela ainda se desconhece (parece que ainda está em aberto a discussão), não assegura a fiscalização, o controlo e a punição dos eventuais infractores, sendo esta medida absolutamente indispensável para os consumidores. Aliás, os representantes desses mesmos consumidores têm insistido para que seja feita, o que já tinha sido avançado em anteriores propostas e pelos vistos deixada agora cair.

Esta nova Agência, em vez de nova, parece-nos antiga e, mais uma vez, foi criada ao arreio de todas as normas da União Europeia.

#### *Aplausos do BE.*

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como é do conhecimento de todos, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu para usar da palavra na sessão de hoje, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigos 84.<sup>º</sup> do Regimento, sobre medidas de protecção social e de apoio ao emprego.

Recordo que, segundo o Regimento, esta intervenção não pode exceder os 8 minutos, seguindo-se um debate com grelha própria, em que os tempos disponíveis para os vários grupos parlamentares acrescem aos tempos do período de antes da ordem do dia.

Para o iniciar, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Conselho de Ministros aprovou hoje um programa especial de incentivo ao emprego e de reforço da protecção social dos portugueses particularmente afectados pelo flagelo do desemprego.

Este programa especial, que entregarei ao Sr. Presidente da República, tem dois objectivos muito claros: por um lado, reforçar os incentivos à criação de novos postos de trabalho, especialmente para os jovens à procura do primeiro emprego e para os desempregados de longa duração; por outro lado, consagra a aprovação de medidas sociais complementares, de natureza excepcional e temporária, para apoiar socialmente os trabalhadores e as famílias que se encontram em situação de desemprego.

#### **Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não se trata de um programa de boas intenções; trata-se, sim, de um programa de medidas concretas destinado a pessoas concretas — os portugueses que ainda não conseguiram um emprego e aqueles outros portugueses que, infelizmente, caíram ou possam vir a cair no drama do desemprego.

Destaco, pela sua particular importância, algumas das medidas aprovadas: foi instituído o chamado subsídio de desemprego provisório, de pagamento imediato, por forma a que quem cai no desemprego tenha de imediato pro-

tecção social e não precise de esperar alguns meses de burocracia;...

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... no caso das famílias de menores rendimentos com pessoas desempregadas, que tenham filhos menores ou deficientes a seu cargo, o abono de família a que têm direito será duplicado, ou seja, passará a ser o dobro do actualmente existente;...

#### **Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ...em relação a pessoas que aos 55 anos de idade caiam no desemprego e nessa situação se mantinham, e já tenham 30 anos de descontos, passa a garantir-se, pela primeira vez, que se possam reformar mais cedo — aos 58 anos e não aos 60, como actualmente —, sem qualquer penalização na sua reforma;...

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... hoje, o prazo de garantia para se ter acesso ao subsídio de desemprego é reduzido, ou seja, para uma pessoa ter subsídio de desemprego é preciso que tenha descontado, nos últimos 2 anos, o correspondente a 540 dias — a partir de agora basta que no último ano tenha descontado 270 dias.

#### **O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Permite-se, desta forma, um acesso mais rápido dos jovens ao subsídio de desemprego.

#### **Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto ao subsídio de desemprego parcial, já existente, também a situação é substancialmente melhorada: hoje, a majoração do subsídio parcial de desemprego é de 25 % e vai passar para 35 %, de modo a estimular a procura de trabalho a tempo parcial por parte dos desempregados; reforço dos incentivos financeiros à contratação de desempregados, com acento especial naqueles que têm mais de 45 anos de idade; apoio, através de protocolos a celebrar com as empresas ou as associações empresariais, de novos programas de formação e reconversão profissional de trabalhadores desempregados e que sejam recrutados; subsidiação até 80 % do salário de trabalhadores que sejam contratados para substituir temporariamente outros trabalhadores em licença de maternidade ou paternidade e de licença para assistência aos filhos; por último, reforço dos meios disponíveis para a formação intensiva de pessoas desempregadas com habilitações de nível superior ou intermédio. Trata-se de uma outra medida particularmente importante para ajudar a combater o desemprego de jovens licenciados.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Estas medidas, constantes do programa especial hoje aprovado pelo Governo, são necessárias, coerentes e enquadram-se na estratégia correcta para vencer o futuro.

Em primeiro lugar, são medidas necessárias. Somos um Governo com fortes preocupações sociais. Quem procura

emprego e não consegue, quem cai no flagelo do desemprego tem de ter uma protecção rápida, justa e eficaz. É uma questão de dignidade humana.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — São medidas coerentes. Sempre dissemos que resolver os problemas da nossa economia — com os erros de política económica dos últimos anos, com os problemas estruturais que o País tem e, ainda por cima, com uma conjuntura internacional altamente desfavorável — implicava, no entretanto, o reforço da protecção social das pessoas e das famílias.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

São, por último, medidas que se enquadram na estratégia correcta definida pelo Governo e sustentada pela maioria. E a nossa estratégia, sempre o dissemos, funda-se em 3 pilares essenciais: disciplinar as contas públicas — sem isso não há recuperação económica possível;...

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... promover reformas estruturais que alterem radicalmente o nosso modelo de desenvolvimento económico — sem isso agravar-se-á o drama das empresas que deixam o nosso país e dificilmente conseguiremos atrair novos investimentos que gerem riqueza e que criem novos postos de trabalho;...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... promover a justiça social, traduzida em medidas e acções concretas que protejam os mais vulneráveis da nossa sociedade. Os jovens à procura do primeiro emprego, os desempregados de longa duração, os trabalhadores não podem sentir-se abandonados ou desprotegidos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

São eles — os trabalhadores, os jovens à procura do primeiro emprego, os desempregados de longa duração — as vítimas indefesas dos erros acumulados ao longo de anos e das consequências de uma situação externa profundamente negativa e desfavorável.

Sem um apoio forte e justo do Estado, a solidariedade não se afirma nem existe. Não somos um Estado neutral e insensível, queremos ser um Estado cada vez mais justo e solidário.

Foi este o compromisso que assumimos com os portugueses. É este o rumo que o País necessita.

Vamos vencer as dificuldades. Todos em conjunto — Estado e cidadãos, trabalhadores e empresários, num ambiente de rigor, de ambição e de efectiva solidariedade social a que todos os portugueses, sem excepção, têm direito.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — A primeira intervenção no debate que se segue cabe ao maior partido da oposição, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pedroso, que dispõe de 6 minutos para o efeito.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Deputados: Há duas semanas atrás, o Partido Socialista anunciou aqui que ia fazer uma interpelação sobre a situação social e económica; duas semanas depois, o Governo descobriu que há desemprego em Portugal! Parabéns, mas chegou muito tarde, Sr. Ministro!

*Aplausos do PS.*

Ainda não teve lugar a interpelação e já valeu a pena!

O desemprego está a subir desde que são Governo: há mais de 1 ano..., há 1 ano que está a subir e os senhores só descobriram agora que o desemprego está a subir!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

Há uma semana que começámos o trabalho preparatório da nossa interpelação. Na passada segunda-feira, o Dr. Ferro Rodrigues esteve em Castelo de Paiva; passadas poucas horas, lá estava o Sr. Secretário de Estado do Trabalho a procurar remendar o que não tinha feito nas semanas anteriores.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ontem, o Dr. Ferro Rodrigues esteve na empresa Nova Penteação e, à última hora, lá veio o Sr. Secretário de Estado do Trabalho dizer que estava a ultimar uma negociação para essa empresa. Ontem mesmo, o Sr. Presidente da República comoveu-se com a situação difícil das trabalhadoras da empresa Bawo; hoje, o Governo vem dizer à pressa que tem uma medida de apoio a pessoas que estão em risco de desemprego. Mas ainda não veio dizer hoje que essas trabalhadoras podem dormir descansadas, que podem estar em suas casas, que não será tolerada a ilegalidade nessa empresa.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo não teve coragem de o vir dizer aqui!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É altura de revisitarmos a «teoria da tanga» do Sr. Primeiro-Ministro.

**A Sr.<sup>a</sup> Celeste Correia (PS):** — Exactamente!

**O Orador:** — É que, em 2002, Portugal teve a mais alta variação da taxa de desemprego da União Europeia. E não foi por acaso...

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Pois não!...

**O Orador:** — ... nem vem da tradição e do que é normal em Portugal.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Primeiro-Ministro:** provocou, pelo seu discurso, a mais grave crise de confiança de que há memória em Portugal, desde que as estatísticas medem a confiança.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

E o seu discurso teve um efeito imediato: o investimento, que, em Portugal, cresceu sempre até ao fim do primeiro trimestre de 2002, desceu imediatamente no trimestre seguinte.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, como sabem, numa economia de mercado, como é a nossa, quando desce o investimento desce o produto e, logo a seguir, sobe o desemprego. Foi o que aconteceu, foi o que essa grave crise de confiança provocou entre nós.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas esse discurso foi acompanhado de medidas que aceleraram os efeitos negativos. Lembro aqui que a redução do investimento público medida pelo PID-DAC, nas suas sucessivas reformulações e na sua proposta para 2003, serviu para acelerar ainda mais os efeitos de uma política errada, uma política que, desde a primeira hora, dissemos que não media as consequências sociais e económicas para o País e iria transformar uma dificuldade orçamental numa crise económica e social. É essa crise que estamos a viver, é com ela que o Sr. Primeiro-Ministro está hoje confrontado.

Estamos aqui hoje perante medidas de conformação com o desemprego e não perante medidas de apoio ao investimento.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro: o que andou o Governo a fazer em matéria de investimento e emprego no último ano?

**Vozes do PSD:** — O que vocês andaram a fazer!

**O Orador:** — Distraiu-se a discutir o número de faltas que um trabalhador pode dar para ser despedido, não percebendo minimamente que, em Portugal, quando há uma variação económica, imediatamente ela se reflecte no desemprego! Distraiu-se das medidas activas de emprego, fazendo do ano de 2002, pelos dados que conhecemos até Novembro, um ano único, em que aumentou o desemprego e, ao mesmo tempo, diminuiu em 11 000 (até Novembro) o número de pessoas que foram apoiadas no âmbito das medidas activas de emprego pelo Governo! Desperdiçou fundos comunitários, levando à sua reprogramação para Espanha.

Por outro lado, Sr. Ministro, estamos perante uma complacência e uma tolerância por abusos da lei que leva a que o próprio Sr. Presidente da República seja chamado a dizer, perante as trabalhadoras da empresa Wabo, que não podemos assistir à violação da autoridade do Estado.

Em suma, até hoje, o Governo apenas teve uma palavra perante esta crise social: indiferença!

netes. Já alguém viu o Sr. Primeiro-Ministro onde estão os problemas dos portugueses?!

**Vozes do PS:** — Não!

**O Orador:** — Já alguém viu o Sr. Primeiro-Ministro a visitar e a inteirar-se dos problemas concretos das pessoas que vêem os seus postos de trabalho ameaçados?!

**Vozes do PS:** — Não!

**O Orador:** — O Governo esqueceu-se ainda de aplicar os acordos de política de emprego e formação profissional que diz respeitar.

Perante tudo isto, é pouco, é muito pouco, é mesmo muito pouco que hoje venham dizer-nos que vão sobre-carregar o orçamento da segurança social com algumas medidas de protecção — é um sinal de que se conformaram com esta crise! Não têm uma ideia sobre como retomar o investimento, sobre como reanimar a economia, sobre como retomar o emprego!

Perante isto, eu diria que ficou já hoje demonstrado que a nossa interpelação vai valer a pena. Vamos ver como serão boas soluções para resolver este problema — as soluções que os senhores não têm!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados...

*Continuação dos aplausos do PS ao Deputado Paulo Pedroso.*

Muito obrigado! Eu já sabia que, ainda sem ter falado, já merecia o vosso aplauso!

*Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E olhem que, se os senhores tiverem consciência, aquilo que vou dizer deveria merecer o vosso aplauso!

**Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados:** Quero, antes de mais, Sr. Ministro, na sua pessoa, saudar o Governo e os portugueses pela circunstância de terem um Governo que não precisa — e tem-no demonstrado — de andar a reboque de ninguém em matéria de sensibilidade social.

**Vozes do PS:** — Oh!

**O Orador:** — Não precisa, Srs. Deputados, porque falta de sensibilidade social é ter seis anos de conjuntura favorável e ter gasto milhões na TAP e em maus negócios com a Swissair,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... ter gasto milhões para alimentar a propaganda na RTP, é ter deixado degradar a economia, é ter deixado acentuar o dédico, é ter deixado desregredidas as finanças públicas! Isso é que é falta de sensibilidade social!

*Aplausos do PS.*

Os membros do Governo, em particular o Sr. Primeiro-Ministro, estão fechados na sua inércia e nos seus gabi-

*Aplausos do PSD.*

Para um país de escassos recursos, essa é a maior falta de sensibilidade social!

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Srs. Deputados, é interessante que o Sr. Deputado Paulo Pedroso — fugiu-lhe a boca para a verdade no início da sua intervenção —, quando quis acusar o Governo, tenha reconhecido que «há muito mais de um ano» já se estava a acentuar o desemprego. Pois é, efectivamente é há muito mais de um ano! E V. Ex.<sup>a</sup> sabe que as consequências de uma má política económica e financeira têm, a prazo, essa degradação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Portanto, aquilo que hoje se vive em matéria de desemprego, aquilo que hoje se vive em matéria de falências, é o fruto do desastre da vossa governação!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Srs. Deputados, por certo não seria um governo socialista que, em dez meses, conseguia pôr em ordem as finanças públicas, recuperar e recompor o défice nos seus limites, recuperar a credibilidade de Portugal junto da União Europeia, ter o consenso dos economistas — dos vossos economistas! — sobre o acerto da política adoptada pelo Governo. VV. Ex.<sup>a</sup> têm de ter umas lições! Têm de ter umas lições do Dr. Silva Lopes, têm de ter umas lições do Dr. Victor Constâncio, têm de ter umas lições do Dr. Hernâni Lopes para saber o que é política financeira adequada, o que é política económica adequada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nem precisamos de pedir aos nossos economistas, ao Dr. Miguel Beleza e a outros que vão dar essas lições, porque VV. Ex.<sup>a</sup> têm quanto baste! São é maus alunos e não aprendem!

*Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, apesar da conjuntura internacional desfavorável, este conjunto de medidas que o Governo aqui anunciou, associado às medidas que têm de se tomar em termos de estímulo da economia, são a resposta adequada, no momento certo, e não têm nada a ver com a interpelação do PS. Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Pedroso se havia interpelação quando o Sr. Ministro da Segurança Social foi anunciar em Castelo Branco, há dois meses, o programa de intervenção na Beira Interior, que prevê 18 milhões de contos até 2006? 18 milhões de contos! VV. Ex.<sup>a</sup> não tinham anunciado nenhuma interpelação e já o Governo estava a adoptar a política social certa para corrigir e atender às falhas e às consequências da péssima governação socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Paulo Pedroso pediu a palavra para defender a consideração devida à honra da sua bancada em virtude das palavras do Sr. Deputado Guilherme Silva.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Oh!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, factos são factos. Diga o Sr. Deputado Guilherme Silva o que disser, o facto é que a taxa de desemprego, no primeiro trimestre de 2001, era de 4,2% — abaixo, muito abaixo, do que nos deixaram em 1995! — e hoje é de 6,2%, com uma subida de 50% num só ano! Essa subida é a mais alta da União Europeia, e isso não acontece por acidente! Factos são factos!

Portugal tem um nível de confiança, um sentimento económico muito abaixo da média da União Europeia! Isso é um facto, e diga o Sr. Deputado o que disser não o pode refutar!

O Sr. Deputado Guilherme Silva diz que tal se deve a erros do passado. Compreenda uma coisa, Sr. Deputado: a desculpa universal com o passado, por um lado, e com o brevemente, por outro, já não esconde a inércia do Governo!

*Aplausos do PS.*

Um ano de governo com opções económicas erradas, com indiferença para com as suas consequências económicas e sociais produziu esta situação, que, se não for invertida, agravar-se-á. Esse é o problema que a todos nos deve unir.

Mas, Sr. Deputado, recordo-lhe ainda mais questões. Diz-me o Sr. Deputado que há programas; então, eu relembo-lhe que até há leis previstas por acordos, e tomadas, que não são cumpridas. Dou-lhe um exemplo: todos os jovens com menos de 18 anos que se encontrem a trabalhar e não tenham completado a escolaridade obrigatória ou, tendo-a completado, não tenham qualificação profissional, de acordo com uma lei em vigor deveriam estar 40% do seu tempo de trabalho em formação. Sr. Deputado, o Instituto de Emprego e Formação Profissional não concretizou esta medida no terreno e, por inércia do seu governo, nenhuma empresa foi punida por esse facto. Essa medida, pura e simplesmente, não saiu do papel por falta de vontade política deste Governo.

**O Sr. António Costa (PS):** — Essa é que é essa!

**O Orador:** — Posso recordar-lhe várias medidas do acordo de emprego e formação profissional que estavam concretizadas quando os senhores chegaram ao Governo e que não estão a ser aplicadas por omissão vossa. E vamos ter, dentro em pouco, a oportunidade de discutir mais uma, que, como não ficou legislativamente concluída, os senhores se esqueceram de legislar. Mas discuti-la-emos aqui por iniciativa do PS.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado, numa só palavra, aquilo a que hoje aqui estamos a assistir da vossa parte é uma tentativa apressada de fazer o que o Sr. Ministro Bagão Félix há poucos dias disse que ia ser um programa...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

**O Orador:** — Concluo imediatamente, Sr. Presidente.

É uma tentativa apressada, transformada em meia dúzia de páginas, de fazer aquilo que nos foi dito que iria ser um programa a apresentar no fim de Março.

**O Sr. António Costa (PS):** — Onze páginas!

**O Orador:** — Posso desde já dizer-lhe, Sr. Deputado, para que o Governo não seja forçado a fazer programas à pressa, que a nossa próxima interpelação será sobre defesa...

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Ah!

**O Orador:** — Perdão, será sobre segurança.

Podem, pois, preparar-se desde já para que o vosso programa seja capaz de dar uma resposta melhor preparada.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Pedroso, pela sua última referência, percebi que os senhores estão à defesa!

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Paulo Pedroso, ao ter pedido a palavra para defesa da honra da sua bancada, pensei que iríamos ter uma atitude de arrependimento do PS e a assumpção da verdade! Mas, infelizmente, não foi assim! Houve uma réstia de verdade no momento em que o Eng.<sup>o</sup> Guterres, reconhecendo a grave situação em que deixava o País, bateu com a porta e fugiu.

**O Sr. António Costa (PS):** — Já cá faltava essa!

**O Orador:** — Essa foi a réstia de verdade do reconhecimento do pântano em que ele deixava o País. Mas VV. Ex.<sup>as</sup> querem apagar mesmo essa réstia de verdade, querem contrariá-la! Mas a história não a apaga! Essa é a que abre a fresta da verdade efectiva que é a da situação em que os senhores deixaram o País!

Sr. Deputado, há realmente uma postura que distingue claramente VV. Ex.<sup>as</sup> do Governo do PSD e do CDS-PP: é a postura de verdade!

*Protestos do PS.*

Nós não ocultámos ao País que a situação ia ter, até nalguns aspectos, agravamentos! Nós não ocultámos ao País a situação porque a identificámos, porque sabímos como VV. Ex.<sup>as</sup> a tinham deixado! E V. Ex.<sup>a</sup> sabe perfeitamente que o processo de degradação económica em que os senhores deixaram o País tem uma progressão continuada, e é este o fruto dessa continuidade.

Não é por acaso que o Governo, apesar das medidas de contenção, assumiu inscrever mais verbas para o subsídio de desemprego, porque sabia que essa situação ia agra-

var-se, e assumiu perante o País essa verdade, não faz o discurso que os senhores fazem e que fizeram sempre, de que estava tudo bem, de que o governo estava a seguir as políticas adequadas, nos caminhos certos. Sr. Deputado, tenha ao menos a consciência de reconhecer, como foi reconhecido por economistas de todos os quadrantes, que foi necessário tomar medidas em contraciclo, que foi necessário tomar medidas que têm efeitos penalizadores para a economia mas que eram essenciais para reforços em ordem às finanças públicas! E tenha a seriedade de reconhecer que, sem as finanças públicas em ordem, não há economia que possa progredir, não há crescimento sustentado na economia!

*Protestos do PS.*

Os senhores têm muito jeito para coisas feitas no papel, os senhores têm muito jeito para gráficos e têm também muito jeito para criar problemas, mas não têm jeito nenhum para os resolver!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Pedroso, começo por agradecer e aceitar o repto: diz V. Ex.<sup>a</sup> que quer discutir segurança — quando quiser! Vamos discutir segurança, vamos discutir o que este Governo está a fazer, vamos discutir o que os senhores fizeram em matéria de política de segurança e vai ver, Sr. Deputado, que, de certeza absoluta, não saem bem na fotografia!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Em segundo lugar, Sr. Deputado, quero dizer que este plano que o Governo aqui apresenta responde, em primeiro lugar, a uma questão essencial: a esquerda gosta muito de dar uma ideia «preocupação social é connosco, sensibilidade social é connosco» — este plano desmente essa ideia de uma vez por todas!

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os senhores não têm, não terão e não vão ter o monopólio da sensibilidade social! Nós temos preocupações sociais, demonstramo-lo e temos soluções.

*Aplausos do CDS-PP.*

Por outro lado, o Sr. Deputado Paulo Pedroso, na sua intervenção, diz — aliás, o PS tem dito recorrentemente — que a situação de desemprego se ficou a dever a um discurso deste Governo, que criou o desemprego!

Sr. Deputado, seja rigoroso!

*Protestos do PS.*

V. Ex.<sup>a</sup> diz, e é verdade, que atingimos o ponto mais alto. É verdade! É indiscutível! Mas quando é que o de-

semprego começou a subir? O desemprego começou a subir ainda com os governos do Partido Socialista.

*Neste momento, os Deputados do PS António Costa e Paulo Pedroso exibem dois gráficos relativos ao desemprego.*

Os senhores têm gráficos, mas eu também os tenho!

*Neste momento, o orador ostenta um gráfico relativo ao desemprego.*

Este gráfico é do Instituto Nacional de Estatística e demonstra que o desemprego começou a subir na altura em que o Partido Socialista ainda estava no governo.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — E começa, Sr. Deputado,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Os factos verificam-se, Sr. Deputado! Veja estes gráficos!

**O Orador:** — Eu também tenho gráficos, Sr. Deputado!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Telmo Correia tem gráficos, mas não são em tecnicolor como os do Partido Socialista! É a sua falha!

*Risos.*

**Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados,** peço silêncio!

Os ânimos estão a aquecer, o que não contribui para o esclarecimento da questão, que é suficientemente importante para merecer a atenção e o respeito de todos.

Portanto, peço-lhes que ouçam o orador em silêncio, porque, assim, é melhor.

Sr. Deputado Telmo Correia, faça favor de prosseguir.

**O Orador:** — Sr. Presidente, estas interrupções têm-me feito perder tempo...

**O Sr. Presidente:** — Farei um breve desconto, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos a gráficos e vamos à culpa e à responsabilidade.

*Protestos do PS, ostentando os gráficos relativos ao desemprego.*

Sr. Presidente, assim não é possível.

Os senhores dizem que a culpa é do Governo e de um discurso. Eu digo-vos, Srs. Deputados, que, desde 1995, a cobertura da procura interna pela produção nacional tem vindo a descer. Desde 1995 que a taxa das importações vem a subir!

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sabem o que isto quer dizer, Srs. Deputados? Que é o erro do vosso modelo económico que determina o desemprego e não um discurso ou uma qualquer proposta deste Governo.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

As causas são externas e internas.

**O Sr. António Costa (PS):** — É a guerra!

**O Orador:** — As causas são externas, porque a maior parte das economias estão em estagnação, mas também são internas.

É fundamental, Srs. Deputados, mudar o modelo económico. A nossa economia — e os Srs. Deputados sabem isto tão bem como nós — não pode continuar a estar assente num modelo de baixos salários e de baixa produtividade.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — E isso nada tem a ver com o Programa «Emprego e Protecção Social» hoje apresentado pelo Dr. Marques Mendes?!

**O Orador:** — Oiçam, Srs. Deputados.

Não se faz qualquer mudança do modelo económico sem alterações fundamentais. E os senhores sabem tão bem quanto eu que foi este Governo, que apostou na atracção de investimento, que criou uma agência para o efeito e um aspecto fundamental para que haja investimento e seja possível atrair novas empresas, que é a credibilidade externa do País.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sem controlar o défice e sem credibilidade externa não seria possível, em circunstância alguma, esperar atrair investimento no futuro.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, se esta situação é assim e se fenómenos como a globalização são, nalguma medida, inevitáveis, é inevitável que algumas empresas se desloquem para onde há mão-de-obra mais barata e não existem regras como as que nós temos em termos de trabalho.

Se esta situação é inevitável, a única resposta para ela é uma «almofada social».

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É a existência de uma «almofada social», de uma preocupação social, que permitirá atravessar este período de crise, este período de dificuldade.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Faça favor de concluir.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

O reforço de incentivos, a criação de postos de trabalho e, sobretudo, a criação de um subsídio que garanta a não existência de qualquer situação de desproteção para estes trabalhadores são essa «almofada social».

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Os senhores deveriam aplaudir.

O Sr. Presidente da República expressou ontem — e bem — a sua preocupação com a presente situação. A preocupação é dele, a preocupação é nossa! Temos preocupações, mas preocupações não chegam! Nós e o Governo,

além de preocupações, temos soluções, e foi o que vimos dizer hoje.

#### *Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. José Magalhães (PS): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Qual é a razão da sua pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, gostaria de interpelar a Mesa em relação a um documento que a Mesa fez distribuir há minutos, em papel timbrado do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, que tem cerca de seis folhas, o que dá 11 páginas impressas, cujo título é *Programa Emprego e Protecção Social*.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro Bagão Félix tinha anunciado para daqui a alguns meses a apresentação de um documento. Este documento que aqui está parece ser, Sr. Presidente, um resumo ou tópicos para esse documento.

Gostaria que V. Ex.<sup>a</sup> pudesse certificar-se junto do Governo se se trata, de facto, do Programa, em compacto ou em extenso, ou se é, digamos, o tópico ou o conjunto de tópicos para o futuro programa, dado que este nos parece indigente.

#### *Protestos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Magalhães, o documento que foi distribuído aos grupos parlamentares foi aquele que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares entregou na Mesa no final da sua intervenção.

Como o Sr. Ministro ainda tem tempo para intervir no final deste debate, esclarecerá, com certeza, a dúvida que o Sr. Deputado muito rigorosamente e a propósito apresenta.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, como primeiro desabafo, poderia dizer: a quanto obriga a função!

Admito que fez um exercício, procurando meter uma bandeirinha, talvez preocupado com o rebate de consciência social ontem manifestado pelo Sr. Presidente da República, mas creio que, ao contrário de outras vezes, falhou claramente este seu exercício. Isto acontece não pela sua falta de capacidade mas pela realidade social que, hoje, desmente o seu discurso.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — E isto é preocupante.

O Sr. Ministro quis aqui tratar, ou, pelo menos, anunciar, o tratamento de alguns efeitos resultantes da política social deste Governo. Mas fugiu, «como diabo da cruz», das causas fundamentais que levam a esta situação que, hoje, milhares e milhares de trabalhadores estão a viver no nosso país.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Quis curar os efeitos — mal —, esquecendo as causas. Não curou das razões que levam à aplicação draconiana do Pacto de Estabilidade, que levam à destruição do aparelho produtivo, prejudicando fundamentalmente as pequenas e médias empresas, dos cortes radicais no investimento público, das políticas restritivas do consumo interno, do «garrote» nos salários... O Sr. Deputado Telmo Correia, quem havia de dizer que estava preocupado com o modelo de salários baixos, quando, hoje, este Governo aplica um «garrote» brutal nos salários, designadamente nos salários dos trabalhadores da administração pública?!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Em que país é que o senhor anda?!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Congelam-nos!

O Orador: — No que toca às reformas e às pensões, onde estão as declarações feitas pelo senhor candidato na altura e hoje Ministro em relação às velhinhos, às coitadinhos das reformadas?

O Sr. Honório Novo (PCP): — É o Paulo Portas!

O Orador: — Era o Sr. Paulo Portas que falava da convergência das reformas mínimas com o salário mínimo nacional. Aliás, creio que as declarações foram brilhantes, pois «baixando o salário mínimo nacional, consegue-se a convergência com reformas mínimas»!

#### *Protestos do CDS-PP.*

Mas, continuando a falar das causas, do brutal aumento dos preços, o Sr. Ministro não falou das medidas brutais que os senhores neste momento já estão a aprovar em sede de Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais em relação ao pacote laboral. O Sr. Ministro não fala dos ataques ao Serviço Nacional de Saúde, à segurança social e ao ensino.

Portanto, eu creio, Sr. Ministro, que falhou no seu exercício!

Neste sentido, fazemos uma acusação séria ao Governo: os senhores são responsáveis por hoje existir na sociedade portuguesa, particularmente em relação aos trabalhadores, um profundo descontentamento, um profundo sentimento de que é preciso impedir esta política.

Como é que o senhor, com a sua inteligência, entende o facto de milhares e milhares de trabalhadores, num país qualquer da Europa, tendo em conta a nossa dimensão, quer geográfica quer demográfica, terem feito uma grande manifestação no passado dia 8?! O que levou aqueles homens e mulheres, perante milhares de elementos das forças de segurança, a protestarem contra aquilo que os senhores pretendem fazer no plano dos seus próprios direitos e em relação à própria concepção de conceito de defesa nacional.

Isto não o preocupa?!

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Tem de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente, referindo um aspecto concreto, que é o seguinte: se o Sr. Ministro ti-

vesse ouvido ontem a discussão na Comissão do Trabalho e dos Assuntos Sociais e, depois, lesse a medida que consta no documento que nos entregou acabaria, de certeza, por ficar envergonhado! Isto porque dizem aqui que vão consagrar mecanismos de incentivo à conversão de contratos a termo em contratos sem termo quando, ainda ontem, os senhores discutiram e aprovaram uma medida que leva os trabalhadores a seis anos de contrato a prazo. Ao menos, tenha coerência, Sr. Ministro!

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, de facto, ontem o Sr. Presidente da República chamou justamente a atenção do País para o agravamento do desemprego e para as consequências sociais deste flagelo.

O Governo apressou-se, em 24 horas, a tentar vir junto da opinião pública demonstrar serviço. Fê-lo até de uma forma um pouco atabalhoada. Se repararmos, faltam páginas no documento que nos foi distribuído — compreendemos essa falha, pois foi feito muito à pressa! —, pois saltaram alguns itens.

Compreende-se a urgência, compreende-se a forma como o Governo tentou adiantar-se, na opinião pública, àquilo que foi uma justa chamada de atenção por parte do Sr. Presidente da República. Mas isto será o menos, Sr. Ministro, a questão essencial é que o Governo veio aqui apanhar os cacos da loiça que partiu!

**O Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Muito bem!

**O Orador:** — E ainda assim não a apanha toda! Na verdade, as medidas que aqui são anunciadas são, com certeza, generosas, mas extraordinariamente insuficientes!

O alargamento do subsídio de desemprego para quem tenha trabalhado 9 meses nos últimos 12 meses é largamente insuficiente. Há uma boa parte dos jovens desempregados que nunca poderão ser cobertos pela medida do subsídio de desemprego. Num momento em que há um pico de desemprego no país e que se prevê que continue a aumentar ao longo de 2004, a medida é extraordinariamente insuficiente.

Não estão previstas medidas do ponto de vista da acção social escolar, do apoio, na escola, aos filhos dos desempregados, o que seria, porventura, uma forma muito mais importante do que majorar o subsídio familiar, ainda por cima apenas no primeiro escalão, que é o dos que possuem mais fracos rendimentos. Uma boa parte dos desempregados nem sequer serão atingidos, desde que em casa haja alguém com rendimento.

Por isso, Sr. Ministro, creio que estas medidas são extraordinariamente insuficientes. Teremos de voltar à carga, pois são precisas medidas de efectiva protecção social. É por estas que o país reclama!

Queremos crer que o agravamento da crise económica, aliás, reconhecido pelo Governo, com a redução do investimento público, com medidas que não contrariam o ciclo de recessão económica, é devido à obsessão do défice e à crença cega no cumprimento do Pacto de Estabilidade, a que se chama de Crescimento, mas onde a parte do cres-

cimento foi, pura e simplesmente, abolida das perspectivas de política económica do Governo.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem mesmo de concluir.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Por isso, o Governo é responsável pelo agravamento do desemprego. Estas medidas de protecção social não são proporcionais àquilo que tem sido o agravamento da crise económica e do desemprego.

*Aplausos do BE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, sentindo, porventura, a necessidade de responder ao apelo lançado pelo Sr. Presidente da República, o Governo veio, com rapidez, ao Parlamento apresentar, digamos, um «kit de emergência» para uma situação extremamente grave.

Mas o facto é que, para uma doença gravíssima, que afecta milhares e milhares de pessoas, que mergulha na insegurança e numa situação sem esperança muitas famílias, que não deixa antever saídas, está a apresentar medidas pontuais, está, no fundo, a propor verdadeiras gotas de água no oceano. E são verdadeiras «gotas de água num oceano» que está agitado, em grande medida porque o Governo tem assistido, pelo menos desde há 10 meses, de uma forma conformista, à falência de empresas e não tem tomado medidas para que, por exemplo, a fraude de algumas falências possa ser sustida, bem como medidas concretas de apoio às famílias. Aquilo que nos foi apresentando são, porventura, medidas que aliviam a consciência, mas não resolvem a dimensão dos problemas que temos pela frente.

Aliás, não deixa de ser surpreendente, Sr. Ministro — e todos nós temos consciência de que, entre os desempregados, as mulheres são, naturalmente, o sector mais fragilizado, pois é no feminino que o desemprego, em primeiro lugar, se conjuga —, que seja precisamente no código do trabalho que se encontram as formas mais penalizadoras para que as mulheres fiquem mais facilmente excluídas da participação na vida profissional e com maior dificuldade em dar apoio aos seus filhos. E é precisamente para essas mulheres, para essas famílias e para essas pessoas concretas, que têm dramas com os quais convivem no seu dia-a-dia, que o Governo não tem tido capacidade de olhar nas decisões que agora está a tomar e que vão ter reflexos no futuro.

Por isso, Sr. Ministro, estas medidas, porventura, ajudarão a explicar à opinião pública por que é que o Governo tem estado, de uma forma tão chocantemente indiferente, a assistir à degradação da situação social, mas não são, seguramente, as ajudas, os apoios e as pistas transformadoras de que as pessoas precisam e de que estão à espera e que, manifestamente, não encontram nas soluções que o Governo apresenta.

**Vozes de Os Verdes, do PCP e do BE:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, começo por agradecer aos Srs. Deputados as questões que me colocaram, aos Srs. Deputados Guilherme Silva e Telmo Correia as referências que fizeram a este Programa «Emprego e Protecção Social» e, em particular, ao Ministro Bagão Félix, autor deste Programa, que, hoje, tive muito gosto em apresentar.

**Vozes do PS:** — Já está a «sacudir»...!

**O Orador:** — O Sr. Deputado António Costa e outros Deputados do Partido Socialista estão esta tarde muito satisfeitos. Não posso deixar de dizer que parece que os senhores ficam satisfeitos por o País e as pessoas terem problemas e por o desemprego aumentar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Convinha que tivessem um bocadinho mais de prudência!

Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, para além das diferenças de opinião, quero constatar aqui só o seguinte: fiz a apresentação deste conjunto de medidas com muito gosto, porque entendo que elas são necessárias, coerentes e enquadram-se numa estratégia correcta. E mais: o Sr. Deputado falou na convergência das pensões, quero recordar-lhe aqui que, com a reforma da segurança social aprovada, já ficou previsto e consagrado o princípio da convergência das pensões,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Só que não foram aumentadas!

**O Orador:** — ... a ser feita ao longo de toda a Legislatura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Luís Fazenda e Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, VV. Ex.<sup>as</sup> disseram aqui — eu não esperava outra coisa — que são medidas necessárias e generosas (foi até a expressão utilizada), mas insuficientes. Eu não esperava outra coisa, mas, em qualquer circunstância, não deixo de sublinhar que, relativamente às medidas aqui enunciadas, nenhum dos Srs. Deputados que intervieram foi capaz de pôr em causa a sua bondade, o seu acerto e o seu mérito.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto é que é importante!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado Paulo Pedroso, V. Ex.<sup>a</sup> disse aqui no início da sua intervenção que, por causa de uma interpelação que o Partido Socialista quer fazer ao Governo, este veio apresentar este conjunto de medidas. O Sr. Deputado, até podia ser assim, mas não é. Estas medidas e várias outras foram tomadas, porque, quando há um problema, tem de se tomar uma decisão. Nada tem a ver com a interpelação que o seu partido quer fazer.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Seis meses depois?!

**O Orador:** — A diferença é esta: não é por causa disso, é por causa de problemas gerados — sejam sérios — pela conjuntura externa, terrivelmente desfavorável, que afectam Portugal, toda a Europa e vários outros países e também por muitos problemas, uns estruturais e outros conjunturais, que o governo de que o senhor fez parte deixou ao País e pelos quais, ainda hoje, estamos a pagar uma factura bem pesada, e vamos continuar a pagar no futuro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS Paulo Pedroso.*

Porque, Sr. Deputado, factos são factos e contra factos não há argumentos. E os factos essenciais aqui a ter em atenção são os seguintes: o poder de compra, em Portugal, está a divergir do poder de compra da União Europeia desde 1997,...

**O Sr. António Costa (PS):** — É falso!

**O Orador:** — ... os índices de confiança estão a baixar desde 1997...

**O Sr. António Costa (PS):** — Enganaram-se, Sr. Ministro!

**O Orador:** — ... e a convergência com a União Europeia deixou de ser feita desde 1997. Quando isto aconteceu, estavam os senhores no poder. E tudo isto tem consequências! E, depois, era também o défice!

Sr. Deputado, acho que tem de haver um bocadinho mais de recato, apesar de os senhores estarem na oposição, por esta razão muito simples: todo o País já percebeu, há muito tempo, que os senhores, enquanto tiveram um período de «vacas gordas», governaram, embora não decidindo nada, mas, quando o período era de «vacas magras», os senhores não apenas abandonaram o poder como fugiram às responsabilidades. Fugiram, Sr. Deputado!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado pode hoje vir aqui apresentar muitos gráficos para tentar encobrir a realidade,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — São factos!

**O Orador:** — ... mas a realidade é sempre a mesma: os senhores deixaram problemas graves.

O senhor até deu um exemplo interessante, que quero comentar, que foi o exemplo da C & J Clark, em Castelo de Paiva. Então, vou aqui recordar ao Sr. Deputado e a toda a Câmara isto: a C & J Clark tinha duas empresas, uma em Arouca e outra em Castelo de Paiva, ambas no distrito de Aveiro. A de Arouca fechou há dois anos atrás, estavam os senhores no poder, e a de Castelo de Paiva fecha agora.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Compare a actuação dos dois governos!

**O Orador:** — Sabe qual é a grande diferença? É esta: quando, há dois anos, a C & J Clark fechou a sua fábrica em Arouca, nem o senhor, que estava no governo, nem o Dr. Ferro Rodrigues, nem o Ministro da Economia lá foram,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Isso não é verdade!

**O Orador:** — ... mas desta vez, quando a C & J Clark fechou a sua fábrica em Castelo de Paiva, o Sr. Secretário de Estado do Trabalho esteve lá e encontrou uma solução para resolver o problema. É a diferença entre um lado e outro!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, já esgotou o seu tempo. Peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado fala do Sr. Presidente da República, mas devo aqui dizer o seguinte: o Sr. Presidente da República exprimiu legítimas preocupações, que o Governo subscreve; a nossa postura é não apenas exprimir essas preocupações mas, ao mesmo tempo, ter soluções e respostas para os problemas.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso é que este Programa «Emprego e Protecção Social», que é um programa de um conjunto alargado de medidas, não é feito à pressa,...

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — É, é!

**O Orador:** — ... porque um programa destes não se faz em 24 horas, é, sim, um programa feito com pressa, por termos pressa de resolver os problemas das pessoas.

Para terminar, mais esta nota, Sr. Deputado Paulo Pedroso: sabe qual é a grande diferença — sejamos sérios, minimamente sérios, em termos políticos e intelectuais —...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Não diga isso!

**O Orador:** — ... que existe quando se houve economistas insuspeitos, como o Dr. Vítor Constâncio ou como, ainda anteontem, o Dr. Silva Lopes, e o Sr. Deputado? A diferença é esta: aqueles dois economistas que citei nada têm a ver com a área política do Governo, nem estão na política activa, o que lhes permite ter um distanciamento, e, por isso, aplaudem a política que o Governo está a seguir; o Sr. Deputado, só porque está na oposição, acha que tem de dizer mal e criticar, e, portanto, diverge.

É por isso que concluo dizendo o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo não estão indiferentes, estão a trabalhar.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Não se vê!

**O Orador:** — Ter palavras é fácil, mas para fazer um programa desta natureza, para ajudar à justiça social, é preciso estar a trabalhar, leva tempo, dá muito trabalho, mas é isto que nos permite dizer: os problemas são difíceis, mas não os vamos abandonar, vamos encontrar um

caminho, seguir um rumo, os resultados surgirão a seu tempo e, no entretanto, temos a ousadia de tomar as medidas sociais, porque não somos um governo neutro, nem insensível, nem neoliberal,...

**Vozes do PS:** — Ih!...

**O Orador:** — ... somos um governo com fortes preocupações de justiça e de solidariedade social.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental da defesa da consideração da minha bancada.

**O Sr. Presidente:** — Para que tudo seja clarificado, tem a palavra, Sr. Deputado, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, o debate que temos hoje aqui é o resultado do debate que temos travado nesta Câmara ao longo de toda esta Sessão Legislativa. Dissemos, desde o princípio, que a política financeira e económica deste Governo transformaria um problema financeiro numa crise económica;...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

**O Orador:** — ... os senhores sustentaram que seria a prioridade absoluta e exclusiva do combate ao défice que asseguraria a prosperidade de Portugal.

**O Sr. José Sócrates (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quem tinha razão? Os resultados estão à vista.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os senhores falharam tudo aquilo que eram os vossos objectivos.

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP):** — É mentira!

**O Orador:** — Os vossos objectivos eram: em primeiro lugar, estimular o crescimento através das exportações. Resultado: as empresas exportadoras estão todas a fechar e não há qualquer nova empresa exportadora a instalar-se em Portugal.

*Aplausos do PS.*

Em segundo lugar, os senhores iriam reduzir o défice por via da redução da despesa. Falharam! A despesa corrente aumentou, o que diminuiu foi a despesa de investimento, e diminuiu significativamente. Resultado: tiveram de tapar o défice com receitas extraordinárias, num truque de última hora, a que a Sr.ª Ministra teve de recorrer, por via da alienação de património, para além de outros pequenos truques de contabilidade. Qual é o resultado? O resultado é simples: desde que os senhores estão no Go-

verno, Portugal passou a crescer menos do que cresce a média da União Europeia.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Isso não é verdade!

**O Orador:** — Ao longo dos governos do PS, crescemos sempre acima da média europeia; 2002 é o primeiro ano em que Portugal cresce abaixo da média europeia.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Isso não é verdade!

**O Orador:** — E pior: na própria previsão do Governo, em 2003 voltaremos a crescer menos do que a média europeia e, em 2004, continuaremos a crescer menos do que a média europeia.

**Vozes do PSD:** — Isso não é verdade!

**O Orador:** — Ou seja: não convergimos, com VV. Ex.<sup>as</sup> divergimos! Qual é o resultado? O resultado é simples: ontem os senhores preocupavam-se com o défice, hoje vão ter de se preocupar com o desemprego, porque VV. Ex.<sup>as</sup> aumentaram o desemprego em 50 % nos 10 meses em que tem estado no Governo.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — É verdade!

**O Orador:** — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, não se refugie na crise internacional, porque basta ver qual é o sentimento económico na União Europeia e em Portugal. Na União Europeia o sentimento económico está representado, neste gráfico, por esta linha azul e o sentimento económico em Portugal é representado por esta linha laranja, que era uma linha ascendente até VV. Ex.<sup>as</sup> chegarem ao Governo, pois havia um aumento de confiança e uma confiança superior...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, terminou o seu tempo, peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Sr. Presidente, terminarei com menos excesso de tempo do que o Sr. Ministro.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro usou o tempo que lhe competia.

**O Orador:** — Enquanto estivemos no Governo, o sentimento era crescente e superior ao da média europeia; desde que VV. Ex.<sup>as</sup> são Governo o sentimento é sempre decrescente e inferior ao da média europeia.

Sr. Ministro, vamos ser muito claros: isto é particularmente extraordinário na actual conjuntura política, porque o que é normal, quando entra em funções um novo governo, é que seja insuflada confiança na economia; é um novo ciclo político que se abre, é um novo ciclo de esperança que se abre, e não é nada disso que acontece. Porquê? Primeiro, por um erro político — o discurso da «tanga» aqui feito pelo Sr. Primeiro-Ministro; segundo, por um erro de política económica — a obsessão única e exclusiva pelo défice; terceiro, por um erro de política financeira — o corte no investimento, o aumento da despesa corrente, a salvação do défice por truques de receitas extraordinárias, a quebra da confiança e o aumento do desemprego.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

**O Orador:** — Este é o balanço de 10 meses de Governo da direita! Este é o balanço pelo qual VV. Ex.<sup>as</sup> são responsáveis e terão de responder perante o País e nesta Assembleia na interpelação que faremos na próxima semana.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Costa, segui este debate com muita tolerância, muito para além daquilo que o Regimento dispõe e que está acordado em Conferência de Líderes. A importância do assunto, manifestamente, exige o seu esclarecimento.

Quero dizer-lhe, no entanto, que a sua intervenção difficilmente poderia considerar-se uma intervenção de defesa da consideração da sua bancada. Foi uma réplica política, como tal darei também a palavra ao Sr. Ministro para que ele responda à sua intervenção, findo o que encerraremos o debate.

Tem a palavra para o efeito, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, como é evidente, não houve qualquer defesa da consideração, porque a consideração da bancada do PS não foi afectada. Desta vez, a intervenção do Sr. Deputado António Costa, a este respeito, até foi particularmente notória, porque não invocou qualquer problema de defesa da consideração, o que se percebe.

Percebe-se também a necessidade de fazer uma segunda intervenção neste debate, porque só tem necessidade de rebater os argumentos quem verdadeiramente não acredita neles. É o seu caso, Sr. Deputado António Costa, porque tem de os repetir, repetir, para ver se, eventualmente, uma mentira, a dada altura, se transforma em verdade. É impossível, Sr. Deputado! É um truque, mas é impossível!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A primeira questão, Sr. Deputado, é esta: não vale a pena brincar com as palavras, nem sequer exibir papéis.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Se forem verdadeiros...!

**O Orador:** — A realidade é como é!

**Vozes do PS:** — É, é!...

**O Orador:** — Este Governo herdou do governo anterior não apenas uma crise orçamental mas, sim, uma crise orçamental, uma crise financeira e o início de uma crise económica.

*Protestos do PS.*

A crise orçamental era a expressão, a primeira mais visível e notória, do início de uma crise económica. E se todos fizéssemos um exercício de seriedade — e o Sr. Deputado deveria fazê-lo, pois foram membros do governo...

*Protestos da Deputada do PS Elisa Guimarães Ferreira.*

Não, desculpe! Tenho de dizer isto também, os senhores dirão o que entenderem.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Ah, bom!

**O Orador:** — Basta olhar, não é preciso ser-se economista. Basta ler-se um pouco da imprensa nacional e internacional para se saber a situação económica em que a Europa e mesmo fora da Europa, o mundo, está a viver.

**O Sr. António Costa (PS):** — É a guerra!

**O Orador:** — E isto tem esta consequência grave: aos erros de política económica dos últimos anos...

*Protestos do PS.*

... acresce a conjuntura internacional.

*Neste momento, o Deputado do PS António Costa mostra um gráfico relativo ao desemprego.*

Eu sei! Papéis, é fácil! Gráficos, é fácil!

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — São factos!

**O Orador:** — E ainda por cima com esta satisfação! Parece que ficam felizes com esta situação!

**Vozes do PS:** — Não ficamos, não!

**O Orador:** — Assim parece!

Srs. Deputados, antes, enquanto os senhores estavam no poder, como a conjuntura económica internacional era boa, era favorável, isso disfarçava os vossos erros e omissões de política económica interna.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porém, quando a situação internacional é desfavorável, vêm mais ao de cima os vossos erros!

*Protestos do PS.*

O Sr. Deputado António Costa falou na questão do défice e nos truques para o défice... Sr. Deputado António Costa, eu, que até o considero uma pessoa inteligente, não entendo como é que uma pessoa inteligente, no maior erro de política cometido pelo governo de que o senhor fez parte...

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Qual?

**O Orador:** — ... e que este Governo começou a resolver, como todos reconhecem, vem falar do défice!

Sr. Deputado, mandava a prudência que falasse de tudo menos disso! Sr. Deputado, são resultados, sabe!

**A Sr.<sup>a</sup> Elisa Guimarães Ferreira (PS):** — São resultados, são!

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — O défice agravou-se!

**O Orador:** — A diferença é esta: todos sabemos que não é em 10 meses que uma política de um governo conduz a este ou àquele resultado. Mas, em 10 meses, já foi possível começar a colocar as contas públicas em ordem.

Termino dizendo o seguinte: o Sr. Deputado diz que o problema foi o discurso do Sr. Primeiro-Ministro, aqui, aquando da apresentação do Programa do Governo. Isso é que foi grave! Isso é que criou uma crise de confiança, uma crise na economia, uma crise para os investidores!

*Protestos do Deputado do PS João Cravinho.*

Sr. Deputado, respondo-lhe a isto da seguinte maneira: se o problema estivesse nos discursos, Portugal não teria só atingido a média da União Europeia, já estaria à frente da França e da Alemanha,...

**O Sr. António Costa (PS):** — Não estariamo a divergir! Agora é que estamos!

**O Orador:** — ... porque, em matéria de discursos, Portugal, normalmente, é extraordinário. Ou seja, não é um problema de discurso, Sr. Deputado António Costa. O problema, o grave, é que os senhores sabiam muito bem, quando estavam no poder, a verdadeira dimensão da situação. O País não sabia, mas os senhores sabiam! Ocultaram! Encobriram!

No entanto, uma coisa posso garantir-lhe, Sr. Deputado: não vamos fugir às responsabilidades. Não vamos fugir às dificuldades. Vamos, em cada momento, tomar as medidas necessárias.

Hoje, fico muito satisfeito por nenhum Sr. Deputado da oposição, aqui, ter sido capaz de ter uma palavra de crítica a este conjunto alargado de medidas.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto é que é essencial e importante. Logo, continuaremos a tomá-las.

Por outro lado, Sr. Deputado, ao fim de quatro anos, não vai ser o senhor mas, sim, os portugueses a julgar!

Os senhores estiveram vários anos no governo, nós só ainda estamos há 10 meses. Na altura própria, não fugiremos, seremos julgados.

É minha convicção, segura e inabalável, que, nas próximas eleições, o País vai ter uma sociedade muito mais rica, muito mais justa, no caminho claro de um desenvolvimento muito mais sólido e muito mais sustentado!

**O Sr. António Costa (PS):** — Está-se a ver!

**O Orador:** — E é isto que conta para além da politiquice!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Comunico à Câmara que dei ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares a mesma tolerância que tive relativamente ao Sr. Deputado António Costa.

Assim, encerramos este debate e vamos prosseguir o período de antes da ordem do dia, porque, de acordo com o Regimento, ainda dispomos de mais algum tempo.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Vicente Jorge Silva para tratamento de assunto de interesse político relevante, peço a todos os Srs. Deputados o favor de trazerem os cartões identificativos para a votação electrónica que se irá realizar às 18 horas. Se, porventura, alguém o tiver esquecido, agradeço que aproveite para o ir buscar.

Tem a palavra, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva.

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No passado dia 29 de Janeiro, a propósito, ou, para ser mais rigoroso, totalmente a despropósito de uma intervenção do Secretário-Geral do PS sobre a iminência da guerra no Iraque, os líderes parlamentares do PSD e do CDS decidiram invocar declarações feitas por mim acerca da hipótese da realização de um referendo sobre a independência das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

O objectivo deles era claro: desviar as atenções do tema em debate e tentar enredar o líder do PS numa situação eventualmente embarçoosa do ponto de vista político e institucional. Por outras palavras, terão querido fazer crer que, aí, poderiam estar em causa gravíssimas questões de ordem constitucional, uma proposta ofensiva dos princípios da unidade nacional ou, quem sabe mesmo — Deus nos proteja! —, um acto de traição à Pátria.

Ora, não só para clarificar a minha posição perante esta Câmara e os portugueses mas também para refrescar a memória tão estranhamente difusa e selectiva dos senhores líderes parlamentares da maioria, ou da própria maioria no seu conjunto, senti-me no dever de intervir aqui, pela primeira vez, sobre o suposto e nefando crime de que sou suspeito.

**Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados:** Quando recentemente evoquei a possibilidade de ser realizado um referendo nas regiões autónomas fiz questão de recordar que não era a primeira vez que admitia essa hipótese. Com efeito, num texto publicado em Agosto de 2001 e intitulado *Quem tem medo do referendo*, perguntava-me se não seria este o meio mais eficaz e cirúrgico...

*Protestos do Deputado do PSD Luis Marques Guedes.*

... de desmistificar, de uma vez por todas, a estratégia permanente e demagógica de chantagem separatista utilizada pelo Presidente do Governo Regional da Madeira na sua relação institucional com os órgãos de soberania — estratégia esta que tem vindo a agravar fenómenos simétricos de separação e até de rejeição doentia entre os portugueses da Madeira e os portugueses do continente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora, como todos sabem, as pressões a que recentemente assistimos com vista a um novo processo de revisão constitucional foram suscitadas, antes de mais, por novas reivindicações e exigências de transferência de poderes a favor do Governo Regional da Madeira, com o objectivo de consumar a autonomia total da região e do seu proclamado «povo superior».

**Vozes do PS:** — Exactamente!

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Velosa.*

**O Orador:** — Na verdade, porém, o que através desse expediente se pretende, antes de mais, é assegurar o arbítrio total do regime de «excepção democrática» que vigora na Região Autónoma da Madeira há mais de um quarto de século,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... submetendo todas as áreas da sociedade a uma rede cada vez mais asfixiante de clientelismos, lobbies e interesses instalados,...

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — Não diga asneiras!

**O Orador:** — ... subsidiodependências e subserviência política, ameaçando o pluralismo e as liberdades públicas.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Rodrigues.*

O Governo da Região Autónoma da Madeira só admite direitos sem responsabilidades para si mesmo; os deveres e as responsabilidades são para os outros.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — «Autonomia» para quem? Em benefício de quem? Do povo madeirense?

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — Sim!

**O Orador:** — Ou de um poder político tentacular que condiciona e tutela todos os espaços efectivos de autonomia da sociedade civil e a torna estreitamente dependente dos critérios, benesses, favores e arbitrios governamentais?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — O que é que você fez pela Madeira?!

**O Orador:** — A pretexto disso, a soberania portuguesa vem sendo sistematicamente afrontada como se se tratasse de uma nefanda herança colonial, enquanto a população nascida no continente se vê tratada vexatoriamente como «cubanos» e o espaço continental português classificado desprezivelmente como «rectângulo».

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sobre isto, porém,...

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Rodrigues.*

Ouça! Ouça! Não gosta de ouvir, mas vai ouvir.

Sobre isto, porém, nada se tem ouvido da parte das delicadas sensibilidades patrióticas, que agora se indignam hipocritamente com a mera proposta de um referendo, proposta que eu, declaradamente, assumi, aliás, como um gesto pessoal minoritário, quixotescos, poético e provocatório.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Alberto João Jardim, os seus lugar-tenentes, ou os seus apaniguados mais truculentos, podem clamar tudo o que lhes apetecer, quando lhes apetecer e sob qualquer pretexto.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Risos do PS, do PCP e do BE.*

**O Orador:** — Podem pôr em causa a unidade nacional, a sã convivência entre os portugueses das ilhas e do continente, ou agitar ciclicamente o espantalho da separação e até da independência, como fez, em recentes declarações públicas, o líder da associação FAMA, sucessor do movimento separatista FLAMA,...

*Risos dos Deputados do PSD Carlos Rodrigues e Correia de Jesus.*

... associação cujo sócio número um se chama — adivinhem... — Alberto João Jardim.

*Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Aliás, o próprio Presidente do Governo Regional da Madeira, ainda em Julho do ano passado, afirmava taxativamente: «se Lisboa continuar a impor a sua vontade unilateral, então é que Lisboa não nos quer no seio da pátria portuguesa».

**O Sr. António Costa (PS):** — Isto é que é grave!

**O Orador:** — Mas temo que, aos olhos dos exaltados patriotas da actual maioria, tão incomodados com a minha criminosa ideia de um referendo, estas e tantas outras declarações, que poderiam fornecer matéria para uma volumosa antologia, sejam recebidas com infinito enlevo, ternura e compreensão.

*Risos do PS.*

Estão cobertas pelo manto diáfano da impunidade e da inimputabilidade. São coisas da Madeira, coisas do Jardim, coisas do Jaime Ramos, do Chão da Lagoa, da *silly season*, no Porto Santo, meros actos de uma farsa divertida, folclórica e inconsequente, pesem embora os excessos de boçalidade que deveriam arrepiar os que solenemente prezam a dignidade das instituições!

*Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Em qualquer caso, é sempre possível rasurar tudo o que não convém das memórias oficiais, e assim se vai assegurando a estabilidade «conjugal» da actual maioria.

*Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

**Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados:** Confesso-vos que fiquei absolutamente surpreendido e até atónito com as amplas repercussões públicas que teve a minha singela proposta quixotesca. Ela permitiu, para já, que se discutisse uma questão tabu que vem sendo sistematicamente iludida e recalcada pelos poderes públicos, ao sabor das mais variadas conveniências e laxismos políticos, e permitiu também mostrar, com toda a evidência, que Alberto João Jardim não passa de um pequeno «tigre de papel», apesar de ter assustado tantos responsáveis institucionais da República.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — As suas mais recentes e exuberantes declarações de anti-separatismo, de portuguesismo acendrado,

sublinhando o orgulho que o povo da Madeira tem em ser português vão, certamente, ficar para a História.

*Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Como foi consolador vê-lo clamar contra a minha «atitude de separatismo inadmissível»! A minha, eu! Que miraculosa conversão!

*Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

*Neste momento, o orador deixa cair uma folha de papel.*

Até me cai o papel.

*Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Alberto João Jardim até parece ter recuado no propósito de defenestrar o Ministro da República do Palácio de São Lourenço e, se não estou em erro, veio já pedir ao Presidente da República para que não aceite a sua demissão. Ah! Como as coisas mudam e como tão rica e complexa pode revelar-se a sua dupla personalidade! Só me resta mesmo esperar pelo acto de contrição completo de Alberto João Jardim sobre as suas passadas aventuras e declarações separatistas, quando reclamava a Madeira como «Minha Pátria» e quando escolheu a bandeira da FLAMA para pavilhão da região.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Rodrigues.*

E espero também acompanhar, com infinito deleite, as implacáveis admoestações, que não deixará de fazer aos seus apaniguados mais impetuosos do PSD/Madeira e da FAMA, sobre o famigerado e agora, pelos vistos, subversivo activismo separatista.

Finalmente, que ironia da História! Desde a guerra colonial que o Presidente do Governo Regional da Madeira não fazia uma confissão tão definitiva e militante de portuguesismo.

*Risos do PS.*

Por tudo isto, valeu bem a pena ele ter-me inveitivado de separatista. O crime de separatismo, de que tão severamente me acusou, fê-lo redescobrir, na imagem invertida do seu espelho, a paixão esquecida e inflamada do seu portuguesismo. É por isso que, como madeirense e como português, não poderei deixar de seguir, com a mais desvelada curiosidade, os próximos episódios desta metamorfose apaixonante.

*Aplausos do PS, com o Deputado Afonso Candal de pé, do PCP, do BE e de Os Verdes.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Telmo Correia e Guilherme Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, creio que V. Ex.<sup>a</sup> sentiu, hoje, a necessidade de vir clarificar a sua posição e, de alguma forma, quase retratar-se em relação a uma proposta que fez.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Devo dizer que o fez com graça e com algum sentido de humor, o que deve ser uma nota madeirense, porque, em geral, a política madeirense tem graça e tem sentido de humor.

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Olhe que nem por isso!

**O Orador:** — Pessoalmente, reconheço esse mesmo sentido de humor ao próprio Presidente do Governo Regional da Madeira.

*Protestos do PS.*

Mas quero dizer-lhe que, independentemente da graça, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, houve uma coisa significativa: fiquei, um pouco, com a sensação de que, por um momento, a *silly season* também tinha chegado ao Parlamento nacional, na sua intervenção.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Fiquei com esta sensação! Ou, então, que o estilo tão adjetivado nos remetia para outros tempos e para outras épocas: era uma boa intervenção neste Parlamento, eventualmente no tempo da I República, tão adjetivada e tão redonda ela foi.

O que quero dizer-lhe, Sr. Deputado, é que V. Ex.<sup>a</sup> não é jurista e, por isso, não tem a obrigação de sustentar juridicamente...

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — E não posso escrever bem?!

**O Orador:** — Pode, com certeza! Faz muito bem, e cumprimento-o por isso!

Como eu estava a dizer, V. Ex.<sup>a</sup> não é jurista e, por isso, não tem obrigação de sustentar juridicamente as suas propostas, mas devo dizer-lhe, como jurista e como responsável político, que V. Ex.<sup>a</sup> sabe, e deve dizer-lhe na tribuna — se não sabia na altura, hoje já sabe —, que a sua proposta, juridicamente, é completamente destituída de sentido e inaceitável.

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP):** — Como é evidente!

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — V. Ex.<sup>a</sup> propõe um referendo sobre matéria que é limite material de revisão e propõe um referendo sobre matéria constitucional. É inaceitável e, repito-ho, nós não o aceitamos!

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Mas quando os outros propõem o senhor nada diz!

**O Orador:** — Ó Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, ouvi-o com tanta atenção...

*Protestos do Deputado do PS Vicente Jorge Silva.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, V. Ex.<sup>a</sup> tem de ouvir e deixar ouvir o orador, além de que também foi ouvido por ele em silêncio.

Faça o favor de prosseguir, Sr. Deputado Telmo Correia.

**O Orador:** — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, ouvi-o com muita atenção e até a sua acrimónia em relação ao Presidente do Governo Regional da Madeira.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o meu partido, na Madeira, é oposição.

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Coitados!

**O Orador:** — Tem 10% ou 11%, mas faz oposição e critica, muitas vezes, o Presidente do Governo Regional da Madeira. Agora, o que não fazemos é aquilo que o Sr. Deputado faz, que é passar a vida a queixar-se pela simples razão de que o PS, na Madeira, não tem votos, não chega lá e não é capaz de fazer coisa alguma pela Madeira.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

*Protestos do PS.*

**O Orador:** — Isso é que não faço, nem posso fazer, nem sigo esse caminho e esse tipo de acrimónia!

Pensei, Sr. Deputado — e pergunto-lhe se não sentiu essa necessidade —, que V. Ex.<sup>a</sup> se fosse indignar com o Sr. Deputado Vitalino Canas, que, logo a seguir à sua intervenção, veio publicamente desautorizá-lo, da forma mais contundente e mais completa, dizendo que não subscrevia a sua posição, que aquela não era a posição do PS,...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — E bem!

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP):** — Conhece a Constituição!

**O Orador:** — ... que o PS nunca poderia ir atrás de uma coisa daquelas. Pensei que o Sr. Deputado se viesse indignar com o Secretário-Geral do seu partido, que aqui disse que nós não tínhamos percebido a sua intervenção, que esta era uma ironia, que estava a fazer uma graça.

Por isso, e porque me pareceu que, hoje, o Sr. Deputado queria clarificar esta questão, pergunto-lhe, sinceramente: desta vez era a sério ou ainda estava a brincar?!

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Boa!

**O Orador:** — É só para sabermos!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

É que, a certa altura,...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem de terminar, porque esgotou-se o tempo de que dispunha.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

É que, a certa altura, não dá para perceber quando é a sério e quando é a brincar.

Portanto, se hoje era a sério, digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva: gosto do sentido de humor, comprehendo a ironia e até aprecio as suas intervenções, apesar de, muitas vezes, discordar delas, mas, para

nós, há um limite onde a graça acaba. E o limite onde a graça acaba é onde se fazem insinuações de falta de patriotismo sobre portugueses que são bons portugueses como nós;...

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... o limite onde a graça acaba é onde se insinua ser possível discutir ou referendar a unidade nacional. Isto não tem graça, isto não aceitamos!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Vicente Jorge Silva.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Vicente Jorge Silva fez saber à Mesa que responderá conjuntamente aos pedidos de esclarecimento, aparte os seus apartes, claro, que são já respostas parciais, mas previstas no Regimento.

*Risos.*

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

**O Sr. António Costa (PS):** — É a voz do núncio!

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, V. Ex.<sup>a</sup> insiste, e agora em sede da Assembleia da República, em continuar o número patético em que se meteu.

**Vozes do PS:** — Patético?!

**O Orador:** — Patético!

**O Sr. António Costa (PS):** — E o Chão da Lagoa?!

**O Orador:** — É um número patético em que V. Ex.<sup>a</sup> se meteu! E é tão patético que o líder do seu partido disse aqui, na Assembleia da República, que V. Ex.<sup>a</sup> não tinha falado a sério, quando levantou a questão...

*Protestos do Deputado do PS Vicente Jorge Silva.*

E V. Ex.<sup>a</sup> continua a dar continuidade a esse número patético, com os seus gestos e as suas interrupções!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, o grave não são os seus discursos nem as suas afirmações, porque ninguém o leva a sério,...

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

... o grave é o aplauso da sua bancada e, em particular, da primeira fila da bancada.

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Isso é que é grave! Isso é que é grave!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Tínhamos acreditado na posição dos Deputados Vitalino Canas e Ferro Rodrigues, mas, afinal, vemos que isso foi uma desculpa de ocasião para lhe «cobrirem as costas».

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Você quer calar-me!

**O Orador:** — Ao fim e ao cabo, aquilo a que, hoje, se assiste é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a direcção do grupo parlamentar e o Secretário-Geral do Partido Socialista...

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Quer calar-me, mas não cala!

**O Orador:** — ... subscrevem a sua proposta de referendo para a Madeira. Esta é a confirmação que temos aqui, na Assembleia da República!

Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, V. Ex.<sup>a</sup>, nesse número patético, espuma ódio e raiva ao Dr. Alberto João Jardim.

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Ai eu é que espuço?!

**O Orador:** — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, o melhor modo de combater os adversários é com serenidade. Aprenda isso! Aprenda isso!

*Aplausos do PS.*

Aprenda isso, porque o seu grupo parlamentar parece já ter aprendido a aplaudir-me!

**O Sr. José Magalhães (PS):** — O Jardim é que não aprende!

**O Orador:** — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, V. Ex.<sup>a</sup> não se deu conta de que pôs em causa instituições fundamentais do País, nomeadamente o Tribunal Constitucional e a Comissão Nacional de Eleições, quando disse que não há um sistema democrático na Madeira.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Exactamente!

**O Orador:** — O senhor pôs em causa as eleições sucessivas que têm ocorrido na Madeira e que não têm merecido a menor crítica ao Tribunal Constitucional e à Comissão Nacional de Eleições, que não são, com certeza, dominados pelo Dr. Alberto João Jardim. Esta é que é a questão grave que V. Ex.<sup>a</sup> suscita!

Mas, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, há uma coisa que tem irmanado os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira ou madeirenses, na Assembleia da República: eles sabem distinguir...

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputado, terminou o tempo de que dispunha. Peço-lhe que conclua, por favor.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que há uma coisa que tem irmanado os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira ou madeirenses na Assembleia da República: eles sabem distinguir esta polémica de adversários da defesa da Madeira.

ra. E a Madeira nunca teve um Miguel de Vasconcelos tão perfeito como V. Ex.<sup>a</sup> aqui se revelou!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.*

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. António Costa (PS):** — Sr. Presidente, para transmitir a V. Ex.<sup>a</sup> que a bancada do Partido Socialista não admite a nenhum dos Srs. Deputados, mesmo ao núnico do Dr. Alberto João Jardim nesta Casa, que seja designada por «Miguel de Vasconcelos», porque, nesta bancada, não se senta, nunca se sentou e nunca se sentará qualquer traidor de Portugal, o que, se calhar, nem todas as bancadas poderão dizer.

*Aplausos do PS, de pé, do Deputado do PCP Lino de Carvalho, do Deputado do BE João Teixeira Lopes e da Deputada de Os Verdes Isabel Castro.*

**O Sr. Presidente:** — A Mesa regista a declaração do Sr. Deputado António Costa.

Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva.

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou ser tão breve quanto possível.

Constatou uma coisa muito sintomática: eu, como cidadão, tenho o direito de ter as ideias que tenho e de afirmar essas mesmas ideias.

**O Sr. António Costa (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, essa história do referendo foi, inclusivamente, proposta por várias pessoas, nomeadamente, como já disse na minha intervenção, pelo responsável do movimento FAMA, o número um desse movimento. O Dr. Alberto João Jardim fez uma encomenda de um estudo...

*Protestos do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.*

Espere aí! Deixe-me falar agora! Não me enerve!

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Não me enerve, porque eu também me enervo! Calma aí! Deixe-me falar!

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Haja serenidade!

**O Orador:** — O Dr. Alberto João Jardim encomendou ao Professor Bacelar Gouveia um estudo no sentido de saber se a Madeira deveria ser um Estado federado ou um Estado independente. Se os senhores não têm esse estudo, posso fornecer-vos os documentos de tudo o que estou a dizer.

Bom! Quanto ao problema do relacionamento entre a Madeira e o continente, toda a gente sabe, mas toda a gente, e os senhores também... Isto é de uma hipocrisia revoltante, mas revoltante! Isto é de uma hipocrisia revoltante!

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Nossa?!

**O Orador:** — Toda a gente sabe que, ao longo dos tempos, das décadas, tem havido uma estratégia de chantagem separatista permanente, desde os tempos da FLAMA até hoje, por parte do Dr. Alberto João Jardim e dos seus apaniguados madeirenses, contra o continente e a unidade nacional. Mas isto está nos jornais, Santo Deus! Isto é publicado nos jornais!

*Aplausos do PS, do Deputado do PCP Lino de Carvalho, do Deputado do BE João Teixeira Lopes e da Deputada de Os Verdes Isabel Castro.*

**Vozes do CDS-PP:** — Batam palmas, batam!

**O Orador:** — O Dr. Alberto João Jardim brinca ao separatismo e à independência,...

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — E há uns que fogem!

**O Orador:** — ... mas eu, no fundo, fiz com que ele se desmascarasse, com que revelasse — coisa extraordinária! — que era o mais português de entre os portugueses, o que nunca havia feito, desde os tempos em que defendia a guerra colonial, o colonialismo português, aliás, quando o Sr. Deputado Guilherme Silva estava num campo diferente, diga-se de passagem, como eu também estava, porque escrevímos no *Comércio do Funchal*.

Mas o Dr. Alberto João Jardim tem todos os direitos, assim como todos os seus apaniguados, de dizer o que querem e se alguém... Eu dei esta sugestão e ela fez com que o Dr. Alberto João Jardim se desmascarasse, que era aquilo que os senhores não queriam! Os senhores não queriam que o Dr. Alberto João Jardim se desmascarasse, porque queriam que ele continuasse, às escondidas, ou às claras, a desenvolver a sua estratégia de separatismo e de chantagem permanente sobre o continente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se vocês não são capazes de reconhecer esta evidência, então, isto quer dizer que há, nesta Casa, uma grande dose de desonestade intelectual.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — O senhor faz parte desta Casa!

**O Orador:** — Depois, a história do Miguel de Vasconcelos!...

Meu Caro Deputado Guilherme Silva, que conheço há muitos anos, já agora, pergunto-lhe: Miguel de Vasconcelos em relação a quem, à Madeira ou à Portugal?!

*Protestos do Deputado do PS Guilherme Silva.*

É que os seus apaniguados na Madeira, provavelmente, não se importavam de ser «Miguéis de Vasconcelos» em

relação a Portugal! Isto é interessante! Essa história do Miguel de Vasconcelos pode ter duas leituras!

Eu sou pela Madeira integrada em Portugal e tenho a certeza de que, se houvesse um referendo na Madeira, a esmagadora maioria do povo madeirense defenderia a unidade nacional.

**O Sr. Guilherme Silva (PSD):** — Só agora?!

**O Orador:** — Mas seria precisamente nessa altura que o Dr. Alberto João Jardim seria obrigado a demarcar-se, dizendo se era contra ou a favor da independência,...

*Protestos dos Deputados do PSD Carlos Rodrigues, Correia de Jesus e Hugo Velosa.*

... não fazendo jogo duplo, como tem feito, ao longo de todo este tempo, até hoje, com toda a gente.

**O Sr. Hugo Velosa (PSD):** — Você nunca esteve em eleições na Madeira! Não teve coragem!

**O Orador:** — Ai, as eleições, as eleições!... Olhe, Sr. Deputado, quanto às eleições na Madeira...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

Não estou a dizer que o Dr. Alberto João Jardim não tem legitimidade política. Nunca disse isso! Não disse! Não ouviram nenhuma afirmação minha nesse sentido!

**O Sr. Hugo Velosa (PSD):** — Você é que deveria ir a eleições! Nunca foi!

**O Orador:** — Não falei nisso, estou a falar na maneira como o poder é exercido na Madeira, no sistema clientelar e tentacular que existe e que asfixia toda a vida política e democrática.

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — Prove!

**O Orador:** — O CDS-PP, nomeadamente, já se pronunciou sobre isso, e tenho aqui documentos, se quiserem que eu cite, quando falou na existência de uma ditadura virtual na Madeira. Isto é sabido e reconhecido! Aliás, o Dr. Alberto João Jardim também disse «Com milhões, faço inaugurações e ganho eleições»! Esses milhões, infelizmente, foram atribuídos à Madeira de uma forma totalmente discricionária,...

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — E o que é que o senhor fez pela Madeira?!

**O Orador:** — ... não para desenvolver, efectivamente, a terra, no sentido de criar fontes de desenvolvimento sustentável para o futuro, um espaço próprio...

*Protestos do PSD.*

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — Prove!...

**O Orador:** — Vocês todos têm negócios lá!...

**O Sr. Carlos Rodrigues (PSD):** — O que é que o senhor fez pela Madeira?!...

**O Orador:** — ... e vocês, que fazem parte da rede de interesses da Madeira, que estão ligados ao sistema mafioso que lá existe, protestam. E eu sei por que é que protestam!...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados do Partido Social-Democrata têm de deixar ouvir o orador...

**O Orador:** — Não gostam de ouvir a verdade?!...

**O Sr. Presidente:** — ... e depois poderão replicar, caso se sintam ofendidos.

**Vozes do PSD:** — É uma vergonha!...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, faça favor de concluir a sua intervenção.

**O Orador:** — Sr. Presidente, parece que há aqui alguns Srs. Deputados da bancada da maioria que não querem ouvir aquilo que, quanto a mim, são evidências!...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

Parece que há pessoas que não leem os jornais, que não seguem a actualidade política, que não estão a par do que acontece!... A Madeira é uma abstracção, as declarações do Dr. Alberto João Jardim, do Dr. Jaime Ramos e de outras pessoas do género nunca foram lidas nem ouvidas nesta Casa!... Acho extraordinário!... Pensam que eu inventei?!...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, peço-lhe para concluir.

**O Orador:** — Sr. Presidente, vou concluir. Quero só dizer que é evidente, para as pessoas de boa fé e a quem ainda resta algum grama de inteligência política, o objectivo da minha proposta. No entanto, essa proposta teve um efeito que ultrapassou as minhas expectativas, ou seja, fez com que o Dr. Alberto João Jardim viesse a público reafirmar o seu portuguesismo. A partir de agora vamos ver se essa reafirmação de portuguesismo é verdadeiramente consequente ou se, daqui por uns dias, o Dr. Alberto João Jardim regressa à estratégia da chantagem separatista que tem utilizado ao longo deste tempo para conseguir reforçar e impor o seu poder na Madeira.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se, para exercer o direito de defesa da honra, os Srs. Deputados Guilherme Silva e Telmo Correia, que se sentiram agravados pelas declarações do Sr. Deputado Vicente Jorge Silva.

Vou dar-lhes a palavra, mas peço-lhes o favor de serem sintéticos, para podermos entrar na ordem do dia.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sintéticos?!...

**O Sr. Presidente:** — Sim, sintéticos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Devia começar por pedir desculpas.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Deputado António Costa, quero dizer-lhe que lhe competia ter evitado esta cena patética,...

*Vozes do PS:* — Oh!...

O Orador: — ... em que não esteve apenas envolvido o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva mas toda a sua bancada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. António Costa (PS): — Pateta é o senhor!...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — O Dr. Eduardo Ferro Rodrigues não bateu palmas. O líder do vosso partido foi o único que não bateu palmas!...

O Orador: — Os senhores devem estar arrependidos de não ter deixado esta questão ficar na explicação dada pelo Dr. Eduardo Ferro Rodrigues há dias, a de que o Deputado Vicente Jorge Silva estava a brincar. Se tivessem ficado por aí, tinham ficado muito bem.

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Querem calar-me?!

O Orador: — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, o referendo...

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Nenhum de vocês me calará!...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, agora é a si que tenho de pedir que se contenha e oiça o orador. Depois terá a palavra para dar explicações.

O Orador: — ... ao portuguesismo dos madeirenses está feito há muitos anos, em sucessivas eleições a que se tem submetido o Dr. Alberto João Jardim.

*Aplausos do PSD.*

E VV. Ex.<sup>a</sup> não lhe perdoam que, com o projecto que tem defendido para construir Portugal no Atlântico, ele ganhe eleições e VV. Ex.<sup>a</sup> nunca as tenham ganho. É essa a razão do seu discurso, é essa a razão do seu ódio, Sr. Deputado!

*Aplausos do PSD e CDS-PP.*

E, Sr. Deputado, de nada mais precisávamos para demonstrar a sua falta de razão e a baixeza do seu discurso.

*Protestos do PS.*

Quando V. Ex.<sup>a</sup> se volta para os Deputados da bancada do PSD e lhes diz que a defesa do projecto social-democrata para a Madeira é a defesa de negócios pessoais, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que está a mentir, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que está a ofender Deputados, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que não tem razão naquilo que diz.

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Não me façam falar demais!...

O Orador: — E, quando não se tem razão politicamente, quando não se sabe discutir no campo da ideologia, refugia-se nesse tipo de acusações.

V. Ex.<sup>a</sup> deixou ficar mal a sua bancada,...

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — A minha bancada é livre!...

O Orador: — ... V. Ex.<sup>a</sup> deixou ficar mal o Parlamento. E a Madeira saiu por cima mais uma vez, porque a Madeira não é aqui representada por si, é representada por nós e pelo Sr. Deputado Maximiano Martins.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para o mesmo efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, a quem peço também para ser sintético.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Procurarei ser, Sr. Presidente, e quero basicamente dizer ao Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, se ele tiver a generosidade de me ouvir com a mesma atenção com que eu o ouvi, que não aceito a sua acusação de hipocrisia. Por uma razão simples, Sr. Deputado,....

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Ah!... Não?!...

*Risos do PS.*

O Orador: — Os senhores acham muita graça a isto, divertem-se imenso. De resto, passam da chacota geral sobre um assunto que é sério para a indignação, de cabeça perdida, do Deputado António Costa e nem uma coisa nem a outra têm razão de ser neste debate,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!...

O Orador: — ... porque ele tem contornos que passam de padrões de avaliação de raciocínio normal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estão a brincar com coisas sérias.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Há alguns contornos neste debate que passam para além daquilo que é um valor de raciocínio de senso comum!... O assunto em si é sério e é grave, mas, Sr. Deputado, é no âmbito da vossa oposição na Madeira — e, digo-lhe mais uma vez, nós também somos oposição, o CDS Madeira tem também muitas críticas a fazer ao Governo Regional e ao Dr. Alberto João Jardim,...

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Faça-as agora!...

O Orador: — ... mas não é sério que se passe disso — que devem fazer todas as queixas que considerem suscetíveis de pôr em causa a unidade nacional. Essa é que é a questão!...

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — O senhor deve saber!...

**O Orador:** — Não é sério!... Se os senhores têm queixas, apresentem-nas, como aqui foi dito, à Comissão Nacional de Eleições, ao Tribunal Constitucional, ao Ministro da República — se ele estiver por lá —,...

**A Sr.<sup>a</sup> Celeste Correia (PS):** — Vocês não o querem lá!...

**O Orador:** — ... aos outros tribunais!... O que nunca podem é pôr em causa a unidade nacional.

**O Sr. Diogo Feio (CDS-PP):** — Muito bem!...

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Mas o Alberto João põe!...

**O Orador:** — E digo-lhe isto com a tranquilidade com que digo ao Sr. Deputado António Costa que eu não ponho em causa, nem nunca porei, o patriotismo de qualquer Deputado desta Casa nem o de nenhum titular de qualquer órgão político em Portugal. Mas os senhores fizeram-no ao acusar de falta de patriotismo os responsáveis políticos da Madeira.

Sr. Deputado, não existe hoje na Madeira, como não existe hoje nos Açores, nenhum fenómeno de separatismo representativo, ao sério. Essa é que é a verdade!... Hoje, não existe um partido separatista que, querendo fazer um congresso nos Açores ou na Madeira, tenha mais de três ou quatro pessoas na sala.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Não existe!... E isso é mérito da autonomia e é mérito dos partidos que estão nesta Câmara e que estão também nas regiões autónomas, incluindo o Partido Socialista.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Faça favor de concluir.

**O Orador:** — E para terminar, Sr. Presidente, permita-me dizer que há uma única diferença entre nós e vocês, entre a minha posição e a sua, Sr. Deputado Vicente Jorge Silva: o senhor prefere insinuar e puxar por qualquer suposto foco de separatismo e eu prefiro dar força ao patriotismo, que sei existir quer na Madeira quer nos Açores. Ele é uma realidade indiscutível e não serão esses vossos discursos que o põem em causa, felizmente!!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva.

**O Sr. Vicente Jorge Silva (PS):** — Sr. Presidente, muito rapidamente, ao Sr. Deputado Telmo Correia gostava de lembrar o que disse o seu colega José Manuel Rodrigues, a propósito do tipo de democracia que vigora na Madeira. Em Agosto de 2001 afirmou ele que o Presidente do Governo usa a máquina administrativa para condicionar a participação dos cidadãos nas listas dos partidos da oposi-

ção, concluindo que a democracia na Madeira está a resvalar para um regime autoritário.

**O Sr. António Costa (PS):** — Quem é que disse isso?

**O Orador:** — Disse-o José Manuel Rodrigues, o líder parlamentar da Madeira do CDS-PP.

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Nunca pôs em causa a unidade nacional!...

**O Sr. António Costa (PS):** — Do CDS-PP?!

*Risos do PS.*

**O Orador:** — Sim, do CDS-PP!... José Manuel Rodrigues. Aliás, o Sr. Deputado Telmo Correia deve saber isso perfeitamente!...

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Já se esqueceu!...

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Nunca pôs em causa a unidade nacional!...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Telmo Correia, agora tenho de pedir-lhe o favor de deixar ouvir o orador.

**O Orador:** — Há também um outro senhor, que eu penso fazer parte do vosso partido e ser até seu porta-voz, António Pires de Lima, que também em 3 de Agosto de 2001 — foi um mês um bocado complicado para os senhores... —, disse: «No caso de um referendo na Madeira...» — como vêm esta coisa de falar em referendo não é sequer uma originalidade minha — «... os madeirenses irão, seguramente, revelar que estão totalmente contra essa ideia e que, aliás, a Madeira, do ponto de vista económico-financeiro, tem vivido à custa do Estado português, nomeadamente nos últimos anos, sendo, portanto, uma asneira grossa se os próprios madeirenses, do ponto de vista económico, decidissem pela independência da Madeira. Quanto à realização desse referendo, não tenho nada a opor.»

*Risos do PS, do PCP e de Os Verdes.*

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Ele não disse isso!...

**O Orador:** — Acha que não?!... Então, garanta que ele não disse!...

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Não disse!...

**O Orador:** — Mas como é que garante que ele não disse?!... É extraordinário!... O senhor é extraordinário!... Quer dizer, quando lhe convém diz que não disse!... Mas por que é que diz que não disse?!... É o «Espírito Santo de orelha» que lhe diz isso?!

*Risos do PS, do PCP e de Os Verdes.*

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Não disse!...

**O Orador:** — Ah!... Bom!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Vicente Jorge Silva, não pode haver diálogo.

**O Orador:** — Sobre isso vou dizer-lhe uma coisa: o Sr. Deputado já percebeu perfeitamente...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não pode haver diálogo nesta circunstância, senão não chegamos ao fim.

**O Orador:** — ... qual é o objectivo da minha referência...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Telmo Correia, peço-lhe o favor de colaborar comigo.

**Vozes do CDS-PP:** — Ele está calado!...

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Sr. Presidente, não pode pedir-me para me calar quando eu estou calado!...

**O Orador:** — ... ao referendo!...

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Qual é a sua referência?

**O Orador:** — Qual é a minha referência?!... O senhor sabe perfeitamente por que razão eu fiz referência ao referendo!... E a prova da eficácia dessa referência foi o facto de ter permitido desmascarar e desmistificar a atitude dúbia, dúplice e esquizofrénica do Presidente do Governo Regional da Madeira!... Foi isso que permitiu!... E revelar-se um português dos quatro costados.

Ao Sr. Deputado Guilherme Silva vou dizer que devia saber perfeitamente que na Madeira existe uma situação de coligação de interesses que domina completamente todos os campos da sociedade. Essa é uma verificação de facto.

E eu não queria voltar a lembrar uma coisa desagradável ao Sr. Deputado, mas uma vez que me chamou Miguel de Vasconcelos, digo-lhe que considero eticamente incompatível que, por exemplo, o Sr. Deputado seja simultaneamente líder parlamentar do PSD e advogado do Governo da Madeira!...

E mais não digo!

*Aplausos do PS.*

*Protestos dos Deputados do PSD, batendo com as mãos nos tampos da bancada.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 17 horas e 13 minutos.*

## ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 181/IX — Estabelece o direito dos trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada, da iniciativa do PS.

Para apresentar o projecto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cunha.

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: O projecto de lei n.º 181/IX, que vamos debater, da iniciativa do Partido Socialista, dá corpo a uma das medidas mais importantes constantes do Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, negociado e assinado pelo XIV Governo Constitucional e pela totalidade dos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

O direito consagrado nesta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista deveria estar legislado e a ser aplicado desde 1 de Janeiro passado, de modo a que, em conjunto, a chamada «cláusula de formação» para os jovens de 16 a 18 anos, como aqui já hoje foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Pedroso, o ano em curso tivesse marcado uma viragem decisiva no acesso de todos os cidadãos portugueses à formação profissional.

Como se sabe, o XIV Governo Constitucional deixou pronta e publicada a legislação sobre a «cláusula de formação», cuja aplicação devia ter-se iniciado em Outubro de 2002.

Durante todo o segundo semestre do ano passado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aguardou que o Governo honrasse o seu compromisso de dar cumprimento aos acordos de concertação social negociados pelo anterior governo e tomasse a seu cargo uma iniciativa legislativa que é, como todos sabemos, indispensável para que os trabalhadores e os empregadores possam ver transformado em direito positivo um compromisso unânime a que chegaram.

Infelizmente, apesar das sucessivas declarações do Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho, dentro e fora da Assembleia da República, o Governo não garantiu o cumprimento da legislação sobre a formação dos jovens de 16 a 18 anos — ao que sabemos, continua sem ser aplicada —, não legislou sobre a matéria que agora nos ocupa nem deu cumprimento às suas várias promessas de aqui trazer, em datas sucessivamente ultrapassadas, uma proposta de lei de bases da formação.

Por isso, nas Jornadas Parlamentares que realizámos em Aveiro, em Dezembro passado, tomámos e anunciámos a decisão de apresentar a presente iniciativa legislativa, o que fizemos em 20 de Dezembro passado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A nossa iniciativa legislativa dá, pois, corpo a um compromisso da concertação social que, a nosso ver, não pode continuar a ser adiado por exclusiva responsabilidade deste Governo.

*Aplausos do PS.*

Quero crer que nesta Câmara ninguém negará que uma melhoria drástica do acesso à formação constitui um dos instrumentos indispensáveis para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas e para a valorização e a qualificação profissional do trabalhador.

E atrevo-me mesmo a pensar que, sejam quais forem as opiniões de cada um sobre o equilíbrio desejável entre flexibilidade e segurança no emprego, ninguém ousará negar que o acesso à formação foi, é e será um direito cada vez mais importante para todos e cada um dos trabalhadores....

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... qualquer que seja o tipo de contrato de trabalho ou de relação profissional que mantêm com as entidades que os empregam ou das quais dependem economicamente.

*Aplausos do PS.*

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que é indispensável que o âmbito de aplicação desta medida inclua todas — sublinho, todas — as formas de relacionamento profissional entre os cidadãos e as empresas ou organizações para as quais trabalham.

Qualquer outra postura, nesta época em que diferentes modelos jurídicos de relacionamento profissional coexistem com uma multiplicidade de modelos de organização empresarial, corresponde à criação de condições de diferenciação negativa dos estatutos profissionais atípicos e, dentro destes, das formas de relacionamento profissional mais precárias.

Adoptar uma concepção restritiva do âmbito de aplicação das normas que regem o acesso anual mínimo à formação seria, portanto, usar a autoridade do Estado de direito e, nalguns casos, os meios que os contribuintes põem à sua disposição para promover a desigualdade social.

Dito de outro modo, seria usar a legitimidade democrática e os dinheiros públicos para fazer o oposto do que a Constituição da República nos comete.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: O Partido Socialista gostaria que esta sua iniciativa contribuisse para que Assembleia da República juntasse ao consenso social que ajudámos a criar um vasto consenso político.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O projecto de lei que submetemos à apreciação desta Câmara estabelece princípios que, esperamos, merecem o acordo de todos.

São eles: o estabelecimento da regra do acordo entre empregador e trabalhador, quanto à data e ao conteúdo da formação; a determinação de que, por regra, a formação deve ser realizada na empresa e durante o horário de trabalho; a criação do dever de o trabalhador participar na formação que lhe seja proposta e o direito de este exercer potestativamente o direito à formação quando esta não lhe seja oferecida durante três anos consecutivos.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: São estas, e apenas estas, as razões da nossa iniciativa.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Rui Cunha, o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Cunha, o Bloco de Esquerda entende esta iniciativa do Partido Socialista como bastante positiva. Ela vem, de resto, na continuidade de um acordo obtido na concertação social.

Tenho duas questões muito concretas para lhe colocar.

A primeira tem a ver com o facto de, no momento em que debatemos o código do trabalho, e naquilo que res-

peita à formação profissional, aparentemente a maioria — na esteira daquilo que é o diploma governamental (a proposta de lei) — querer consagrar um número de horas anuais de formação profissional. Está, contudo, no vazio, exactamente, a dimensão e as formas como as horas de formação profissional certificada podem ser fruídas pelos trabalhadores.

Nesse sentido, desafio-o, Sr. Deputado, para que possamos debater aqui com os partidos da maioria a urgência e a necessidade de densificar essa norma no código do trabalho, porque, a nosso ver, ela não constitui motivo de regulamentação mas exactamente de corpo legislativo central e, como tal, deveria ter essa dignidade jurídica.

A segunda questão que lhe coloco tem a ver com o n.º 3 do artigo 2.º deste projecto de lei, que, em relação aos contratos de trabalho com duração inferior a um ano, cria um regime de excepção.

Não considera o Sr. Deputado que, dado o aumento da precariedade de emprego na nossa sociedade e exactamente porque a formação profissional é uma das formas de reforçar a empregabilidade, etc., esse regime de excepção acabará por ser um alçapão e muita gente acabará por não ter direito a uma formação profissional, exactamente nos sectores onde ela mais justificada seria e maior carência teria?

Compreende-se que os trabalhos sazonais tenham implicações económicas, no entanto, entre os interesses do empregador e os interesses do empregado, se o conceito é o do desenvolvimento alargado, com certeza que estes seriam sectores prioritários e não fará sentido um regime de excepção tão alargado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, Sr. Deputado Rui Cunha.

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, começando pela última questão que me coloca, efectivamente, no n.º 3 do artigo 2.º do nosso projeto de lei consta este dispositivo, que resulta do acordo que foi subscrito em sede de concertação social, mas estamos totalmente abertos a encontrar, em sede de especialidade, soluções que melhor possam corresponder às preocupações que aqui expressou e das quais comungamos.

Em segundo lugar, como o Sr. Deputado sabe, quando foi apresentada a esta Assembleia a proposta de lei do código do trabalho, ela era praticamente omisso no que respeitava à formação profissional. Foi, depois, anunciado, no dia 8 de Janeiro, pelo Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho, um conjunto de propostas que iriam ser apresentadas pelos partidos da maioria, em sede de especialidade, na discussão do código do trabalho.

De facto, em sede de especialidade, os partidos da maioria vieram apresentar algumas propostas, mas — como o Sr. Deputado disse e bem — umas não tem sentido que fiquem consignadas num código do trabalho e outras, que são partes importantes, como sejam os meios de certificação, entre outros, acabam por remeter para legislação especial.

O que é que acontece? Acontece que, vindo à pressa tentar colmatar uma inexistência, acaba por introduzir questões que não deviam ser introduzidas e — seguindo, aliás, uma norma que tem sido seguida pelos partidos da maioria na discussão em especialidade do código do trabalho — por remeter outras para diplomas «virtuais», dado que ainda não existem.

Aliás, a lei de bases da formação profissional vem sendo sucessivamente anunciada pelo Governo: primeiro, era até fim de Setembro; depois, era até fim de Dezembro; agora, parece que será em Março, mas está ali o Sr. Secretário de Estado do Trabalho que nos dirá o que é que significa o «breve».

De facto, não tem sentido estar-se a introduzir num código determinadas matérias e remeter outras para uma lei que não se sabe o que é que irá dizer, o que é que irá ser.

O nosso diploma responde ao espírito e à letra do acordo de que foi subscrito por todos os parceiros sociais, no XIV Governo Constitucional. Estamos totalmente abertos para que, em sede de especialidade, se possam encontrar as melhores soluções.

É evidente que o nosso diploma prevê a sua regulamentação no prazo de 30 dias, porque é, de facto, urgente. Devia ter entrado em vigor não só a cláusula para os jovens já referida mas todo o acordo devia estar no terreno a partir de Janeiro passado. Estamos em Fevereiro e esta matéria ainda não está, sequer, legislada, quanto mais em vigor!...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roque.

**O Sr. Pedro Roque (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras e Srs. Deputados: Apresenta o Partido Socialista, à Assembleia da República, o projecto de lei n.º 181/IX, que pretende estabelecer o direito dos trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada.

Aparentemente correcto nos seus propósitos, este projecto de diploma encerra, em si mesmo, todavia, uma clara inopportunidade:

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Inopportunidade?!

**O Orador:** — Partindo da afirmação inquestionável do papel que a formação profissional assume na valorização e qualificação dos trabalhadores (que é, naturalmente, por todos unanimemente aceite) e na necessidade reconhecida de se adoptarem medidas correctoras dos atrasos de Portugal nesta matéria e que garantam aos trabalhadores portugueses o acesso a formação contínua ao longo da sua vida profissional, esta iniciativa, paradoxalmente, queda-se pela sua plena inopportunidade temporal, ainda que, aparentemente, possa até indicar o contrário.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Outra vez?! Já devia estar em vigor!

**O Orador:** — Ora, precisamente numa altura em que o Governo apresentou a esta Câmara a proposta de código do trabalho, já debatida e aprovada na generalidade e que se encontra presentemente em discussão na especialidade em sede da 8.ª Comissão, na qual, por um lado, a formação profissional ocupa toda uma subsecção (artigos 121.º e seguintes)...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Artigos 121.º e seguinte!

**O Orador:** — ... e em que, por outro, os grupos parlamentares da maioria consubstanciaram quatro propostas de

alteração desse mesmo articulado (aliás, já debatidas), a presente iniciativa legislativa pode ser legitimamente considerada como que uma tentativa de desviar as atenções relativamente ao fulcro da questão:...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Essa é que é essa!

**O Orador:** — ... este Governo e esta maioria apostam, decisiva e estrategicamente, na formação profissional e nas virtualidades da concertação social como esforço de convergência em torno de objectivos comuns de desenvolvimento económico e social, aumento da qualificação profissional dos trabalhadores e consequente incremento da competitividade empresarial.

Refira-se, aliás, que estas propostas de alteração, já debatidas em Comissão, são também, em certa medida, concatenantes, grosso modo, com a aplicação concreta e prática dos princípios estabelecidos no Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, celebrado entre os parceiros sociais, a 9 de Fevereiro de 2001, designadamente os de: garantir uma qualificação inicial a todos os jovens que tenham ingressado ou pretendam ingressar no mercado de trabalho sem ter ainda obtido essa qualificação;...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... promover a formação contínua dos trabalhadores empregados, enquanto instrumento para a competitividade das empresas e para a valorização e actualização profissional; garantir o direito individual à formação, criando condições objectivas para que o mesmo possa ser exercido, independentemente da situação laboral do trabalhador; promover a qualificação ou a reconversão profissional de trabalhadores desempregados, com vista ao seu rápido ingresso no mercado de trabalho; apoiar a reabilitação profissional dos cidadãos portadores de deficiência, em particular daqueles cuja incapacidade foi adquirida em consequência de acidente de trabalho; e, ainda, o de promover a integração sócio-profissional de grupos com particulares dificuldades de inserção, através do desenvolvimento de acções de formação profissional especial.

Definem-se, igualmente, nessas propostas da maioria, como consequência do referido acordo de Fevereiro de 2001, que a formação contínua de activos deve abranger, em cada ano e em cada empresa, pelo menos 10% dos trabalhadores com contrato sem termo, que ao trabalhador deve ser assegurado, no âmbito da formação contínua, um número mínimo de 20 horas anuais de formação e que, finalmente, em 2006, o número mínimo de horas anuais de formação certificada passará a ser de 35 horas.

Resulta assim, face ao exposto, de forma clara e meridiana, que esta iniciativa legislativa do Partido Socialista é francamente inopotuna.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Outra vez?!

**O Orador:** — Por outro lado, esta iniciativa do PS nem sequer tem na devida conta o referido acordo consensualizado na concertação social em Fevereiro de 2001, o qual foi devidamente integrado na proposta de código do trabalho em debate na especialidade,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Integrada quando?

**O Orador:** — ... que convictamente acreditamos constituir contributo positivo para o enriquecimento da proposta inicial.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Deputados: O projecto de lei do Partido Socialista, hoje em análise, consagra basicamente o direito dos trabalhadores a um número mínimo de horas de formação. Tal objectivo é já, como referimos, claramente perseguido pela proposta de código do trabalho em apreciação na 8.<sup>a</sup> Comissão.

Neste contexto, é desejável que as formas de exercício deste direito sejam regulamentadas no âmbito de um diploma mais abrangente e ponderado, que estruture e regulamente o funcionamento do sistema de formação profissional, e não de forma autónoma e desarticulada com as outras dimensões integrantes do sistema.

Desta forma, os Deputados da maioria, em consonância com o Governo, apresentaram já para debate na especialidade um articulado de aditamento à proposta de código do trabalho aprovada na generalidade, o qual regulamentará toda a subsecção referente à formação profissional através de legislação especial.

Por outro lado, o projecto de diploma do Governo sobre formação profissional, que se encontra em fase adiantada de elaboração, regulamentará o direito ao acesso a um número mínimo de horas de formação, de forma articulada com outros direitos e deveres que incumbem a empregadores e trabalhadores no âmbito do sistema de formação profissional.

Importa, portanto, harmonizar a produção legislativa e conferir-lhe, acima de tudo, uma coerência, por forma a que ela possa, em matéria de legislação laboral e de formação profissional, dar resposta aos grandes desafios que se colocam à economia portuguesa, no curto e médio prazo, designadamente em termos aumento da taxa de emprego global, da promoção da qualidade do emprego e das condições de protecção do trabalho, da adequação da legislação laboral às novas necessidades da organização do trabalho e ao reforço da produtividade e da competitividade da economia nacional e ao reforço das políticas activas de emprego combinadas com medidas ajustadas de protecção no desemprego.

Surgirá, assim, muito em breve, a lei de bases da formação profissional, que pontifica como propósito claro da maioria e do Governo nesta matéria, alicerçado seja no Programa do XIII Governo seja nas Grandes Opções do Plano para 2003, como uma das medidas prioritárias a implementar durante o corrente ano em discussão com os parceiros sociais.

Assim, a política da maioria e do Governo nesta matéria é clara: para além de reforçar as qualificações técnicas em que o nosso país é ainda muito deficitário, o propósito claro de aumentar, de forma muito significativa, a percentagem de trabalhadores que fazem formação qualificativa anualmente.

Tal desiderato só pode ser alcançado através de uma produção legislativa encadeada e coerente. Nesse pressuposto, esta iniciativa do Partido Socialista é avulsa e desinsere-se, claramente, deste propósito.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Mas é imediata!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Roque, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado, Pedro Roque, no seguimento da sua intervenção, que ouvi atentamente, ocorre-me colocar algumas questões.

Mas primeiro, já que falou em inoportunidade, quero dizer-lhe que teria sido muito oportuno que o PSD, no tempo em que foi governo — e o PSD governou sozinho durante muitos anos —, tivesse dinamizado e apresentado uma lei-quadro de formação. Não o fez! Incomodou-se, antes, em alterar a lei dos despedimentos, para facilitar os despedimentos.

**O Sr. Rodeia Machado (PCP):** — Exactamente!

**A Oradora:** — Já que falou em política de educação, gostava de colocar-lhe uma pergunta. Neste momento, devido a uma determinação, penso, do Ministro da Educação, há jovens, entre os 16 e os 18 anos, que estão no mercado de trabalho e que já se tinham matriculado no início do ano lectivo, que o Governo não deixou que frequentassem o ensino recorrente, sendo certo que alguns deles continuavam os seus estudos com apoios de empresas, que lhos pagavam efectivamente.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — É verdade!

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Estavam em fraude à lei!

**A Oradora:** — Quero saber se esta é uma política que conduz à formação profissional, sendo certo que o País, tal como a União Europeia diz, apresenta a taxa de abandono escolar mais grave da União: um em cada dois alunos do ensino secundário abandona-o.

Pergunto que política de educação é esta que retira alunos do ensino recorrente, que não os deixa continuar a estudar, que terão de esperar pelos 18 anos... Além do mais, tendo afirmado que eram importantes a formação e o ensino profissional, o Governo apresentou uma reforma do ensino secundário, deixando para daí a três meses a reforma do ensino profissional. Afinal, parece que não é assim tão urgente para o Governo...!

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Exactamente!

**A Oradora:** — Por último, gostava de perguntar-lhe que formação profissional reservam aos trabalhadores quando afirmam que isto tudo depende do mercado de trabalho, do mercado de emprego?

O que é que reservam aos trabalhadores, quando a proposta de código do trabalho torna desmedidamente precárias as relações laborais, visto que os trabalhadores podem estar em cada empresa seis anos a contrato a prazo, depois, mudam de empresa e podem estar mais seis anos numa outra nas mesmas condições, etc.? Pergunto: isto facilita a formação profissional?

Pergunto, ainda, se considera que facilitam a formação profissional os baixos salários e a moderação salarial que os senhores continuam a querer impor e a dizer que é necessária. Pergunto, pois, se os baixos salários tornam possível a formação profissional de que os portugueses carecem.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roque.

**O Sr. Pedro Roque (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos, V. Ex.<sup>a</sup> vem falar na governação PSD de há muitos anos atrás. Compreendo que o Partido Comunista continue agarrado a estas questões do passado,...

*Protestos da Deputada do PCP Odete Santos.*

... mas também é certo que, durante seis anos e meio, muito pouca coisa foi feita em matéria de formação profissional.

É propósito claro desta maioria e deste Governo implementar uma lei de bases de formação profissional que qualifique os jovens e os trabalhadores no activo para enfrentarem os desafios da nossa economia.

V. Ex.<sup>a</sup> vem falar também de política de educação, algo sobre que não falei. Como sabe, educação e formação profissional, embora concomitantes, são coisas distintas.

No entanto, para não ficar sem resposta à questão que coloca sobre o ensino recorrente, devo dizer-lhe que talvez não saiba que, em cada 100 alunos que frequentavam o ensino recorrente, apenas 4 o terminavam.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP):** — Essa é espantosa!

**O Orador:** — Acresce que é certo e sabido que muitos desses jovens utilizaram o ensino recorrente como uma espécie de «via verde» de acesso directo à Universidade,...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... passando por cima de todos os que o faziam de forma correcta.

V. Ex.<sup>a</sup> refere que tudo depende do mercado de emprego.

Ora, o problema é o de que, se calhar, a formação profissional e o mercado de emprego andaram estes anos todos de costas voltadas e de «candeias às avessas»... É precisamente isso que não pretendemos.

Na verdade, pretendemos que a formação profissional tenha em conta o mercado de emprego e entendemos que a formação profissional que responde às necessidades do mercado de emprego é a que serve ao País, às empresas mas, acima de tudo, aos trabalhadores que, assim, têm mais facilidade em arranjar colocação nesse mesmo mercado de trabalho que VV. Ex.<sup>a</sup> por vezes tanto abominam.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP):** — Inscreveram-me para uma intervenção?

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, na Mesa consta o nome de V. Ex.<sup>a</sup> como estando inscrita para uma intervenção.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP):** — Tinha-me inscrito para um pedido de esclarecimento, mas... está bem!

**O Sr. Presidente:** — Se não pretende usar da palavra, não a obrigo, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP):** — Claro que não!

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Até é oportuno que faça uma intervenção no seguimento do pedido de esclarecimento que formulei.

Começarei por dizer ao Sr. Deputado Pedro Roque que não é verdade que V. Ex.<sup>a</sup> não tenha falado de política de educação, pois tal matéria consta da sua intervenção. De resto, mesmo que não tivesse falado, teria de fazer-lhe a pergunta porque o conceito de formação profissional com certeza não significa que nada tem a ver com educação mas com outra coisa qualquer, culinária ou coisa assim...! Como é óbvio, formação profissional tem a ver com educação!!

As taxas de abandono escolar relativamente a Portugal, algumas das quais citei há pouco, são, de facto, assustadoras. A este propósito, remeto VV. Ex.<sup>as</sup> para um relatório da Fundação Dublin relativamente a Portugal.

Disse o Sr. Deputado que o PCP gosta de falar do passado. Respondo-lhe que não gosta, até porque, no passado, quem estava no governo era o Prof. Cavaco Silva e o PCP até não gosta de falar nisso, mas é uma realidade que nos marcou durante muitos anos e que deixou marcas da alteração e da deturpação da legislação de Abril. Por isso, não gostamos de falar nisso, mas temos de fazê-lo. É que quando os senhores vêm dizer que nada se fez no domínio da formação profissional, isso significa também que os senhores nada fizeram no domínio da formação profissional. É isto que tem de ser dito.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Deram a ganhar a muitos!

**A Oradora:** — Continuando a referir-me àquele relatório da Fundação Dublin, devo dizer que os dados do mesmo provam que quase 50% do trabalho em Portugal é um trabalho a que a Fundação chama «trabalho de servidão», trabalho sem qualificações. Esta é a realidade!

Como é que é possível os senhores prometerem que vão fazer formação profissional quando acaba de dizer que a mesma depende do mercado de emprego? Seria melhor dizer que esta formação dependerá dos ditames da Organização Mundial do Comércio, que, inclusivamente, pretende que a educação seja privatizada.

Deveria interrogar-se como é que pode haver uma formação profissional quando o custo da hora de trabalho em Portugal é, vergonhosamente, o mais baixo da União Europeia, correspondendo a 7% dos custos directos e indirectos, é o mais baixo da União Europeia, repito. De facto, é uma vergonha que os senhores, que estão no Governo, ainda venham querer fazer uma política de contenção salarial.

Assim, gostava de saber como é que se motivam os trabalhadores a terem formação profissional perante ameaças de contratos a prazo que podem durar até seis anos, perante os salários mais baixos da União Europeia...!?

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Segundo os estudos da própria União Europeia — e isto aponta para o passado no sentido de uma condenação do mesmo —, Portugal é o país em que, por cada 1000 horas de trabalho, menos horas

são dedicadas pelas empresas à formação profissional. Portugal vem logo a seguir aos países escandinavos e está atrás da República Checa. Em Portugal, por cada 1000 horas de trabalho, apenas 4 horas são dedicadas à formação profissional.

Este panorama, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é agravado pelas normas, algumas das quais já referi, que constam no código do trabalho. Assim, não é despiciendo afirmar que não facilita a formação profissional o que os senhores propõem relativamente à flexibilização e, ainda, que, em algumas semanas é possível trabalhar 60 horas, argumentando que tal facilita a formação profissional.

De facto, isto vai contribuir para que, daqui a alguns anos, à semelhança do que eu própria digo hoje em relação ao Prof. Cavaco Silva, outros Deputados que aqui estiverem venham falar de vós, censurar-vos, trazendo uma condenação muito firme.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A formação profissional tem uma importância que decorre da própria Constituição da República e que tem a ver com o valor e com a dignificação profissional dos nossos trabalhadores. A formação profissional tem um papel fundamental na valorização e na qualificação de todos os profissionais portugueses e, como tal, contribui decisivamente para os nossos níveis de produtividade e de competitividade.

Assim, este Governo terá de legislar, e vai legislar, no sentido de que haja melhor formação profissional em Portugal e que isso permita que haja mais competitividade e mais produtividade.

Sempre dissemos, desde o início da discussão do código do trabalho, que não era este que resolveria estes problemas do nosso país; sempre dissemos que era preciso muito mais do que o código do trabalho; e sempre dissemos que, a seguir a este, era preciso fazer alguma coisa em matéria de formação profissional para que contribuíssemos decisivamente para o aumento da competitividade e da produtividade.

Como fazemos este debate, temos de ver em que cenário estamos a fazê-lo e definir o que é, hoje em dia, a competitividade portuguesa, a produtividade portuguesa, o que é hoje a articulação da formação profissional com a educação e qual é hoje a qualificação dos portugueses.

É que o mundo não começou hoje nem sequer a política em Portugal começou hoje. Este não é o primeiro governo da nossa História. Tivemos um governo socialista que, durante seis anos, não contribuiu para o aumento da nossa competitividade, não conseguiu que melhorássemos a nossa produtividade, não articulou a formação profissional com a educação e não aumentou a qualificação dos portugueses.

Vejamos, então, por que é que, com o governo socialista, não aumentou a qualificação dos portugueses.

Essa qualificação não aumentou porque aquele governo não conseguiu fazer uma eficaz diversificação das vias de ensino no ensino secundário que permitisse a criação de quadros médios, fundamentais para que a nossa economia pudesse desenvolver-se.

Aquele governo não aceitou nem investiu no desafio da modernidade, no desafio das tecnologias da informação e da comunicação, para assim permitir que os nossos profissionais estivessem mais preparados para os desafios do futuro.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Aquele governo não apostou na diferença do ensino politécnico, preferindo ir na conversa, que era generalizada, de que o que havia a fazer era equiparar o politécnico ao universitário, não apostando na grande diferença de qualidade que tem o ensino superior politécnico.

Aquele governo não conseguiu criar uma rede de estabelecimentos de ensino superior que respondesse às necessidades do mercado. O ensino superior desenvolveu-se de uma forma perfeitamente desregrada sem ter em atenção de forma alguma o que eram as necessidades da nossa economia e o que eram as necessidades estratégicas do nosso país.

Aquele governo esqueceu completamente a formação ao longo da vida: não pensou nos cursos pós-secundários, não investiu na formação profissional.

Podemos ver qual é a atitude em relação à formação profissional de dois responsáveis políticos na apresentação dos seus programas de governo.

O Eng.º Guterres, na apresentação do Programa do XIII Governo Constitucional, dedicou uma frase à formação profissional,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — No vosso Programa de Governo havia zero!

**O Orador:** — ... tendo falado, na altura, em «uma educação coordenada com a formação profissional que queremos fazer renascer do pesadelo, de desperdício e da desorientação».

Quem nos dera a nós que, agora, não existisse um pesadelo de desperdício e de desorientação! É que passaram seis anos, o pesadelo continua e somos nós que vamos ter de resolvê-lo.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Por outro lado, falou com bastante mais consistência o Sr. Ministro Bagão Félix na apresentação do Programa do XV Governo Constitucional, tendo dito que «melhorar a qualidade do emprego implica uma aposta clara na formação de quadros intermédios e na reformulação dos processos de formação profissional em estreita e fecunda articulação com o Ministério da Educação» e, mais adiante, concluindo, disse que «o Governo actuará com realismo, com uma vontade política sustentada em valores e princípios, alicerçada e reforçada na consideração da diferença de pontos de vista, conjugando sensibilidade social com bom senso financeiro».

É precisamente no cumprimento deste compromisso que o Governo tem vindo a actuar. Assim, apresentou uma proposta de lei do código do trabalho e os dois partidos da maioria apresentaram na Assembleia da República, em sede de especialidade, propostas de alteração àquela proposta de lei no sentido de introduzir na mesma, com consistência, a formação profissional. Em sede de especiali-

dade, há hipótese de discussão por parte de todos os partidos e não exclusivamente para os partidos da maioria. Portanto, na discussão na especialidade do código do trabalho, o Partido Socialista poderia fazer essa discussão e tentar introduzir as suas próprias soluções neste domínio.

Houve mais compromissos assumidos por este Governo.

Em sede do próprio código do trabalho, o Governo assume o compromisso de, em legislação complementar, desenvolver a política de formação profissional, mas assume também um desafio decisivo que é o de apresentar uma proposta de lei de bases da formação profissional na qual — e nessa sim — se enquadra e desenvolve a formação profissional, no nosso país.

Mas perante todo este cenário, o projecto de lei do Partido Socialista podia até ser um bom projecto de lei, um projecto de lei que valesse a pena discutir e até, eventualmente, aprovar. Infelizmente, assim não acontece. O projecto de lei do Partido Socialista é fraco e pouco ambicioso, é muito mais fraco e muito menos ambicioso do que, por exemplo, o conjunto de princípios consagrados na proposta de alteração ao código do trabalho, onde se prevê, por exemplo: a qualificação e a reconversão profissional de trabalhadores desempregados com vista ao rápido ingresso no mercado de trabalho; a promoção e a reabilitação profissional de pessoas com deficiências, em particular daqueles cuja incapacidade foi adquirida em consequência de acidente de trabalho; a tomada de medidas concretas, como, por exemplo, a da indicação de que um mínimo de 10% dos trabalhadores de uma empresa deverão ser abrangidos por formação profissional contínua; e a fixação de um número mínimo de 35 horas de formação profissional certificada, até 2006.

Este código do trabalho é muito mais «garantístico» e vai muito mais longe do que este projecto de lei do Partido Socialista.

Mas nós compreendemos por que é que o Partido Socialista aqui aparece hoje com este projecto de lei: quer «fazer um número», quer ganhar uma corrida. Nós não estamos aqui para ganhar corridas; estamos para servir o País. Quer «fazer um número», como «fez um número» na campanha eleitoral — uma campanha, aliás, digna de qualquer associação de estudantes do ensino básico, porque não chegava sequer ao secundário —, em que havia uns cartazes, onde se dizia «Mais Formação Profissional para os Jovens», como quem diz «pomos mesa de matraquilhos no bar da associação e fazemos baile de finalistas». São propostas ocas, propostas desprovidas de qualquer conteúdo e de qualquer sentido, com o dom da irresponsabilidade de quem, ao fim de seis anos de governação, continuava a não ter sentido nem conteúdo para as propostas que apresentava!

Mas, mesmo assim, este projecto de lei introduz um paradoxo em relação ao passado. No passado, o Partido Socialista fez zero para resolver o problema da formação profissional e da qualificação dos portugueses. Na altura, não conseguiu cumprir o compromisso que tinha com os portugueses de aumentar a formação profissional e, agora, quer que seja a maioria o avalista de uma proposta, o avalista de um pagamento tardio dessa mesma promessa, com esta mesma proposta.

Nós não fomos eleitos para avalizar o cumprimento de compromissos de ex-governos; fomos eleitos para, com um governo sério, um governo de trabalho, um governo de compromisso, cumprirmos uma agenda que tem como de-

sígnio o aumento da formação profissional, em Portugal, e a consequente maior qualificação dos portugueses. É esse o nosso desafio. É um desafio sério, um desafio a que o Governo está a dar resposta e que o CDS-PP, em conjunto com o resto da maioria, vai continuar a levar por diante nesta Assembleia.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos a discutir o projecto de lei n.º 181/IX, sobre formação profissional, aliás não muitas horas depois de o Governo ter vindo apresentar o Programa «Emprego e Protecção Social» como resposta à situação social, e não deixa de ser verdadeiramente espantoso que a maioria de direita, em relação a um projecto concreto do Partido Socialista, se refugie no passado, se projecte para o futuro e fale de tudo menos do presente, para explicar por que razão quer recusar este projecto de lei.

Este projecto de lei não nos atira para uma discussão estéril sobre o ensino, mas coloca-nos perante uma situação muito concreta. Essa situação muito concreta radica no facto de haver absoluta necessidade, do ponto de vista da sobrevivência do nosso país, de apostar nos nossos recursos, apostar essa que tem de passar pela formação profissional.

Por isso, é verdadeiramente estéril e empobrecedor que se queira surzir seis anos de governação anterior, se queira saltar o capítulo anterior, bem longo, de responsabilidade do maior partido da direita, que, neste momento, está no Governo, e, a partir de tudo isto, se escamoteie a realidade. E a realidade tem fundamentalmente a ver com duas coisas: com o imenso défice que temos do ponto de vista do insucesso escolar e com grandes problemas devidos à falta de formação profissional. Não há seguramente competitividade, nem futuro para o País, se não houver uma aposta — e uma aposta concreta e séria — na única coisa que temos que são as pessoas.

A forma como se está a limitar a possibilidade de trabalhadores-estudantes, por exemplo, continuarem a estudar e a forma como o discurso, até agora, tem marcado as intervenções da direita parlamentar são seguramente o sinal de que a resposta aos problemas continua a ser a hipocrisia ou um futuro risonho em dia incerto, que, desta forma, não teremos, seguramente, como horizonte.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, como estamos na hora regimental de votações, vamos interromper o debate do projecto de lei n.º 181/IX, pois há mais inscrições e não convém adiar as votações.

Srs. Deputados, vamos, antes de mais, proceder à verificação do quórum, utilizando o cartão electrónico.

*Pausa.*

Sr. Deputado José Apolinário, se o senhor retira o seu cartão, o sistema não funciona. Assim, lamento, mas o sistema não assinalará a sua presença.

Srs. Deputados, o quadro electrónico regista 189 presenças, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Srs. Deputados, começamos por votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 154/IX — Integração da medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde (BE).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.*

Srs. Deputados, passamos à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 40/IX — Aprova o regime jurídico da concorrência.

*Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Este diploma baixa à 5.ª Comissão.

Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 178/IX — Aprova a lei quadro sobre autoridades reguladoras independentes nos domínios económico e financeiro (PS).

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.*

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de vários pareceres da Comissão de Ética, que serão votados após a respectiva leitura.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1.º Juízo — 3.ª Secção — do Tribunal Criminal de Lisboa, Processo n.º 8963/98.8TDLB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar a Sr.ª Deputada Assunção Esteves (PSD) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação da 8.ª Vara Cível de Lisboa — 1.ª Secção —, Processo n.º 35/2001, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Magalhães (PS) a prestar depoimento, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 12.ª Vara Cível de Lisboa — 2.ª Secção —, Processo n.º 27/2002, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 4.º Juízo — 1.ª Secção — do Tribunal Criminal de Lisboa, Processo n.º 17031/01.6TDLB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 4.º Juízo — 1.ª Secção — do Tribunal Criminal de Lisboa, Processo n.º 17031/01.6TDLB, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado António Costa (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do 3.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, Processo n.º 605/01.2TBAVR, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.ª Deputada Rosa Albernaz (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do 3.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, Processo n.º 605/01.2TBAVR, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o Sr. Deputado José Sócrates (PS) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 12.ª Vara Cível de Lisboa — 1.ª Secção —, Processo n.º 20/2002, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Vicente Jorge Silva (PS) a prestar depoimento, por escrito, como testemunha, no âmbito dos autos em referência.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos agora retomar o debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 181/IX — Estabelece o direito dos trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada (PS).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho.

**O Sr. Secretário de Estado do Trabalho** (Luís Pais Antunes): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Permitam-me umas breves palavras a propósito do projecto de lei apresentado pelo Partido Socialista e hoje aqui discutido.

Há sensivelmente dois anos, enquanto governo, o Partido Socialista celebrou com os parceiros sociais um acordo de concertação social que previa, entre outras matérias, o direito dos trabalhadores a um número mínimo anual de horas de formação profissional certificada.

Em Abril de 2002, isto é, sensivelmente 15 meses após a celebração desse acordo de concertação social, o governo do Partido Socialista não tinha tomado qualquer iniciativa no sentido de verter em letra de lei esse e, bem como esse, outros aspectos que estavam consignados no acordo de concertação social.

**O Sr. João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

**O Orador:** — Fá-lo no final do mês de Dezembro de 2002, numa altura em que já era conhecida e já tinha sido discutida na concertação social (aliás, já tinha sido objecto de consenso na concertação social) incluir na proposta de lei de código do trabalho a consagração explícita desse direito.

Por isso, o projecto de lei do Partido Socialista afigura-se-nos inoportuno, deslocado no contexto, tanto mais que se limita a regular um dos aspectos previstos no acordo de concertação social de Fevereiro de 2001, ignorando um conjunto de outras matérias de igual ou, mesmo, superior importância e que deverão ser objecto, como o Governo vem afirmando desde a sua entrada em funções, de legislação específica e especial que não se limite a regulamentar um ou outro aspecto da formação profissional mas, de forma global e devidamente enquadrada, todas as matérias do sistema nacional de formação profissional.

Acresce, ainda, que, no projecto de lei, que, em bom rigor, em grande medida, coincide com a proposta de lei de código do trabalho já em discussão em sede de especialidade, o Partido Socialista propõe a revisão do sistema de certificação e, em particular, a regulamentação dos modelos de certificados, esquecendo-se que ele próprio, em Abril de 2002, aprovou um novo modelo de certificado. Parece, de facto, precipitado, seis meses depois, o Partido Socialista vir, de novo, propor uma alteração pontual totalmente desenquadrada da revisão necessária — penso que essa é uma opinião partilhada por todos — da formação profissional.

Gostaria, ainda, de chamar a atenção para alguns números. Eu não trouxe quadros multicolores, mas trouxe números e penso que, por vezes, os números são mais elucidativos do que os quadros.

**O Sr. João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exactamente!

**O Sr. José Magalhães** (PS): — Eu sei porquê: é que os quadros doem!

**O Orador:** — Em 2000, era o Partido Socialista governo, o número de formandos abrangidos pelas acções de formação profissional foi de 119 002 e o volume de horas de formação de 47,8 milhões.

Em 2001 — e isto diz bem da importância que o Partido Socialista atribuía à formação profissional!... —, o número de formandos baixou de 119 002 para 106 000 e o número de horas de formação baixou de 47,8 milhões para 46,4 milhões.

Em 2002, após a entrada em funções do XV Governo Constitucional, o número de formandos aumentou, de novo, para 114 000, mas, sobretudo, o mais importante, o número de horas de formação certificada aumentou em 70%, passando de 46 milhões para 77,154 milhões de horas.

Ora, isto, mais do que quaisquer discursos, diz bem da diferença entre o governo do Partido Socialista e o actual Governo quanto à importância que cada um dá à formação profissional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pedroso.

**O Sr. Paulo Pedroso** (PS): — Sr. Presidente, em nome do Partido Socialista, queria sublinhar a nossa surpresa pela palavra que a maioria escolheu para classificar o nosso projecto de lei: «inoportuno».

Inoportuno, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados?

**O Sr. José Magalhães** (PS): — Curioso!...

**O Orador:** — Inoportuno, quando os senhores disseram aqui que iam cumprir um compromisso para que este direito estivesse em vigor desde 1 de Janeiro deste ano, o que não aconteceu?!

Inoportuno, quando os senhores vêm aqui dizer que, «brevemente» (este novo conceito indeterminado da data, que é o «em breve»!...), haverá uma proposta?

Inoportuno, Srs. Deputados? Inoportuno é continuar a adiar! E hoje fica aqui escrito que o Governo, o PSD e o CDS querem continuar a adiar a entrada em vigor deste direito e não foram capazes de o atacar na proposta, no seu conteúdo, e usam uma expressão que, considero, classifica a vossa atitude em relação à formação profissional!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, Sr. Secretário de Estado, não continuem a tentar sempre fazer de conta que a espessura do tempo deste Governo não existe: há o que está «para trás» e há o «em breve»! O Sr. Secretário de Estado sabe muito bem — teve, aliás, a elegância de se referir a essa matéria de uma maneira diferente da das bancadas do PSD e do CDS — que havia trabalho preparatório para uma medida que ia começar em 2003 e sabe que isso lhe foi transmitido na cedência de pastas entre os governos. Tenho a certeza absoluta disso! Eu próprio participei da transmis-

são ao Sr. Ministro e o meu Secretário de Estado a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Secretário de Estado.

Mas a questão essencial não é essa. Se dúvidas houvesse sobre o modo como este Governo trata as questões do acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho e formação, bastaria saber que apenas incluiu esta matéria nas alterações que agora — sublinho, agora — estão presentes na discussão, na especialidade, da proposta de lei de código do trabalho, porque esta matéria não constava da proposta de lei que entrou nesta Assembleia. Esta matéria só veio a estar incluída na proposta de lei porque a nossa proposta deu entrada entretanto.

#### *Risos do PSD.*

Mas, sobretudo, pergunto, mais uma vez: o que é feito da cláusula de formação que ficou legislada, que faria com que nenhum menor de idade igual ou superior a 16 anos, que não tivesse a escolaridade obrigatória, ou, tendo-a, não tivesse qualificação profissional, pudesse estar a trabalhar sem ter 40% do seu tempo dedicado à formação? A lei ficou feita, a lei entrou em vigor. O que fez este Governo para que ela fosse cumprida?

Srs. Deputados, a lei não está a ser cumprida. Espero, por uma vez, que, «em breve», passe a ser!

#### *Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria de dizer que esta segunda intervenção do Partido Socialista, feita pelo Sr. Deputado Paulo Pedroso, veio confirmar que o que o Partido Socialista queria aqui trazer não era a resolução do problema da formação profissional em Portugal, era, sim, «fazer um número» e agora tentou, à última hora, provar que este Governo queria adiar a formação profissional.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Quem usou a palavra «inopportunamente» foi o senhor!

O Orador: — Ora, isso não é verdade. Quem adiou a formação profissional durante seis anos foi o governo do Partido Socialista que, tendo um acordo relativo à formação profissional feito em sede de concertação social, num ano, não conseguiu transferir esse acordo para letra de lei. Esse é que foi o grande atraso do Partido Socialista em matéria de formação profissional, como em tantas outras matérias.

#### *Protestos do PS.*

Este Governo já introduziu a formação profissional no código do trabalho e vai trazer aqui, quer os senhores queiram quer não, uma lei de bases da formação profissional, que, essa sim, vai resolver o problema.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, o problema da inopportunidade do vosso projecto não é pelo tempo em que

o apresentam. É que o projecto é manifestamente mais fraco...

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Está à espera de quê?! É já!...

O Orador: — ... e menos eficaz do que a lei que o Governo aqui vai trazer para aprovação.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão.

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Um ano a preparar uma medida — disse o Sr. Deputado Paulo Pedroso.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Não é necessário mais para termos pela boca do principal responsável a confissão da inacção, da inércia, da incapacidade de atacar não só este problema mas, particularmente, este problema.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No ano 2001, o Partido Socialista conseguiu reduzir o número de horas de formação profissional; no ano 2002, com a actuação do novo Governo, o número de horas de formação profissional aumentou 77%. Os números são o que são, Sr. Deputado Paulo Pedroso!

V. Ex.<sup>a</sup> não trouxe aqui apenas uma iniciativa de um aluno cábula, trouxe uma iniciativa que, afinal de contas, preparou bem mais depressa do que durante o ano em que esteve no governo e que não conseguiu tornar efectiva,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... preparou uma iniciativa que é uma gota de água daquilo que é necessário fazer ao nível da formação profissional e preparou uma medida, apenas uma das medidas que estamos a discutir na especialidade do código do trabalho, relativamente à formação profissional.

E tem V. Ex.<sup>a</sup> a tranquilidade de vir aqui dizer que a sua iniciativa, depois deste histórico, que é apenas uma parcela daquilo que estamos a discutir na especialidade, que devia travar esse debate na especialidade, foi aquilo que VV. Ex.<sup>as</sup> quiseram dizer na 8.<sup>a</sup> Comissão. Está feita aqui a confissão não só da inopportunidade mas também daleviandade e da insustentável leveza com que o Partido Socialista governou! E, então, sobretudo, em matéria de formação profissional, é melhor que os senhores estejam calados, porque, como diz o povo, «cada cavadeira sua minhoca»!

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Paulo Pedroso sentiu-se agravado e eu pergunto qual é o motivo do seu agravio, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Sr. Presidente, são vários os motivos e peço a sua permissão para não repetir

as expressões. Em todo o caso, se quiser, posso recordá-las.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para defesa da honra, Sr. Deputado. Peço-lhe que seja sintético.

Adianto que vai ter mesmo de fazer uma defesa da honra, porque, se for uma réplica fora do Regimento, vou ter de lhe retirar a palavra.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse o Sr. Deputado Patinha Antão que, sobre os acordos, nada tinha sido feito.

Nessa matéria, julgo que a melhor defesa da consideração e da honra que posso fazer é pedir ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho que tenha a amabilidade de distribuir pelas bancadas o relatório sobre o ponto da situação dos dois acordos de concertação relacionados com a sua área de competência, relatório, esse, que recebeu no momento da transição entre os dois governos. Melhor do que eu, esse relatório dirá do que estava feito, do que tinha sido entregue e do que estava por fazer e esclarecerá, de um modo inequívoco, que o Sr. Deputado Patinha Antão disse aqui uma não verdade ao referir que havia uma só medida concretizada.

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Não sabe!

**O Orador:** — O que se poderá verificar é que havia uma calendarização acordada e medidas tomadas de acordo com os calendários previstos, bem como uma revisão do calendário aceite pelos parceiros sociais. E esta medida em concreto estava calendarizada para ser feita no tempo deste Governo...

Uma última nota, para não sair da estrita acusação do Sr. Deputado Patinha Antão. Diz o Sr. Deputado que esta é uma iniciativa precipitada, usando uma expressão que não repetirei. A esse propósito, queria apenas dizer-lhe o seguinte: esta iniciativa tornou-se necessária em Dezembro, porque passou Abril, passou Maio, passou Junho, passou Julho, passou Agosto, passou Setembro, passou Outubro, passou Novembro e passou Dezembro — até ao dia 20 —...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — De 2001!

**O Orador:** — ... sem que o Governo tivesse tomado a iniciativa necessária para que a medida entrasse em vigor a 1 de Janeiro de 2003, como sempre — sublinho «sempre» — esteve previsto!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Felizmente, a 20 de Dezembro, cansámonos da inércia do Governo, cansámonos de esperar pelo «em breve» e tivemos um efeito: apresentámos a medida a 20 de Dezembro e o Governo, que até então, apenas tinha aplicado medidas de contra-reforma social, passou a iniciar a sua nova fase, que é a da reacção às propostas do PS, depois de 8 de Janeiro! Sublinho que a nossa proposta é de 20 de Dezembro e apenas depois de 8 de Janeiro, muito depois de 8 de Janeiro... — penso que tal apenas ocorreu há 15 dias, sensivelmente no início de Fevereiro. Aliás, o Governo nada fez, nada apresentou! Foram o PSD e o PP que, substituindo-se à omissão do Governo, apre-

sentaram um conjunto de propostas que contemplam parcialmente este diploma.

Este diploma precedeu a iniciativa do PSD e do PP — é um facto absolutamente confirmável —; este diploma transcende a iniciativa do PSD e do PP, porque não se limita a uma enumeração de dados, regula um conjunto de matérias.

**O Sr. Presidente:** — O tempo de que dispunha esgotou-se, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Terminei imediatamente, Sr. Presidente.

Tenham a coragem de não se refugiar na inoportunidade, porque esta medida já devia estar em vigor a 1 de Janeiro de 2003, e não está por omissão deste Governo!

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão. Dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Patinha Antão (PSD):** — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Pedroso não fez, manifestamente, nenhuma defesa da honra...

**O Sr. Presidente:** — Lamento, mas desta vez fez mesmo. Senão ter-lhe-ia tirado a palavra, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Não queria criticar V. Ex.<sup>a</sup> nessa matéria, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Mas está a fazê-lo!

**O Orador:** — Retirarei, então, o que disse, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Paulo Pedroso nada acrescentou; aliás, convidou o Sr. Secretário de Estado do Trabalho — foi exactamente isso que fez — a elaborar sobre uma afirmação que ouvimos do próprio há momentos, ou seja, fornecer-nos a cronologia do que fez o governo do Partido Socialista, quando V. Ex.<sup>a</sup> tinha essas responsabilidades, desde o acordo de concertação estratégica até ao momento em que o novo Governo começou as suas funções.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Esse é de 1996! É que, não sei se sabe, houve quatro!

**O Orador:** — Mais, Sr. Deputado: V. Ex.<sup>a</sup> omite um outro aspecto fundamental, por isso é importante que lhe apresente o seguinte facto: o actual Governo esteve em negociação colectiva com os parceiros sociais e V. Ex.<sup>a</sup>, na sua intervenção, quis passar ao de leve sobre essa matéria...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — ... e sobre a circunstância do que hoje existe e está recebido no debate na especialidade, traduzido num compromisso tripartido em que foram os parceiros sociais que disseram (e disseram-no também na 8.<sup>a</sup> Comissão) que lamentavam que nada tivesse acontecido desde o momento em que tinham iniciado a concertação, ainda aquando do governo do PS, até àquela data, e que se congratulavam pela circunstância de o actual Governo ter ido muito mais além dos compromissos estabelecidos na concertação estratégica.

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — São exactamente essas medidas que hoje fazem parte das propostas apresentadas pela maioria e que já foram debatidas na 8.ª Comissão.

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — Portanto, Sr. Deputado Paulo Pedroso, compreendemos perfeitamente a enorme dificuldade de V. Ex.<sup>a</sup> em justificar como, quando teve responsabilidades, lidou com esta matéria.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho.

**O Sr. Secretário de Estado do Trabalho:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Compreendo o particular incômodo do Sr. Deputado Paulo Pedroso com a celebração do acordo tripartido entre o Governo, a CIP e a UGT.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Qual acordo?!

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — O último!

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Com que parceiros e com que assinaturas foi celebrado?!

**O Orador:** — Há quem prefira esgrimir argumentos, eu limito-me a apresentar factos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A celebração do compromisso tripartido, como qualquer jurista mediano poderá reconhecer, é um facto público e notório, do conhecimento de todos os portugueses e, portanto, necessariamente do conhecimento das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em segundo lugar, efectivamente, confirme as palavras do Sr. Deputado Paulo Pedroso de que, na antevéspera da minha tomada de posse e entrada em funções, me foi transmitido um conjunto de relatórios. Aliás, devo confessar que o que mais encontrei no meu gabinete foi papel — relatórios, estudos, grupos de trabalhos, livros verdes, livros brancos, livros azuis, livros de todas as cores... Infelizmente, não encontrei projectos de lei, projectos de decreto-lei, propostas de lei...! Essas, eu não encontrei!

De facto, Sr. Deputado, se 15 meses não servem para fazer um simples projecto de lei relativamente ao número mínimo de horas de formação profissional certificada, então, deverá compreender que o facto de o Governo o ter apresentado em 9 meses é, certamente, um resultado muito melhor do que aquele que o Partido Socialista alcançou!

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PS Paulo Pedroso.*

**O Orador:** — Em terceiro lugar, foi com grande surpresa que ouvi o Sr. Deputado Paulo Pedroso dizer «nós não fizemos mas deixámos o calendário, calendarizámos para o momento em que lá estaria o novo Governo».

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Quer dizer, não bastou ao Partido Socialista ter «batido a porta» e abandonado o Governo pela porta das traseiras, ainda foi deixar o encargo de verter para a lei o acordo de Fevereiro de 2001 para um Governo que só foi eleito em Março de 2002 e entrou em funções em Abril desse mesmo ano!

**O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — É verdade!

**O Orador:** — Também gostaria de dizer que, tanto quanto é do meu conhecimento (mas admito que possa não dispor de toda a informação), o Partido Socialista, em sede da discussão na especialidade da proposta de lei de código do trabalho, não terá apresentado propostas para completar, afinar, complementar a secção, ou subsecção, relativa à formação profissional. Penso que ainda está a tempo de o fazer e estou certo de que a maioria dará acolhimento às propostas que sejam sérias e compatíveis com o espírito e a filosofia da proposta de lei em discussão.

**O Sr. Rui Cunha (PS):** — Não é possível discutir na especialidade antes do debate na generalidade!

**O Orador:** — Gostaria, ainda, de sublinhar que, se é certo e verdadeiro que foi no dia 9 de Janeiro que finalizaram as negociações entre os parceiros sociais e que conduziram ao tal compromisso tripartido — a prova é, precisamente, o documento do dia 9 de Janeiro! —, não é menos verdade que, desde o final de Novembro ou da primeira semana de Dezembro (não posso precisar com total certeza), ficou perfeitamente consensualizado em sede da Comissão Permanente de Concertação Social que um conjunto de disposições, de princípios e de concretizações, cuja inserção na lei de bases da formação profissional estava prevista, seria deslocado para o código do trabalho. E, entre eles, figurava, nomeadamente, o número mínimo de horas de formação profissional certificada.

Não é verdade que o Governo estivesse à espera da apresentação da proposta do Partido Socialista, no dia 20 de Dezembro,...

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Então, também não é verdade que o nosso projecto de lei é inoportuno!

**O Orador:** — ... para, à pressa, ir discutir com os parceiros a sua inclusão na proposta de lei de código do trabalho, na versão resultante do compromisso tripartido.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — O Sr. Secretário de Estado acaba de destruir o argumento da inoportunidade!

**O Orador:** — Por último, o Sr. Deputado Paulo Pedroso falou da cláusula de formação. Desde já, quero manifestar publicamente a minha total disponibilidade para travarmos um debate sério e aprofundado sobre essa cláusula.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Há seis meses que espera resposta!

**O Orador:** — A razão pela qual a cláusula de formação não tem sido posta em prática pelo actual Governo é exactamente a mesma que fez com que a cláusula de formação não fosse posta em prática pelo anterior Governo. Hoje em dia, há um consenso generalizado entre todos os parceiros sociais de que, tal como está prevista, a cláusula de formação é absolutamente inexecutável. Basta ver que, nos últimos dois anos, não houve... Minto, houve uma única empresa que manifestou disponibilidade para aderir ao regime da cláusula de formação.

Portanto, este problema era do conhecimento do anterior Governo e é perfeitamente conhecido do Instituto de Formação Profissional e do seu presidente — que é, aliás, o mesmo presidente que ocupava as funções no tempo do anterior Governo. Esta é uma questão que deve ser discutida seriamente e, aliás, na sede da concertação social, já houve acordo entre os parceiros no sentido de voltar a pôr a questão em cima da mesa para tentar encontrar uma solução que seja credível e, simultaneamente, exequível.

Não vamos estar aqui a agitar bandeiras nem a agitar espantalhos. O Partido Socialista, em particular o Sr. Deputado Paulo Pedroso, conhece perfeitamente quais são os problemas da cláusula de formação.

Em todo o caso, reitero o que disse há um minuto atrás: estou plena e perfeitamente disponível, não apenas em sede de concertação social, como já ficou definido, mas, igualmente, nesta sede, para discutir as eventuais alterações a introduzir nessa lei.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Sr. Presidente, para fazer uma breve interpelação, na medida em que foi referida uma informação de que o Partido Socialista não dispõe e que foi dada como sendo do conhecimento público.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado sabe que as interpelações se dirigem à Mesa.

**O Sr. Paulo Pedroso (PS):** — Sr. Presidente, a minha interpelação era exactamente no sentido de a Mesa solicitar ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, se fosse possível, que distribuisse a todos os grupos parlamentares a informação em que se baseia para dizer que o conjunto dos parceiros sociais considera essa medida não exequível para que possamos ter o debate para o qual o Sr. Secretário de Estado se disponibilizou.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, trata-se de um requerimento. A Mesa endereça-o imediatamente ao Governo, dando por encerrada a questão.

Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 181/IX, cuja votação, na generalidade, terá lugar na primeira ocasião regimental.

Passamos imediatamente à segunda parte da ordem do dia, que se refere à discussão dos projectos de deliberação n.ºs 7/IX — Adota medidas tendentes à melhoria do funcionamento da Assembleia da República e à sua credibilização (Os Verdes) e 10/IX — Define o novo regime de publicação exclusivamente electrónica do *Diário da Assembleia da República* e cria condições para o teletrabalho parlamentar (PS). Sobre o segundo projecto de deliberação, assinalo que deu entrada na Mesa uma proposta de alteração ao artigo 1.º, subscrita pelo PS e PSD.

Vamos, então, iniciar o debate.

Antes de dar a palavra à Sr.ª Deputada Isabel Castro, a primeira oradora inscrita, chamo a atenção dos Srs. Deputados para a necessidade de assegurarem o quórum.

Tem a palavra, Sr.ª Deputada Isabel Castro, para uma intervenção.

**A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: A presente iniciativa do Grupo Parlamentar de Os Verdes vem retomar uma iniciativa anterior e parte de uma constatação, aliás inequivoca. Constatação essa que tem a ver com a crise do sistema político, que é, incontornavelmente, um fenómeno não só na sociedade portuguesa mas instalado um pouco por todo o lado. Os sinais dessa crise são traduzidos das mais diversas formas e têm expressão, designadamente, ao nível daquilo que é público e notório: o afastamento dos cidadãos da vida e da participação públicas; a descrença em relação às instituições, o questionamento do próprio modo como elas funcionam, de algum modo fechadas sobre si próprias.

Esta é uma realidade inquietante, é uma realidade que tem sido objecto da investigação de diferentes agentes, designadamente no domínio das ciências sociais, onde tem suscitado particular atenção e, do nosso ponto de vista, não é claramente uma questão que, de forma linear ou simplista, se possa circunscrever nas deficiências do sistema de representação. Eventualmente, a esse nível, podem acontecer, pontualmente, mudanças e melhorias mas, para nós, o problema é mais vasto, radica em múltiplas outras causas, causas que, para nós, não são de todo estranhas a uma questão que é recorrente também, ouvindo os cidadãos e participando em debates aos mais variados níveis que, no fundo, têm a ver com a própria qualidade da democracia ou a falta dessa qualidade.

É neste preciso registo que se coloca um dos aspectos que de uma forma mais forte é sentido pelos cidadãos, que é um sentimento generalizado de impunidade no incumprimento da lei, da sua não aplicabilidade — esta é uma responsabilidade genericamente de todos, mas é, desde logo, uma responsabilidade da Assembleia da República. E não é, seguramente, entre outros factores, um aspecto negativo da percepção que os cidadãos têm da imagem do Parlamento o facto de, independentemente de passarem por aqui leis e serem aprovadas, muitas delas continuarem na gaveta sem serem, pura e simplesmente, aplicadas, desde logo porque muitas não foram regulamentadas.

Aliás, este é um aspecto que mereceu do Sr. Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral, no discurso que fez depois de ter sido eleito para o cargo que exerce, o seguinte sublinhado: «(...) o nosso país tem leis a mais, muitas delas supérfluas e outras desactualizadas, desacreditadas e caídas em desuso, umas e outras exigindo revogação.» E insistia na necessidade de a Assembleia da República fazer «um juízo fundamentado sobre a justiça, conveniência e oportunidade delas.»

Portanto, esta não é uma questão particularmente nova, é uma questão recorrente no debate.

É precisamente tendo em conta este facto — que é incontornável e em relação ao qual, no último debate que fizemos sobre a matéria, nenhum dos partidos políticos que se pronunciou sobre o tema foi capaz de questionar, ou seja, todos temos consciência de que este é um problema — que esta iniciativa de Os Verdes é suscitada.

Em nosso entendimento, independentemente de haver leis, umas que são matéria exclusiva ou da iniciativa da Assembleia da República, outras que podem ser da exclusiva responsabilidade do Governo, o facto é que, tal como nós entendemos o mandato e tal como a Constituição da República o define, aliás, de acordo com a interpretação também feita por Gomes Canotilho, cabe-nos fiscalizar a execução das leis pelo Governo. Esse é um direito do qual não abdicamos.

Assim, a questão que está colocada é a de saber se, para além dos discursos e da convergência de pontos de vista em relação ao problema, para além da assumpção por todos da necessidade de, mais do que regularmente, identificar problemas, há um impulso transformador no sentido de os modificar.

Ora, sendo para nós que há necessidade de modificar a actual situação, propomos que a Assembleia da República faça aquilo que nos parece fundamental: desde logo, uma inventariação de legislação (de sua responsabilidade ou de responsabilidade do Governo) que esteja por regulamentar; que faça uma avaliação e uma discussão em função do resultado dessa avaliação para, depois disso, concluir quais as vias que deve encontrar para ultrapassar a situação. São algumas e várias as pistas que são dadas. O anterior governo chegou, no âmbito da União Europeia, a ter em conta e a discutir este problema que não é exclusivo do Parlamento português mas também de outros parlamentos. Esta discussão chegou a ser feita e, em nosso entendimento, este é o momento de, através de um impulso transformador, resolver o problema.

Por último, refiro-me à proposta de aditamento ao nosso projecto de deliberação, que entregámos há pouco e que, presumo, foi já distribuída, ainda que o Sr. Presidente não a tenha anunciado.

Assim, para dar cumprimento a esta deliberação no que toca ao levantamento de toda a legislação que se encontre por regulamentar — e recordo-me que o Partido Social Democrata, através do Sr. Deputado Luís Marques Guedes, levantou esta questão — e à elaboração de um relatório desse levantamento que permita um diagnóstico da situação, propomos que a Assembleia da República faça uso do protocolo que, na VII Legislatura, foi estabelecido com o CRUP, um protocolo assinado em matéria de produção legislativa.

Pensamos que, nesta fase, não é a Assembleia que tem capacidade técnica ou outra para o fazer, pelo que propomos que se faça o diagnóstico da situação, que se discuta qual é a realidade existente, que se adoptem medidas, quaisquer que elas sejam (e múltiplas já foram aventadas e outras testadas por outros parlamentos, nomeadamente pelo Parlamento italiano), e que, a partir daí, se resolva um problema que é recorrente, que é, seguramente, um factor de desprestígio e é, sobretudo para aqueles que acreditam nas instituições, de algum modo, uma fraude o ver aprovar diplomas que, esperam, transformem a sua vida e veiculem soluções — aliás, é por isso que os diplomas são aprovados, mas, simplesmente, ficam esquecidos.

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, tem razão. Eu devia ter dito que foi entregue na Mesa, por Os Verdes, uma proposta de aditamento ao projecto de deliberação n.º 7/IX. Adianto que já foi distribuída, pelo que é do conhecimento dos grupos parlamentares.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é óbvio que não temos quórum. Vou, portanto, fazer accionar a campanha e vamos esperar 5 minutos para tentar restabelecer o quórum, senão, terei de encerrar a sessão. Não é admissível discutir o que quer que seja sem quórum. A Assembleia da República não pode funcionar sem quórum, pelo que peço aos grupos parlamentares o favor de tentarem promover a presença necessária das Sr.<sup>as</sup> Deputadas e dos Srs. Deputados para que a Assembleia possa funcionar. Peço, ainda, aos serviços que incluem no vídeo a indicação de «chamada para verificação do quórum».

Srs. Deputados, a sessão está interrompida por 5 minutos.

*Eram 18 horas e 45 minutos.*

Srs. Deputados, restabelecido o quórum, vamos retomar os trabalhos.

*Eram 18 horas e 50 minutos.*

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Marinho. Dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Eugénio Marinho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, sem questionar a bondade da iniciativa de Os Verdes, queria apenas colocar-lhe algumas questões relativas às matérias que estão subjacentes ao seu projecto de deliberação.

Desde logo, uma questão que se prende com a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares. Admito que, quando este projecto de deliberação foi apresentado, ainda não tivesse havido alteração ao Regimento mas, face à actualização do Regimento, a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares tem, entre outras tarefas, a de «Elaborar relatório semestral de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis, bem como das consequentes normas de aplicação» e a de «Elaborar relatório anual avaliativo do grau de execução das leis.» Isto está previsto hoje na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, pergunto se V. Ex.<sup>a</sup> entende que, apesar disto e com isto, que é uma norma nova no nosso Regimento, ainda é necessária uma outra entidade que tenha que fazer o levantamento e a elaboração de um relatório relativamente a esta matéria.

Também gostava de a questionar por que razão — e devo dizer que me surpreendeu esta proposta de aditamento —, numa matéria destas, vai o Parlamento recorrer ao CRUP. Penso que o protocolo que existe com o CRUP tem em vista que haja estudos aprofundados sobre determinadas matérias em concreto e não a inventariação de diplomas que estão por regulamentar. Esse é um trabalho de pesquisa que, penso, se enquadra hoje muito melhor no seio da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, porque até é um órgão que tem todos os temas, desde a agricultura à educação, enfim, todos os temas estão, por via da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, aí previstos.

Gostava de saber se V. Ex.<sup>a</sup> admite que esta matéria volte a enquadrar-se, como está previsto, no Regimento.

Uma outra questão: relativamente aos períodos de três meses para que os diplomas não permaneçam em comissão, pergunto, embora compreenda a sua intenção e a subscreva, se não estará disposta a considerar uns *timings* um pouco mais alargados para que, depois, não se entre em contradição com deliberações adoptadas e, muitas vezes, com a impossibilidade de as concretizar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro. Dispõe, igualmente, de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eugénio Marinho, aborda duas questões distintas: primeira, a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares. Talvez fosse bom clarificar qual é o sentido da nossa proposta.

Nós não estamos a considerar que a falta de regulamentação das leis seja uma questão que se reporte exclusivamente à actual legislatura. É um problema mais complexo, como bem compreenderá. Portanto, não foi a partir do momento em que temos esta composição na Assembleia que o problema se colocou. O problema coloca-se desde há muito tempo, é transversal e, como tal, pensamos que é para solucionar.

Ora, do nosso ponto de vista, não é, seguramente, a Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares que está em condições de o resolver — não tem meios humanos nem técnicos, nem tem disponibilidade de tempo para fazer um levantamento como este, parcelar. Aliás, a prova disso é a de que, designadamente, a 1.<sup>a</sup> Comissão tem em mãos, desde há muito tempo, um documento que aponta neste sentido e, passados 10 meses, as coisas estão como estão. E não estou a dizer que estão como estão fazendo uma crítica à Comissão; estou a constatar um facto e estou a observar a realidade à minha volta, que, manifestamente, tem a ver com falta de tempo.

Quanto à segunda pergunta que o Sr. Deputado faz, não sei se a questão que coloca significa que o senhor e o seu colega Luís Marques Guedes têm neste momento opiniões distintas ou que o PSD tem um pensamento diferente sobre esta matéria.

Faço esta observação porque, recordo-me, quando Os Verdes apresentaram e discutiram este projecto, o Sr. Deputado Luís Marques Guedes (logo, o PSD) assumiu a importância de resolver esta questão, tendo nessa altura concluído que se tratava de um problema que já existe há muito tempo e alertado também para uma matéria, sobre a qual, aliás, me debrucei na minha intervenção.

Na altura, o Sr. Deputado Luís Marques Guedes — em complemento daquilo que referi a 3 de Dezembro de 1999 sobre o protocolo — colocava a questão em duas perspectivas, referindo que não devíamos ter as dores alheias, no sentido de que a sua leitura, de algum modo restritiva, da fiscalização implicava que só nos devíamos preocupar com o que dizia respeito exclusivamente à Assembleia da República e não com outra legislação, porventura por regulamentar, da responsabilidade do Governo.

Entendemos que o nosso papel fiscalizador abrange as duas vertentes. Mas o Sr. Deputado, na altura, sugeriu precisamente o protocolo que tinha sido assinado com o Con-

selho de Reitores das Universidades Portuguesas, salientando a vantagem em fazer uso do mesmo e assumindo, aliás, algo que é evidente, que é a falta de meios da Assembleia para diferentemente o tratar.

Portanto, é isto que estamos a propor, ou seja, que se faça o levantamento e, para que esse levantamento tenha existência em tempo útil, que se accione precisamente o protocolo existente entre as universidades portuguesas e a Assembleia da República.

Julgo que respondi às questões colocadas e espero tê-lo esclarecido, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De forma porventura demasiado discreta, estão a ser dados passos que vão mudar radicalmente a forma como o nosso Parlamento trata e divulga a enorme massa de informação que os Deputados das várias bancadas e os serviços produzem.

Julgo que a chegada, esta semana, a Plenário desta iniciativa, de que sou, com muito gosto, um dos subscritores, juntamente com muitos outros colegas desta bancada, é um sinal de que há condições para dar um novo impulso a este processo.

Penso, Sr. Presidente, que aquilo que propomos pode colher consenso alargado. Diz-se, aliás, numa das componentes, muito rapidamente e de forma sintética — o que não diminui o seu alcance —, que do que se trata em primeiro lugar é de acabar (sublinho, acabar) com a edição impressa nos moldes actuais, em papel, do *Diário da Assembleia da República* e ampliar significativamente a forma como decorre a sua difusão electrónica, que, como sabem, começou há anos, em 1996.

Ninguém pretende abolir o jornal oficial do Parlamento português. Trata-se de assegurar que seja atempadamente posto à leitura de quem o deseje, através do portal da Assembleia da República na *Internet*. Estará em formato electrónico, será acessível a título gratuito e poderá ser usado por quem tenha necessidade e interesse em conhecer os debates políticos da nossa Assembleia representativa.

A edição em formato electrónico tem a vantagem acrescida de poder permitir não apenas a disseminação muito rápida, mas outras formatações e, designadamente, a ampliação dos textos para acesso por pessoas com necessidades especiais, o que é importante e acontece pela primeira vez na nossa história parlamentar, com um dispêndio irrelevante, uma vez que todo o trabalho teria de ser feito e esta é uma funcionalidade adicional permitida pelas novas tecnologias.

A 1 Série do *Diário da Assembleia da República* é, como os Srs. Deputados sabem, já objecto de uma versão electrónica acessível no endereço de *Internet* <http://debates.parlamento.pt>, num sistema que foi concebido e executado pela Assembleia da República em colaboração com o departamento de electrónica e de telecomunicações da Universidade de Aveiro.

A solução é muito sólida tecnicamente, está testada e contém milhares e milhares de páginas devidamente digitalizadas, sujeitas a revisão, numa forma, aliás, original que a Universidade de Aveiro inventou, insisto, com a colaboração e monitorização permanente dos serviços competentes da Assembleia da República.

É uma forma exemplar de trabalho, que foi encetada sob a direcção do Sr. Presidente António de Almeida Santos e que continua, agora, em velocidade de cruzeiro, com condições de ampliação.

Menos gente saberá, porém, que a divulgação dos debates parlamentares tem uma ambição muito mais vasta do que a mera publicação das discussões ocorridas desde o reatamento da democracia, bem perto já, como sabemos, do fim do século XX. Quem procurar, vai descobrir (pode descobrir já, neste momento) que há hoje na web um arquivo histórico-parlamentar, com um conceito novo de arquivo histórico-parlamentar digital, que já inclui milhares e milhares de páginas da nossa história parlamentar e que está agora a ser carregado, por exemplo, já muito longe no constitucionalismo monárquico, com materiais das Câmaras que antecederam aquela de que hoje somos membros.

De momento, pode aceder-se a documentos do período que vai desde 1976 à Legislatura em curso, cujo carregamento — Sr. Presidente, permita-me que deixe esta informação registada no *Diário* — deve ser acelerado, o que está inteiramente ao alcance dos serviços, para garantir que a informação esteja actualizadíssima e que os *Diários* são «despejados» na Internet o mais próximo possível do momento da sua finalização.

Tudo isto para que os cidadãos possam ter acesso a essa informação, sobretudo porque esse acesso faz-se hoje através de um sistema com capacidade de pesquisa, que permite não apenas localizar o que quer que seja em pesquisa de texto livre, mas também uma pesquisa entre datas, uma pesquisa por *Diários* e uma pesquisa com localização de intervenções dos Deputados.

É este o melhor critério apontado para uma publicação deste tipo e é este o critério que, apraz-me dizê-lo, a Assembleia da República segue.

Quer isto dizer, Srs. Deputados, que não há razões para chorar o desaparecimento da edição oficial em papel. Haverá agora edições pequenas, edições feitas à medida dos utilizadores e colecções impressas em pequena tiragem, para satisfazer necessidades previsíveis dos agentes parlamentares.

Sucede no entanto que, como sabemos, o *Diário* tem uma II Série, subdividida em três subséries, e, com a revisão do Regimento, foi tomada uma decisão muito positiva de fazer publicar integralmente electronicamente todo o conteúdo (que é enorme) destas três subséries do *Diário da Assembleia da República*. Trata-se de uma decisão com um alcance muito importante, que significa que as mais pequenas expressões da actividade parlamentar passarão a ser acessíveis electronicamente em qualquer ponto do mundo, com possibilidades de pesquisa e de localização fácil. Isto inclui tudo, desde iniciativas legislativas a despachos de Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia da República, actividades dos grupos parlamentares, relatórios dos Deputados, petições e trabalhos parlamentares dos mais diversos, que pela primeira vez poderão ser acedidos de maneira fácil, incluindo as actas das comissões parlamentares.

A decisão da supressão da edição em papel do *Diário* é uma boa decisão e os serviços ajudaram — quero agradecer essa colaboração — a ponderar em que condições é que isso poderia ser feito, para não gerar descontinuidades ou para não ser um acto precipitado e assente meramente na vontade.

Tínhamos proposto, inicialmente, que a cessação tivesse lugar a partir de 1 de Janeiro de 2003. Estamos numa data em que, muito obviamente, este prazo não é apropriado, pelo que distribuí — e peço ao Sr. Presidente que, na altura própria, a faça anunciar — uma rectificação ao texto que prevê que essa cessação, após parecer dos serviços, tenha lugar a partir do início da segunda sessão legislativa, isto é, a 15 de Setembro de 2003, o que dará aos serviços tempo bastante para fazer as diligências, as negociações e as operações de preparação necessárias.

Quanto à II Série, será necessário prever um calendário específico, que carece ainda de preparação e de estudo para a sua concretização.

Venho sustentando, e julgo que este ponto de vista é muito partilhado, que editar electronicamente não é «despejar» na Internet de maneira similar à do papel aquilo que hoje produzimos. Podemos, e a Assembleia da República está a tomar medidas nesse sentido, estruturar a informação por forma a criar bases de dados sectoriais, que permitam localizar num lado os requerimentos, noutro as petições e noutro os vários tipos de actos parlamentares.

Há trabalho bem feito na Assembleia da República neste sentido, que, aliás, há que «despejar» na Internet, para acesso externo e não apenas dos Deputados, uma vez que se trata de trabalho que está acessível na Intranet da Assembleia e carece de aperfeiçoamentos.

Gostaria também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de aludir à outra vantagem desta medida. Poucos sabem a tiragem verdadeira do *Diário da Assembleia da República*, que não excede cinco centenas de exemplares, mas menos ainda saberão que a Assembleia da República, com esta medida, em vez de gastar cerca de 700 000 euros anuais com o pagamento de serviço externo, poderá investir esse dinheiro na produção do *Diário*, no equipamento dos serviços, na reorganização dos circuitos e na encomenda e contratação dos serviços necessários para a produção de adequadas bases de dados.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É muito dinheiro, que pode ser muito bem usado, com muito benefício nosso e dos cidadãos, o que é uma solução democraticamente perfeita.

Os serviços de redacção têm aqui uma oportunidade boa para darem mais um passo na sua modernização. Digo «mais um passo» de propósito, porque muito se caminhou desde o momento em que foi criado este serviço de redacção, no início do nosso processo democrático, e lembro-me muito bem de momentos como a triunfal entrada dos computadores nos serviços de redacção, as batalhas com a descodificação de milhões de páginas, sob pressão, com necessidade de acelerar, a batalha formidável da descodificação das revisões constitucionais, os problemas terríveis que isso gerou na Assembleia da República e a maneira como estas questões foram enfrentadas com êxito, a maneira como os serviços se abriram, se aperfeiçoaram. Espero com alguma ânsia, e os serviços ainda o esperarão mais, o dia em que o reconhecimento vocal automatizado tenha lugar e seja possível poupar muito trabalho de descodificação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Há hoje novas tecnologias! Sr. Presidente, vejo no seu rosto uma expressão de surpresa, mas devo

dizer que testo quase todos os dias uma tecnologia que permite esse reconhecimento vocal, embora não em sotaque português.

Significa isto que temos de avançar neste domínio e os serviços parlamentares vão beneficiar disso!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Não nos obrigue a falar em inglês, Sr. Deputado!

Risos.

**O Orador:** — Não, Sr. Presidente. O sistema que estou a testar é, na verdade, em português com sotaque brasileiro, mas está em preparação a versão em sotaque português de Portugal.

Por outro lado, Sr. Presidente, hoje temos o Canal Parlamento, temos um website na Internet e temos publicações regulares. Falta a revista parlamentar, que deverá nascer, mesmo que seja só em formato electrónico, Sr. Presidente, precisamos de mais saltos qualitativos na difusão dos trabalhos parlamentares.

Permitam-me que fale agora das outras medidas, que são, digamos, de melhoria das condições de trabalho dos Deputados, medidas que vejo, muito satisfeita, que ficaram realizadas numa parte.

Tínhamos sublinhado a necessidade de os Deputados terem acesso ao correio electrónico a partir do exterior e os serviços conseguiram viabilizar uma solução tecnológica que permite fazer isso, com segurança.

**O Sr. Osvaldo Castro (PS):** — É verdade!

**O Orador:** — Isto é positivo, mas há outras facilidades que é preciso assegurar.

Julgo — e não insisto mais senão neste ponto — que são muito importantes as propostas que apresentamos para colocar mais trabalho parlamentar pessoal dos Deputados num sector individual, em [www.ps.parlamento.pt](http://www.ps.parlamento.pt), digo, em [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt), para que os Deputados possam usar as suas produções e despejá-las na web.

Risos.

Bem, este lapso é muito curioso porque temos [www.ps.parlamento.pt](http://www.ps.parlamento.pt) como site do grupo parlamentar e, se repararem, reconvertemos o nosso site para o transformar numa espécie de jornal electrónico, que é, aliás, actualizado várias vezes ao dia. Julgo que a Assembleia da República vai poder fazer o mesmo, porque a tecnologia é elementar. É uma questão de organização e de remodelação dos serviços.

Faço, portanto, votos, Sr. Presidente, para que estas medidas possam ter, e julgo que vão ter, um consenso alargado, e creio que serão um bom encorajamento para os serviços continuarem o trabalho excelente que têm vindo a fazer.

Com isso ganharemos nós, ganhará, certamente, o povo português e a imagem da Assembleia da República.

Aplausos do PS.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Marinho.

**O Sr. Eugénio Marinho (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, na verdade, esta é a sua área preferida. Diria, até, que é nesta matéria que o senhor se sente «nas suas sete quintas». Ainda bem que assim é!

Mas começaria precisamente por aqui, porque há uma questão que efectivamente também tem de ser ponderada. Não é que estejamos em desacordo com o que V. Ex.<sup>a</sup> nos transmitiu, estamos de acordo com tudo o que disse, mas há aqui problemas que devem ser salvaguardados, como compreenderá.

Na verdade, nem todos os Deputados têm a apetência para a via electrónica e para a era digital que V. Ex.<sup>a</sup> tem, pelo que há questões que têm de ser prevenidas, por muito que nos custe. E têm de ser prevenidas porque as revoluções — neste caso, ao nível parlamentar, e não já no exterior — necessitam de alguma cautela. Designadamente porque, segundo me apercebi do diploma que apresentaram, o objectivo é fazer, pura e simplesmente, desaparecer a circulação em papel, como se pode ver no artigos 2.º, n.º 2, alínea a), em que se diz que os serviços adoptam medidas tendentes a assegurar a circulação apenas electrónica de documentos.

Já no que diz respeito à alínea b), em que se diz que os serviços devem adoptar medidas tendentes a assegurar a utilização de sistemas de notificação automática e de esquemas de segurança e assinatura digital dos actos parlamentares, a medida é apenas tendencial, não é para o imediato, e, portanto, reconheço que dará tempo para ponderarmos a forma de trazer todos os nossos colegas Deputados para esta ideia de digitalização total do funcionamento do Parlamento.

Mas chamo também a vossa atenção para o facto de, se calhar, existirem coisas que serão complicadas. Não estou a ver o Sr. Presidente a despachar um requerimento em Plenário e o mesmo, em vez de vir em formato de papel, vir por e-mail para as respectivas bancadas partidárias. Portanto, tem de haver alguma contenção a esse nível e é sobre isso que quero também ouvir a sua opinião.

Na exposição de motivos do diploma, há um pormenor interessante, quando aí é dito que se aproveita para «estimular a criação das páginas pessoais da cada Deputado». Acho que isso é importante porque, nos tempos de hoje, é fundamental a interactividade com aqueles que nos elegeram, com os cidadãos eleitores, e por essa via é muito mais fácil um contacto directo dos eleitores com os Deputados.

Curiosamente, também tive oportunidade de verificar que os serviços alertam para o problema dos recursos financeiros e, sobretudo, para o problema dos recursos técnicos de apoio à criação destas páginas. Gostava de ouvir o seu comentário relativamente a isto, porque são áreas interessantíssimas, mas, se calhar, daqui até à sua concretização total, ainda demorará bastante tempo.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eugénio Marinho, as questões que coloca são muito interessantes e bem gostaria que as pudéssemos discutir mais longamente.

Há soluções tecnológicas cuja sedução maior decorre do facto de serem muito fáceis. Por exemplo, os serviços vão

implementar, dentro de dias, e já houve uma primeira experiência, aqui nesta Sala vetusta, uma rede sem fios, que, estando activada, permitirá ao Sr. Deputado ou a qualquer um de nós, com um computador e com um cartão adequado, aceder a qualquer servidor da Internet ou a qualquer servidor do Parlamento — e, certamente, entre outros, os dos nossos grupos parlamentares, os dos partidos, os que quisermos — para obter em tempo real informação ou localizar imediatamente, por exemplo, no *Diário da República* ou no *Diário da Assembleia da República*, qualquer informação, para fazermos aqui, no Plenário, trabalho que não pudemos fazer noutro local, o que em nada rompe o nosso dever de prestar atenção ao que se passa.

Essa rede vai ser instalada com grande simplicidade e vai funcionar, não tenha qualquer dúvida, e é a forma mais rápida de, por exemplo, distribuir documentos. Seria impensável distribuir 230 cópias quase instantaneamente aos Deputados. Quem tiver pequenos assistentes pessoais e PDA pode receber isso nesse pequeno aparelho portátil e, agora, imagine o que será quando houver telemóveis de terceira geração! Portanto, há que pensar largo nesta matéria.

O Sr. Deputado colocou, como primeira questão, a questão do papel. Não se trata de impedir a difusão através de papel! A partir do momento em que temos um ficheiro em formato electrónico podemos imprimi-lo como quisermos e a impressão sai exactamente igual à edição que temos hoje. Portanto, não há perda de nada, a não ser da edição prévia de um x número de exemplares, que, aliás, é pequeno, muito pequeno, preocupantemente pequeno, e, portanto, essa edição já não serve a função para que foi imaginada. Através deste sistema nada perdemos.

Em relação às medidas preparatórias, devo dizer que, evidentemente, elas têm de ser tomadas com conta, peso e medida; aliás, os serviços fizeram um belo estudo sobre esta questão e foram de grande eficácia, julgo eu, e continuarão a ser, no faseamento das soluções. Em alguns casos, até foram mais rápidos do que aquilo que, à partida, esperávamos, como foi o caso das soluções de consulta do nosso correio electrónico a partir do exterior, que eu uso todos os dias, que o Sr. Deputado, porventura, também usa, que outros Deputados usam e que cada vez mais Deputados usarão.

A existência destas páginas não é nada de fenomenal; elas, de facto, são muito fáceis de fazer. Para isso, os Deputados terão o apoio dos seus grupos parlamentares e dos serviços, aprenderão eles próprios, mas julgo que é importante que ponhamos isso em marcha, com o *timing* que seja adequado aos nossos recursos, sendo certo — e com isto concluo, Sr. Presidente — que temos para isso uma poupança muito significativa, direi mesmo, uma poupança impressionante. Fiquei impressionado quando me disseram o montante.

Hoje, nada justifica que utilizemos o método arcaico, que só era usado nos tempos em que só alguns é que tinham sistemas de digitalização. Era impensável que a Divisão de Redacção da Assembleia da República tivesse scanners nesses tempos de 1976, 1977 ou 1978. Hoje não, hoje os serviços da Assembleia da República têm *know-how*, são capazes de usar esses meios e vão ter mais e melhores meios.

Portanto, estamos em condições de dar esse salto, de maneira prudente, faseada. Julgo, aliás, que o trabalho na especialidade permitirá aditar algumas componentes e precisar, além do prazo que referi, outros aspectos, chaman-

do mais Deputados à construção das novas formas de trabalho, que, no fundo, também são formas de reforma do sistema político e ajudam a melhorar a sua relação com os cidadãos eleitores.

Portanto, faço votos de que consigamos todos este resultado.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Irei referir-me aos dois projectos de deliberação que temos hoje em discussão, e começo por uma questão que nos parece muito relevante, que é proposta no projecto de deliberação apresentado pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, que tem a ver com o levantamento da legislação não regulamentada.

Creio que este é um problema com que estamos confrontados e que em nada tem vindo a prestigiar esta Assembleia, e não apenas esta Assembleia mas também o Estado português em geral e os governos, que não regulamentam legislação que eles próprios elaboram e fazem publicar.

Somos confrontados quase diariamente com problemas desta natureza. Lembro que, ainda há poucos dias — e creio que todos os grupos parlamentares os receberam —, recebemos aqui delegações de artistas portugueses que vinham lamentar o facto de existir uma lei de protecção da música portuguesa que obriga as rádios a passar uma quota de 40% de música portuguesa e, apesar de as rádios não a passarem, nada acontece, porque a lei não está regulamentada e não se sabe o que é que acontece a quem não a cumpre. Somos confrontados com situações destas quase diariamente.

Há leis que são aprovadas nesta Assembleia — independentemente da maioria que as aprova, e muitas delas até são aprovadas por unanimidade, embora isso seja irrelevante, porque, a partir do momento em que uma lei está aprovada, não é relevante a maioria com que o foi — e que, muitas vezes, ficam dependentes de uma regulamentação, que é necessária para a sua aplicação concreta. Ora, o que acontece é que não só os prazos de regulamentação não se cumprem como, muitas vezes, nem sequer a legislação é regulamentada, ficando eternamente sem aplicação.

É evidente que os cidadãos têm o direito a exigir do Estado português que uma lei, uma vez aprovada, seja aplicada, porque essa é a sua função. Esta é, portanto, uma situação que, de facto, não pode continuar e que justifica uma atenção rigorosa por parte desta Assembleia.

Se se deve encomendar ao Conselho de Reitores um levantamento das leis não regulamentadas, é uma solução, mas se for a Assembleia da República a assegurar esse trabalho, para nós, também não está mal, o que é necessário é que, de facto, se olhe para este problema e que o governo — um qualquer governo, não estou a falar deste Governo que agora está em funções, estou a falar de um qualquer governo — se sinta, de facto, vinculado a regularizar as leis que são aprovadas pela Assembleia da República e os decretos-leis aprovados pelo Governo e que careçam de regulamentação posterior, porque a situação, tal como está, não prestigia ninguém e não deve continuar. Daí apoiamos este projecto de deliberação.

Concordamos também com a ideia expressa neste projecto de deliberação de circunscrever os prazos de permanência de projectos não votados em Comissão. Creio que

é uma situação que deveremos abordar entre todos, em sede de especialidade. Deve adoptar-se aqui uma solução de flexibilidade, porque, por vezes, o alargamento destes prazos pode ser consensualizado entre os próprios autores e o conjunto dos grupos parlamentares. Portanto, deve haver essa flexibilidade.

Agora, aquilo que também não nos prestigia é que um projecto de lei baixe à comissão como subterfúgio para não ser votado em Plenário, para que os grupos parlamentares não tenham de assumir as suas responsabilidades plenamente relativamente às propostas que são feitas, e depois nunca mais se fala dele. Portanto, é necessário que seja dada uma explicação à Assembleia e, já agora, ao País por que é que um determinado projecto baixou e o que foi feito dele. Essa explicação tem de ser dada.

**Vozes do PCP:** — Antes!

**O Orador:** — Relativamente ao projecto de deliberação apresentado pelo Partido Socialista, parece-nos que, de facto, é uma ideia que deve ser posta em prática. Do ponto de vista tecnológico, as condições mudaram muito nos últimos anos e, portanto, há hoje possibilidades de difusão do *Diário da Assembleia da República* que não existiam há uns anos atrás e, efectivamente, devem ser retiradas consequências desse facto.

Também nos impressiona que se gastem tantos recursos de todo o tipo — financeiros, esforço de trabalho, recursos naturais — na edição do *Diário da Assembleia da República* em papel, sendo certo que muitos deles nem sequer são consultados e creio que não é atrevimento da minha parte dizer que muitos deles são, pura e simplesmente, arquivados pelos seus detentores ou imediatamente dados para a reciclagem.

Evidentemente que há Deputados que recebem o *Diário da Assembleia da República* em papel, mas obtém-no por outra via, designadamente a electrónica, portanto, a distribuição em papel é uma redundância. Devemos, por isso, pôr termo a esta situação, sem ferir susceptibilidades de ninguém.

Se houver algum Deputado que ainda não se tenha habituado a aceder à documentação via *Internet*, o próprio pode imprimir o *Diário da Assembleia da República* com algum esforço de aprendizagem, não muito complicado, ou pode pedir ajuda a alguém para lhe fazer uma impressão do *Diário* em papel, mas todos aqueles que dispensam essa edição devem poder fazê-lo. Portanto, não deve ser feita uma edição em papel, porque é cara e ninguém a utiliza.

Este é um salto que, do nosso ponto de vista, vale a pena ser dado, com uma pequena ressalva que é esta: o *Diário da Assembleia da República* tem um aspecto de certificação. Se repararmos, o *Diário da República* electrónico tem uma nota que diz que a versão electrónica não substitui a consulta da versão em papel. Portanto, creio que, se optarmos por eliminar a publicação do *Diário da Assembleia da República* em papel, teremos de fazer uma ressalva na versão electrónica sobre se, designadamente, aquele *Diário da Assembleia* está aprovado ou não. Só o *Diário da Assembleia da República* em que venha a menção de ter sido aprovado é que, evidentemente, poderá ter efeitos certificatórios, e não apenas uma versão que seja preliminar, por não ter sido aprovada. É apenas esta ressalva que, do nosso ponto de vista, deve ser feita, e parece-nos que poderá ser feita com toda a facilidade.

Portanto, damos o nosso acordo a esta iniciativa e estamos, naturalmente, disponíveis para discutir uma série de outras possibilidades que foram aqui aventadas, de melhoramento das condições de trabalho da Assembleia da República, utilizando plenamente as possibilidades tecnológicas que se vão abrir.

**Sr. Presidente e Srs. Deputados,** fazemos votos para que, a breve prazo, estas iniciativas possam ser apreciadas na especialidade e se possam dar passos rapidamente no sentido de acompanhar as possibilidades que a tecnologia nos vai criando.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Com a maior brevidade, quero dizer que se nos afigura óbvia a necessidade de permitirmos que a Assembleia da República beneficie continuadamente de todas as inovações comunicacionais próprias da era digital, sejam estas, sejam outras.

Há um progresso constante ao nível das novas tecnologias, do *software* e de todas estas potencialidades, que continuadamente, até pela rapidez com que ocorrem, têm de ser aproveitadas pela Assembleia da República em tempo real, até para sua própria eficácia, porque aquilo que hoje implementamos, daqui a dois ou três meses, está, necessariamente, desactualizado. Portanto, muitas destas medidas normativas que hoje são propostas e que fazem sentido só farão mais sentido desde que haja, como, de resto, há, um corpo técnico capaz para, numa lógica de acompanhamento, ir sugerindo todas estas inovações.

Mas é também verdade que a sua utilização permitirá potenciar, desde logo, uma diminuição, por exemplo, da circulação de papel e a circulação electrónica de iniciativas e de documentos, de resto em conformidade com uma sugestão feita já pelo Sr. Presidente da Assembleia da República a todos os grupos parlamentares. Julgamos, por isso, que é na sequência dessa própria solicitação que estas iniciativas surgem, sendo também numa lógica de paternidade que, de alguma forma, os outros partidos, apesar de não subscreverem os projectos, as poderão também chamar a si. Porquê? Porque se trata de regulamentar alguns aspectos cuja prática, na sequência de acordo na Conferência de Líderes, já vinha sendo seguida em alguns momentos.

Nesta medida, essa consensualização faz também com que o assentimento, de forma genérica, naturalmente, faça sentido, e que o faça relativamente a outros grupos parlamentares e não apenas em relação àqueles que são os proponentes. Desta forma, também ao nível da iniciativa intelectual, não poderão ser apenas estes grupos parlamentares a chamá-la para si, muito embora, naturalmente, na concretização normativa, essa iniciativa legislativa seja inteirinha dos grupos proponentes.

Portanto, está aqui uma base de trabalho importante, que permitirá, depois, após uma apurada discussão em sede de especialidade e com contributos de todos os partidos, formalizar, em larga medida, uma prática, mas uma prática que carece de regulamentação. Aí, louve-se a iniciativa! Todavia, repito, com vista ao seu aperfeiçoamento, outro trabalho igualmente meritório haverá de ser feito na especialidade e, então, estou convencido, com o

contributo da minha bancada, dos Deputados do CDS-PP, que, em sede de especialidade, ajudarão nessas benfeitorias, para que, no final, possa beneficiar a Assembleia da República deste esforço, que será de todos e será bom para todos, Deputados e Assembleia da República, e que, dessa forma, será bom para um órgão de soberania tão importante como este.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

**O Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Sr. Presidente, Srs.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projecto de deliberação do Partido Ecologista Os Verdes «toca na ferida». De facto, não é apenas a lei eleitoral que pode ser considerada o *alfa* e o *ómega* da aproximação entre eleitos e eleitores. Há outras medidas, medidas que nos estão próximas e são possíveis, através de passos pequenos mas decisivos, que podem proporcionar essa aproximação entre eleitos e eleitores.

Quando aqui se refere a questão da falta de transparência do processo legislativo, da sua inércia, ou mesmo do congelamento de projectos, estamos a falar de questões que dizem directamente respeito à responsabilidade de cada Deputado e à desta Assembleia, como um todo. Por isso, o Bloco de Esquerda saúda este projecto de deliberação, dar-lhe-á o seu apoio e gostava de enfatizar esse cariz «de outras medidas» que não apenas a lei eleitoral, que, neste aspecto, parece ser uma espécie de panaceia para alguns partidos.

Gostava também de referir que o projecto de deliberação apresentado pelo PS tem, de facto, a virtude de colocar a questão dos usos da tecnologia ao serviço da democracia e do Parlamento.

A digitalização da informação, a utilização de motores de pesquisa que promovem a selecção de informação e a interactividade que essas mesmas tecnologias proporcionam serão também, nos dias que correm e para o futuro, uma forma de aproximação entre eleitos e eleitores. Mas quanto a isto, há também que ter em conta outros aspectos, que são um apelo, em particular, aos governos.

Gostava de referir o seguinte: no que diz respeito à sociedade de informação, face a uma média europeia de 36%, Portugal tinha, em Junho de 2001, apenas 24% da população com acesso à Internet em casa, sendo o penúltimo país nesse ranking, e tinha o terceiro preço mais caro; somos também o último país em computadores por 100 estudantes, no secundário, e o penúltimo em computadores *on line*.

Por isto mesmo, é fundamental darmos, aqui, o exemplo; é fundamental proporcionarmos aos nossos concidadãos o acesso, através da Internet, a tudo o que aqui se faz, com aumento da transparência, tornando-se, cada vez mais, um Parlamento com «paredes de vidro», mas é fundamental também que os governos, em particular na área da ciéncia e da tecnologia, não recuem naquilo que deve ser a alfabetização digital do nosso país, porque neste aspecto ainda estamos muito atrasados.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, não há mais oradores inscritos, mas não quero deixar de fazer um comen-

tário — não uma intervenção no debate, obviamente, porque não me compete — para me congratular com as iniciativas que surgiram hoje a debate e que visam claramente melhorar a qualidade do trabalho do Parlamento. Este é um compromisso assumido desde o início, nesta IX Legislatura, e que, felizmente — não poderia deixar de ser de outra maneira, aliás! —, é partilhado por todas as bancadas.

Quero também sublinhar, como foi, de resto, referido por vários dos oradores, que os serviços da Assembleia têm correspondido à exigência desse salto qualitativo e à utilização das novas tecnologias. A este respeito, julgo que não nos podemos envergonhar e quero daqui exprimir o meu apreço, e até mesmo o meu louvor, relativamente aos serviços de apoio do Parlamento, dirigindo-o pessoalmente a quem tem sido a responsável deles, a Sr.<sup>a</sup> Secretária-Geral, que mantém o alto compromisso e a capacidade de inovação a que, em anteriores legislaturas, nos habituou a sua ilustre antecessora, como bem nos lembramos.

Saliente-se sempre que o que nesses domínios de aquisição de novas tecnologias tem sido feito na IX Legislatura, que julgo que corresponde a uma melhoria muito apreciável da transparência dos nossos trabalhos e do acesso que a eles é possível por parte dos nossos concidadãs e concidadãos, resulta dos grandes investimentos feitos durante a presidência do Dr. Almeida Santos com visão de futuro e proporcionando a possibilidade de a Assembleia da República entrar no século XXI como um verdadeiro Parlamento do século XXI. É inegável que isto acontece e dá-nos a todos motivos de muita satisfação.

Uma última observação sobre o método de trabalho. Foi referida, por diversos oradores, a disponibilidade, e até o grande desejo, de dar um contributo em sede de especialidade. Faço notar que nas deliberações só excepcionalmente é que se tem contado com os trabalhos de comissão.

Em todo o caso, havia vantagem, certamente, em que o texto que haveremos de votar aqui, em princípio na próxima quinta-feira, fosse acertado entre os diversos grupos parlamentares, e assim talvez fosse bom enviá-lo de novo à 1.<sup>a</sup> Comissão, por exemplo, mas aceitarei qualquer sugestão que seja feita. Considero desejável que apuremos para a nossa votação um documento que seja o mais completo e realista possível, no sentido de ser exequível; não nos metamos em grandes fantasias para, depois, não ficarmos como as tais leis que não são sequer regulamentadas e muito menos aplicadas. Não, vamos fazer um diploma que seja para se aplicar, sem prejuízo até de, para o próximo ano, podermos fazer uma nova deliberação que aponte outras metas, outros objectivos, porque nestas matérias das novas tecnologias — e não quero estar aqui a ensinar a pessoas que sabem muito mais do que eu disso — todos os anos há novidades.

Com razão se diz que as coisas que vamos usar daqui a 10 anos ainda não foram sequer inventadas e, portanto, temos de estar preparados para esta evolução e melhoria constante.

**O Sr. José Magalhães (PS):** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Agrada-me muito que este nosso debate se tenha verificado neste final de uma sessão especialmente intensa e quente, que julgo ter sido um bom

contributo para o prestígio do Parlamento, sobretudo naquela parte em que debatemos, aqui, com muito vigor, um tema da maior actualidade, que foi o das medidas sociais obviamente necessárias para se enfrentar as dificuldades económicas que atingem tantos dos nossos concidadãos e concidadãos que se vêem de um momento para o outro privados do emprego.

Com isto se correspondeu àquele meu apelo inicial de as medidas do Governo serem apresentadas no Parlamento e sujeitas ao contraditório, assim se permitindo um melhor esclarecimento dos nossos eleitores. É um contributo para a qualidade da nossa democracia, pela qual julgo que todos nos devemos congratular.

Chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. Amanhã haverá jornadas parlamentares, promovidas pelo Partido Comunista Português, o que é trabalho parlamentar, mas não há trabalho do Plenário.

Estão convocadas, para terça-feira, reuniões de comissões, como é habitual. A próxima sessão plenária terá lugar na próxima quarta-feira, dia 19, às 15 horas, com um período de antes da ordem do dia e com um período da ordem do dia de que consta a discussão conjunta dos projectos de lei n.ºs 52/IX, 62/IX e 72/IX e a discussão conjunta das propostas de resolução n.ºs 4/IX, 5/IX e 13/IX.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 40 minutos.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Social Democrata (PSD):

Adriana Maria Bento de Aguiar Branco  
Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões  
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
Henrique José Monteiro Chaves  
Manuel Joaquim Dias Loureiro  
Maria Aurora Moura Vieira  
Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
Fernando Ribeiro Moniz  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Maximiano Alberto Rodrigues Martins

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira

Partido Socialista (PS):

António Fernandes da Silva Braga

Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Jorge Martins Pereira  
Eduardo Artur Neves Moreira  
Gustavo de Sousa Duarte  
Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo  
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
Pedro Filipe dos Santos Alves

Partido Socialista (PS):

Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85



**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

**PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)**

**€ 2,40**